

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

LUCIANA LAMBLET PEREIRA

**REVISITANDO A “MOEDA COLONIAL RESTAURADA”  
A COMERCIALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO DE  
COMBUSTÍVEL NO BRASIL IMPERIAL**

NITERÓI  
2007

LUCIANA LAMBLET PEREIRA

**Revisitando a “moeda colonial restaurada”: a comercialização e as políticas de exploração de combustível no Brasil Imperial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Mestre em História

Orientador: Professor Doutor Cezar Teixeira Honorato

Niterói, Fevereiro de 2007

LUCIANA LAMBLET PEREIRA

**REVISITANDO A “MOEDA COLONIAL RESTAURADA”  
A COMERCIALIZAÇÃO E AS POLÍTICAS DE  
EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEL NO BRASIL IMPERIAL**

Dissertação de Mestrado em História submetida à Banca Examinadora em de  
Março de 2007.

Componentes da Banca:

*À Teca,  
com eterna gratidão e amizade.*

*Ao Théo,  
com todo amor, carinho e admiração.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora leve o nome de uma só pessoa, é coletivo. Isto não retira a minha responsabilidade das suas falhas e imperfeições, mas afirma que a Dissertação só pode existir com a presença destas pessoas. Aqui vai o meu mais sincero agradecimento à elas.

À minha família, que tantas vezes foi o meu combustível para continuar caminhando por lugares muitas vezes imprecisos e inseguros, numa cidade que em muitos momentos pareceu hostil à minha presença. A certeza do amor e da torcida de vocês foi essencial para a conclusão deste trabalho. Vocês são grandes exemplos e inspirações para a minha trajetória.

À Carmen Lucia Americano Reis, Teca e Marcelo, que me acolheram em sua casa por mais de um ano, possibilitando a continuidade da pesquisa. A generosidade, o carinho e atenção que tiveram comigo serão inesquecíveis, bem como a certeza de que a existência de pessoas como vocês faz a vida ter mais sentido. O meu eterno muito obrigada.

À minha amiga Julinha que entre uma ponte área e outra, sempre me fortaleceu com a sua amizade. Você é realmente, a liberal mais adorável.

Ao André, irmão que a vida me permitiu escolher. Sua confiança em mim, seu ombro amigo e suas “tiradas” sensacionais, fazem da vida uma constante gargalhada.

À Paty, Paula, Andreza, Tata, Leo, Marcos, Antonia e Fabúlia, que entre mundos e submundos me receberam no seu grupo e em suas vidas com um carinho inesquecível. Vocês apareceram na hora certa e no momento exato, sendo fundamentais para a minha recuperação, tornando a vida mais leve e, indiscutivelmente, mais divertida. Com a certeza de que ainda teremos muitas risadas à compartilhar.

Aos meus amigos da UFF pelas inúmeras discussões, churrascos, bares, telefonemas, e-mails e scraps que rechearam a minha vida de amizade e troca de conhecimento. Um agradecimento especial ao Carlos Leandro, grande amigo e exemplo de ética, caráter e marxismo.

Aos meus novos amigos de Tere, em especial, Cátia, Vê, Line, Samuca, Diego e Vitão, que trouxeram a *Utopia* para a minha vida.

Ao CNPq pelo financiamento, viabilizando recursos para a pesquisa.

Aos professores Carlos Gabriel Guimarães, Geraldo Beauclair e Cezar Honorato, as orientações, indicações bibliográficas, atentas leituras e puxões de orelha foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao Théo, que muito me ensinou sobre História e que faz parte da minha da maneira mais bonita e sincera.

## **RESUMO**

Civilização, progresso e modernização são palavras que estiveram presentes em diversos discursos proferidos por governantes e intelectuais do Brasil oitocentista. No entanto, para que tais idéias saíssem do papel, fazia-se fundamental a obtenção de um dos principais elementos para sua realização: o carvão.

Este trabalho tem como escopo analisar as políticas públicas – e/ou ausência delas - engendradas no Império brasileiro para a comercialização, pesquisa e exploração de combustível, relacionando-as com a construção do Estado Imperial e a expansão do capitalismo britânico.

Através de Relatórios Provinciais e Ministeriais, correspondências e periódicos, a dissertação visa compreender os entraves para a extração de combustível em subsolo brasileiro e os interesses conflitantes envolvidos nesta questão. As precárias políticas públicas para o aprofundamento da exploração do carvão nacional trazem à tona a discussão acerca do projeto de sociedade que se pretendia hegemônico, bem como elucidam o papel a ser preenchido pelo Brasil frente à divisão internacional do trabalho.

## *ABSTRACT*

Civilization, Progress and Modernization are words that had been gifts in diverse speeches pronounced for governing and intellectuals. However, so that such ideas left the paper, the attainment of one of the main elements for its accomplishment became basic: the coal.

This work has as target to analyze the public politics - and/or the absence of them - produced in the Empire of Brazil for the commercialization, searches and fuel exploration, relating them with the construction of the Imperial State and the expansion of the British capitalism.

Through Provincial and Ministerial Reports, Periodic and Correspondences, this work aims at to understand the impediments for the involved fuel extration in Brazilian subsoil and conflicting interests in this question. The precarious public politics for the deepening for the exploration of the national coal bring to the top the quarrel concerning the project of society that if it intended hegemonic, as well as elucidate the paper to be filled by Brazil front to the International Division of the Work.

*“Sempre que há uma classe ascendente, grande parte da moralidade do país emana de seus interesses e sentimentos de superioridades de classe”*

John Stuart Mill ( *A Liberdade* )



## SUMÁRIO

Introdução .....	3
Parte 1 – Negociantes, ingleses e senhores: a construção do Estado Imperial .....	18
1.1 – Entre a “hegemonia dos senhores escravistas” e o “paraíso dos negociantes” .....	27
1.2 – À todo o vapor: o avanço da “oficina do mundo” sobre os mercados não capitalistas .....	50
Parte 2 – “ <i>De que servem as riquezas encerradas no seio da terra se não     houver um incentivo que promova o desejo de descobri-las?</i> ” .....	76
Conclusão .....	128

## INTRODUÇÃO

O século XIX foi um momento especial na construção da sociedade atual. O mercado capitalista avançava com rapidez sob a égide da principal potência econômica da época: a Inglaterra; enquanto no Brasil o modo de produção escravista colonial, vigoroso no seu início, mostrava mais claramente as suas contradições e desmoronava ao seu final, abrindo um longo e tortuoso caminho de transição para um novo sistema social.

Um século que trouxe consigo os ideais de progresso, civilização e modernidade embalados no vento dos velozes meios de transporte à época: é o século das locomotivas e dos navios a vapor. Era um novo tempo, mais rápido, um “tempo dos mercadores”.

O medievalista Jacques Le Goff ao distinguir o “tempo da Igreja” e o “tempo do mercador”<sup>1</sup>, apontava já na Idade Média o início de um conflito. Segundo o autor, com a formação de uma rede comercial, o tempo tornou-se um objeto de medida, mais ainda: tornou-se o instrumento de uma classe, a classe do mercador. À diferença do tempo do meio natural – imprevisível e eternamente recomeçado -, esse novo tempo é mensurável e cada vez mais regulamentado, laicizado e racionalizado. A descoberta do preço do tempo sobrepôs a este o meio tecnológico. Iniciava-se, assim, o tempo dos relógios.

Estes relógios foram instrumentos fundamentais para a internalização da disciplina de trabalho forjada com a ascensão das fábricas. Também E. P. Thompson discutiu as mudanças ocorridas nas vidas das pessoas pelo valor atribuído à concepção de tempo. Afinal, “o tempo agora é moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”.<sup>2</sup> O tempo passa a acompanhar o compasso das máquinas.

Pela crescente necessidade desta regulamentação do tempo e para que este não fosse desperdiçado, o revolucionamento dos transportes se fez necessário. Para atingir distantes mercados de forma mais rápida e eficaz, os meios de transporte a vapor redefiniram não só o tempo, mas o espaço. É o século da construção de um mercado realmente mundial para garantir a reprodução do sistema capitalista que tem na constante necessidade de expansão uma das suas principais características.

---

<sup>1</sup> - LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. IN: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

<sup>2</sup> - THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo. IN: *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 272

A radical transformação dos meios de transporte aquático e terrestre foi instrumento fundamental para a industrialização, a integração do comércio mundial e expansão do capitalismo, pois:

“O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento nas outras. (...) a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura exigiu também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios de comunicação e transporte. (...) Da mesma maneira os meios de transporte e de comunicação oriundos do período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis entraves para a grande indústria. Com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu contínuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém-estabelecidas conexões no mercado mundial. Abstraindo a construção de navios a vela totalmente revolucionada, o sistema de comunicação e transporte foi, pouco a pouco, ajustado, mediante um sistema de navios fluviais a vapor, ferrovias, transatlânticos a vapor e telégrafos, ao modo de produção da grande indústria.”<sup>3</sup>

Assim, a rapidez e aumento no volume de mercadorias transportadas proporcionadas pela revolução dos meios de transporte, dinamizaram as relações comerciais, acelerando as trocas e barateando o frete.

O desenvolvimento do navio a vapor e da ferrovia representa bem este momento. O primeiro permitiu uma maior interação entre diversas partes da Terra, criando um mercado, de fato, mundial, servindo de instrumento à expansão do capital nas suas diferentes formas. O segundo consolidou a formação de um mercado nacional unificado que, juntamente com a navegação a vapor, acelerava o escoamento da produção, expandindo os negócios. Com a formação do mercado mundial, a interdependência econômica entre as nações se tornava cada vez mais evidente.

A minha proposta neste trabalho é analisar o comércio de abastecimento de carvão e sua extração nacional, procurando relacioná-los com a dinâmica da política econômica do Estado Imperial, onde interesses distintos das diversas frações de classes que compõem o bloco no poder, bem como a dinâmica da expansão capitalista, definem e explicam o papel a ser ocupado pelo Brasil na nova economia mundial em construção. A estrutura da economia brasileira, produtora de mercadorias, e sua integração subordinada no mercado mundial, foram importantes elementos a considerar no desenvolvimento do trabalho. Desta

---

<sup>3</sup> - MARX, Karl. *O Capital*, Vol. 1, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p 15-16.

forma, a idéia de estudar o abastecimento de carvão, remonta à necessidade de integrar a expansão capitalista e o papel preenchido pelo Brasil à dinâmica interna do país.

Nas relações econômicas nas quais o mercado exerce papel fundamental, os meios de transporte aquático e terrestre são instrumentos que permitem a integração do comércio mundial e expansão do capitalismo, especialmente quando essa relação comercial se dá entre formações econômico-sociais cujos modos de produção dominantes são distintos, o que significa a transferência de parte da renda produzida na formação subordinada para a formação dominante. Esta é a principal característica da relação entre Brasil e Inglaterra no século XIX.

Concomitante a isto, o Brasil oitocentista, em especial na primeira metade do século, lutou pela garantia da sua unidade nacional, o que implicou na necessidade de construção da imagem de um monarca representante dos anseios de toda a nação. Para que tal projeto político se concretizasse, era de fundamental importância que duas outras unidades se materializassem: a unidade territorial e a administrativa. Para isto, a introdução dos meios de transporte movidos a vapor estava na ordem do dia.<sup>4</sup>

O vapor forneceu a energia necessária aos meios de transporte, que foram revolucionados para atender a nova demanda de deslocamento de grandes quantidades de mercadorias, de pessoas e de capitais, tanto no âmbito internacional - a utilização deste combustível diminuiu metade do tempo de travessia entre Europa e Brasil, o que “permitiu aos capitais europeus vigiar mais eficazmente os negócios financeiros e industriais onde pudessem vir a ser investidos, (...)”<sup>5</sup> - quanto no nacional, bem como para assegurar o domínio do Império sobre as regiões. Com transportes mais rápidos e eficientes de mercadorias e passageiros, diminuiu-se o tempo das viagens, afetando não só a vida econômica, através do estímulo ao comércio, turismo e migrações; como também

---

<sup>4</sup> - Os trabalhos do historiador Almir Chaiban foram de extrema importância para o entendimento das questões de transporte no Brasil oitocentista. Os textos em que aqui me baseio são: EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982; além dos artigos “O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de pacotes a vapor: 1850-1865” e “A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a Centralidade do Poder Monárquico”, ambas na revista *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, ABPHE/HUCITEC, vl. 2, 2003 e vl. 2, 2002, respectivamente.

<sup>5</sup> - EL-KAREH, Almir Chaiban “O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de pacotes a vapor: 1850-1860”. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, ABPHE/HUCITEC, VI.2, 2003, p. 33-56, p. 37.

modificando valores e costumes, além de possibilitar ações políticas e militares com maior eficácia e rapidez.

É importante ressaltar que este trabalho não pretende concentrar sua análise nas evoluções técnicas impulsionadas pelo crescimento de um mercado que se tornava cada vez mais mundial. Longe de uma perspectiva onde os avanços tecnológicos ganham autonomia, explicando e definindo as transformações nas relações de produção, aqui se entende a introdução dos meios de transporte e maquinaria a vapor - e sua conseqüente demanda por combustível - como fruto do poder, hegemonia e conflitos entre classes e frações de classe do bloco no poder, bem como fruto da crescente proposta de subsunção do trabalhador ao capital.<sup>6</sup>

A comercialização do carvão e as políticas públicas de importação e extração do combustível no Brasil oitocentista são faces importantes para entendermos a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho e seu papel na reprodução deste capital, assim como as disputas entre as frações das classes dominantes do bloco no poder e entre estes e os negociantes ingleses, que permeavam tais políticas econômicas.

Num contexto em que a “revolução dos transportes” ocupa lugar crucial para o desenvolvimento do novo modo de produção, a comercialização de combustível apresenta-se, ao mesmo tempo que fundamental, um elemento caro ao Brasil, país com baixa exploração de carvão em seu solo.

Não defenderei a idéia de que o fator enérgico impossibilitou ou estorvou o avanço tecnológico das indústrias e transportes brasileiros, afinal o carvão não fez a Revolução Industrial britânica, apenas permitiu o seu desenvolvimento. O que determinou, em última instância, o avanço ou não das técnicas e a industrialização no Brasil corresponde a uma série de conjunturas internas e externas que passam pelas disputas entre classes e frações de classes, onde distintos projetos de Nação estavam em pauta. Um destes projetos consistiu na necessidade ou não da concentração de esforços para o desenvolvimento industrial, nesta discussão, a questão energética apresentou-se fundamental.

---

<sup>6</sup> - Este último aspecto – técnica como avanço da extração da mais-valia relativa – não será abordada neste trabalho, bem como toda a relação de exploração do trabalhador imposta pelo avanço tecnológico da maquinaria. Para uma rica discussão sobre o tema, ver: ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Assim, pretendo analisar como, no processo de expansão capitalista, o controle sobre o fornecimento do combustível foi fundamental para assegurar o domínio britânico, permitindo apreender o modo de funcionamento da dominação inglesa e a maneira pela qual se relacionou com as frações das classes dominantes dos países onde exerceu sua dominação.

O século XIX foi também o século da construção dos Estado-Nações. A Nação será aqui compreendida a partir das propostas de Eric Hobsbawm<sup>7</sup>, ou seja, não como uma “entidade social originária ou imutável”, mas acima de tudo como uma construção – pelo alto – historicamente datada, correspondendo à determinados interesses. A partir desta concepção, a Nação é uma “invenção”, uma “engenharia social” e, portanto, “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.<sup>8</sup> O principal objetivo do autor, portanto, e aqui corroborado, é a desmistificação da formação de uma Nação, desconstruindo a visão “natural, fundamental e permanente” da mesma.

Ainda segundo Hobsbawm, havia três critérios para a classificação de um povo como Nação: o primeiro é um passado em comum, uma “associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”<sup>9</sup>; o segundo uma elite cultural e o terceiro capacidade para a conquista. Estes critérios serão importantes paralelos para serem traçados em relação com a construção do Estado Imperial brasileiro.

O conceito de Nação foi construído ao lado das concepções de cidadania, soberania coletiva e participação política, e vinculado sempre a idéia de território. Para o economista escocês Adam Smith, a Nação significaria apenas um Estado territorial. Afinal, na concepção liberal, idéias como a de uma economia nacional não ganham espaço: “O livre-comércio e o livre-mercado se dirigiram precisamente contra esse conceito de desenvolvimento econômico nacional, que Smith acreditava ter demonstrado ser contraprodutivo”.<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> - HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>8</sup> - *Ibidem*. Pg. 19

<sup>9</sup> - *Ibidem*. Pg. 49

<sup>10</sup> - *Ibidem*. Pg 38

Desta maneira, a teoria econômica do liberalismo se concentraria nas empresas, indústrias, firmas e pessoas e não no Estado-Nação. Mais tarde, como se sabe, a experiência mostrou a impossibilidade de uma total não intervenção estatal na economia. De qualquer forma, a extensão territorial era à época um fator fundamental para a denominação de Nação.

Território, espaço, Estado são temas polêmicos e que permeiam as discussões entre estudiosos das mais diversas áreas, em especial nos dias de hoje com o fenômeno da “globalização”, ou visto de um ponto mais crítico, da “mundialização do capital”.

A Geografia é a disciplina que mais dispensa energias com tal discussão. Partindo do pressuposto que território e espaço não podem ser dissociados de poder e que, por isso, o conhecimento daqueles são importantes para o estabelecimento deste último, acredito que uma breve reflexão sobre o tema possa contribuir para os objetivos aqui apontados, afinal a preocupação acerca da existência ou não de combustível em subsolo nacional perpassa tais questões. Esta discussão será feita na segunda parte da dissertação.

A temática aqui abordada leva a caracterizar o trabalho como pertencente ao campo da História Econômica. Ainda que tais fragmentações muitas vezes prejudiquem o desenvolvimento de uma História total, reduzindo a perspectiva a apenas um setor da conjuntura abordada, acredito ser importante algumas palavras sobre este campo que pretende unir teoria econômica, cálculos, tabelas, gráficos e análise histórica.

“A História Econômica agoniza<sup>11</sup>”, afirmam João Fragoso e Manolo Florentino, ao iniciarem o capítulo “História Econômica”, no livro *Domínios da História*. Os autores constatarem um declínio no número de publicações na área, sendo esta uma tendência mundial e não localizada. Se entre os anos de 1929 e 1945 – quando a mais importante revista de História, *Annales*, esteve sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch – cerca de 60% dos trabalhos publicados dedicavam-se à História Econômica; entre 1946 e 1969 – quando esteve sob os cuidados de Fernand Braudel – esta porcentagem ficou em torno de 40%. Fragoso e Florentino localizam, portanto, a “crise” da História Econômica, nos anos 1970. No Brasil, contudo, o reflexo desta “derrocada” chegaria dez anos depois.

---

<sup>11</sup>- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (org). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 27-43.

Longe de ser uma área abandonada, deficitária ou até mesmo antiquada, como alguns defendem, ou uma linha economicista, onde os aspectos econômicos ditam as regras da sociedade a despeito de todas as outras áreas, a História Econômica permanece produzindo trabalhos inovadores e ricos debates não só entre historiadores de diversas temáticas, como também possui intensos diálogos com os economistas.

Ao mesmo tempo, frente às inovações historiográficas, os historiadores econômicos procuram refletir sobre suas metodologias, bem como o seu diálogo com outras disciplinas e áreas de conhecimento das ciências sociais. Acredito ser necessário, portanto, uma breve exposição da trajetória deste campo temático, assim como os debates em torno da sua metodologia e atuação na historiografia.

Como nos mostra Witold Kula, em sua obra *Problemas y métodos de la historia económica*,<sup>12</sup> a História Econômica surgiu ao lado da ascensão burguesa e do conseqüente advento do capitalismo, combatendo a História de legitimação das famílias reais e aristocráticas, das instituições existentes, dos princípios e costumes, das hierarquias estabelecidas pelos valores sociais do período, até então presentes. Assim, com a ascensão da burguesia, o estudo das atividades econômicas – produção e comércio – começou a ocupar espaços nas discussões acadêmicas, fomentadas, também pela nascente Economia Política.

A Economia Política tornou-se essencial para o desenvolvimento da História Econômica quando, ao procurar leis e regularidade dos fenômenos econômicos, foi buscar no passado a comprovação da tão ansiada constância. *A riqueza das nações*, de Adam Smith, é um grande exemplo desta linha de pesquisa.

Ao mesmo tempo, as inquietudes e incertezas provocadas pelo advento do capitalismo e pela Revolução Industrial induziram ao estudo destes fenômenos e seu desenvolvimento. Assim, ainda segundo Kula, a História Econômica nasceu ao lado da Economia Política burguesa, do capitalismo e da Revolução Industrial.

Já na primeira metade do século XIX, a História Econômica constituiu um campo consolidado com grande número de obras relativas ao seu tema. Na Inglaterra, a questão das “Poor Laws” e da liberdade de comércio suscitaram inúmeros trabalhos na área,

---

<sup>12</sup> - KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones península, 1973.



baseados em fontes documentais. Na Alemanha, a problemática da unificação e, principalmente, a união aduaneira, influenciaram intensamente a História, assim como, na Polônia, a força revolucionária camponesa colaborou para os estudos sobre o passado da aldeia e, na França, o socialismo utópico e os apologistas da industrialização levaram à investigação histórica do artesanato, da indústria, das corporações e da classe operária.

Além destes fatores, o incremento dos serviços centrais de estatística possibilitou novas fontes e o desenvolvimento das pesquisas, uma vez que permitiram a utilização de um material constante e, em princípio, comparável, auxiliando na busca das tendências de desenvolvimento.

Kula aponta que, após a década de 1810, os trabalhos progressistas como os de Smith e Sismondi, foram lentamente substituídos por outros com caráter nacionalista a partir da formulação da Escola Histórica. Esta corrente ressaltava os aspectos individuais do desenvolvimento econômico dos diferentes países, negando as concepções generalizantes de Smith e Ricardo.

Ainda no século XIX, é inegável a grande influência exercida pela teoria marxista na evolução da História Econômica. Baseada em uma concepção de desenvolvimento econômico a partir da produção, da transformação das suas forças produtivas e das suas relações de produção, a teoria marxista desempenhou grande papel ao entender o processo atravessado pela luta de classes. O surgimento e desenvolvimento da classe operária despertaram, assim, grande interesse pela História Econômica.

A *Nova Escola Histórica*, assim como a sua predecessora, adotou uma postura evolucionista e organicista ao defender as especificidades do desenvolvimento econômico dos países estudados, opondo-se ao universalismo da escola clássica inglesa. Esta perspectiva intensificou a defesa da variabilidade dos fenômenos econômicos no tempo e no espaço, negando toda a possibilidade de generalização.

Após a primeira Guerra Mundial, a História Econômica alça grandes discussões, principalmente através da “*Economic History Review*” e da “*Annales d’Histoire Economique et Sociale*”, abrindo novas perspectivas e espaços de debates.

A História Econômica começou a ser introduzida em importantes programas universitários como os de Cambridge (1928) e de Oxford (1931), completando a sua

“emancipação” com a criação de seções especiais que lhe foram fornecidas em congressos, ampliando o seu fórum de debate.

A relação entre História e Economia, no entanto, sempre foi palco de grandes polêmicas. A principal delas diz respeito ao método quantitativo. Quando a estatística é elevada como um fim em si mesma, grandes ataques à sua utilização são proferidos. Caio Prado Jr., em artigo publicado na revista *Debate & Crítica*, sem negar a contribuição dos dados estatísticos para a elaboração historiográfica, aponta para o perigo da sua supervalorização. Segundo Prado Jr., a história, antes de tudo deve se preocupar com o movimento, o processo, as relações, as transições e a dialética. A superestimação da quantificação impediria a visão da dinâmica em favor de uma visão estática:

“O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que concorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis.”<sup>13</sup>

Para Caio Prado Jr., a história quantitativa pode levar a uma história do particular, do micro, o que, para ele incorreria em grande erro. Compreendo que a microeconomia<sup>14</sup> pode se tornar deveras problemática quando desarticulada com os diversos setores da vida social. No entanto, quando vinculada à macroeconomia, ou seja, às conjunturas, às variáveis econômicas globais (produção, circulação, importação, exportação, crédito, etc...), pode trazer importantes contribuições para a pesquisa historiográfica e para o entendimento da complexidade de determinada formação social.

Ainda sob a perspectiva de Kula, é possível afirmarmos que, para que o historiador econômico não cometa o tão repudiado anacronismo, compreendemos a necessidade de estudar as relações internas do sistema econômico da sociedade abordada com sua estrutura social, evitando, com isso, o risco das generalizações, geralmente cometidas pela economia retrospectiva.

Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História*, demonstra o conflito entre economistas e historiadores. Para este autor, muitos economistas separaram a história de seus trabalhos, não abordando as mudanças conjunturais. Para Hobsbawm, a economia está

---

<sup>13</sup> - PRADO JR., Caio. “História Quantitativa e Método da Historiografia”. IN: *Debate & Crítica*. São Paulo: Editora HUCITEC, Julho de 1975. Pg. 7

<sup>14</sup> Microeconomia entendida como estudo econômico das unidades de produção, empresas agrícolas, de mineração, comerciais, industriais, bancárias, etc...

intrínseca na mudança histórica, não podendo ser abstraída da mesma sem que perca substancialmente seu realismo enquanto ciência social aplicada:

“(...)Divorciada de um campo específico da realidade, a economia deve se tornar o que Ludwig von Mises chamou de ‘praxiologia’, uma ciência e, conseqüentemente, um conjunto de técnicas para programar; e também, ou alternativamente, um modelo normativo de como o homem econômico deve agir, tendo em vista fins sobre os quais, como disciplina, ela não tem nada a dizer.” [grifo do autor]<sup>15</sup>

Ao mesmo tempo, Hobsbawm também afirma que a utilização das teorias econômicas por parte dos historiadores deve se aproximar mais da prática social, devendo ser mais do que marginal.

“(...) os historiadores devem partir da observação de Marx de que a economia é sempre historicamente específica, a produção é sempre ‘produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, produção por indivíduos sociais’, (...)”<sup>16</sup>

Não se trata, portanto, como lembra Pierre Vilar<sup>17</sup>, de sobrepor uma disciplina à outra, nem de tomarem reciprocamente as suas técnicas, mas sim, se colocarem em atitudes de complementariedade.

Maria Bárbara Levy, ao estudar a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro<sup>18</sup>, sem se deixar levar pelo “quantitativismo” e sem perder a importância do conflito na sociedade, trata dos diversos agentes sociais, seus interesses e projetos em disputa, as relações entre eles, esclarecendo os momentos em que cada grupo se beneficiou ou não pelas medidas governamentais e por que. Esta obra é um exemplo de percepção da integração dos múltiplos setores da sociedade, da sua dinâmica e conjuntura.

De acordo com José Jobson Arruda<sup>19</sup>, a reivindicação da História Quantitativa como um método da História Econômica foi polêmica e provocou discussões, sobretudo após a publicação de um Manifesto, em 1961, por J. Marzewicki, que afirmou que “os trabalhos anteriores usavam os números como ilustrações, ou o fizeram de uma forma tímida e

---

<sup>15</sup> - HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

<sup>16</sup> - Idem. P. 124

<sup>17</sup> - VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa, Ed. Presença, 1982.

<sup>18</sup> - Maria Bárbara Levy. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

<sup>19</sup> - ARRUDA, J. Jobson. “História e Crítica de História Econômica Quantitativa”. In: *Revista de História*, nº110. São Paulo, 1977, p. 467.

fragmentária<sup>20</sup>”. Se para Marzewiski a História Quantitativa deveria ser considerada como “um método de Historia Economica que integra todos os fatos estudados num sistema de contas interdependentes e que tira conclusões sob a forma de agregados quantitativos, inteira e unicamente, pelos dados do sistema (...)”<sup>21</sup>; para Pierre Chanu, um dos propulsores deste debate, a Historia Quantitativa por si só, “ignora os homens e os fatos excepcionais<sup>22</sup>”. De acordo com Chanu, ela “pode servir para perceber as discontinuidades provocadas pela mudanças qualitativas, mas não é capaz de descobrir a sua origem<sup>23</sup>”.

A preocupação de Pierre Chanu é que uma massa documental de dados numéricos ofusque o olhar do historiador em relação ao conjunto, ao todo. Esses dados numéricos, que permitem o levantamento em série de determinado período, serão conhecidos como História Serial.

Segundo Jobson Arruda, Marzewiski afirmou, posteriormente, que a História Quantitativa não exclui a História Qualitativa, dispensando a esta uma “complementação indispensável<sup>24</sup>”, sendo a História Serial uma primeira etapa da História Quantitativa.

Para Arruda, é François Furet quem consegue discutir a questão com certo equilíbrio:

“Considera que o termo História Quantitativa designa tanto um tipo de fonte, com um procedimento, quanto um tipo de conceituação do passado. Entre História Serial e Quantitativa, o que existe de comum é a substituição do acontecimento pela série, isto é, a construção dos dados históricos em função de uma análise probabilista<sup>25</sup>”.

Assim, tendo a concordar com Arruda quando afirma que o “quantitativo é entendido como um instrumento através do qual se pode adensar a análise qualitativa e não substituí-la<sup>26</sup>”.

Iniciei esta discussão com uma referência ao artigo dos historiadores Manolo Florentino e João Fragoço que demonstravam uma significativa queda dos trabalhos de

---

<sup>20</sup>- MARCZEWSKI, J. “Quést-ce que l’Histoire Quantitative”, nº115, 1961. *Apud*. ARRUDA, J. Jobson. Op. Cit. p. 475.

<sup>21</sup>- *Idem.*.

<sup>22</sup>- CHANU, Pierre. “Histoire Quantitative et Histoire Sérielle”. Genève, 1964, nº3, pp.165-175. *Apud*. ARRUDA, J. Jobson. Op. Cit. p. 476.

<sup>23</sup>- *Idem.*

<sup>24</sup>- *Idem*, *Ibidem*.

<sup>25</sup> FURET, François. “Le Quantification em Histoire”. In: *Faire de la Histoire*. *Apud* ARRUDA, J. Jobson. Op. Cit. p. 477.

<sup>26</sup> ARRUDA, J. Op. Cit. p. 481.

História Econômica e um certo pessimismo dos autores acerca da sobrevivência deste campo de pesquisa. No entanto, em texto posterior de João Fragoso, no qual o autor retoma a discussão, desta vez um pouco mais otimista, aponta que as críticas e as novas correntes historiográficas trouxeram inúmeras contribuições para a História Econômica. Caberia, portanto, aos historiadores desta área, incorporá-las, evitando com isto o perigo do *quantitativismo* e de uma “história social desprovida de carne e de sangue” como diria Carlo Ginzburg.<sup>27</sup>

De fato, podemos notar, principalmente através dos programas de pós-graduação e dos congressos específicos da área, um aumento significativo das pesquisas no campo da História Econômica. Desta maneira, torna-se essencial o debate acerca de que História queremos construir.

A primeira observação a ser feita é que a área de História Econômica está cada vez mais vinculada à Economia e não à História. Nas agências de pesquisa ou nos programas de pós-graduação de algumas universidades, podemos constatar esta tendência que ultrapassa o âmbito institucional, uma vez que as faculdades de Economia estão se tornando cada vez mais técnicas, mais matemáticas, voltadas para a sua “utilidade” no mercado. Percebe-se o retorno de pesquisas preocupadas mais com as séries, do que com o movimento, os conflitos, os agentes sociais, além da economia retrospectiva realizada principalmente pelos “economistas-historiadores”.

Sobre este último ponto, acredito que os historiadores, em sua grande maioria, criticam o método quantitativo *per se*, uma vez que ele nega a historicidade dos processos – aspecto fundamental para o olhar do historiador. Contudo, constata-se que o espectro do *quantitativismo* ainda ronda esta área da historiografia. Trabalhos com extensivos gráficos, tabelas e cálculos andam recheando conferências, congressos e livros. Ao final de tudo, nos perguntamos se há agentes, disputa, conflito, ou se os números, unicamente, pairam sobre a sociedade, dando o tom da História. A realidade parece ter de se adaptar à fórmula, ao cálculo, à série.

Por outro lado, as faculdades de História, em especial as fluminenses - com as quais tenho maior contato - pouco tem se preocupado com a formação em *Teoria Econômica*, abrindo ainda mais espaço para críticas severas ao trabalho do historiador.

---

<sup>27</sup> - FRAGOSO, João. “Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002, p. 3-28.

Não cabe uma disputa entre historiadores e economistas, mas uma troca de conhecimentos entre as duas disciplinas. Não pretendo de forma alguma defender a idéia de uma História Econômica como disciplina autônoma, mas sim como uma área da História e um ponto de interseção entre História e Economia, muito mais um diálogo do que uma disputa de egos.

O diálogo também deve acontecer dentro da História, não devemos nos fechar em pequenos compartimentos isolados das chamadas História do Poder e Idéias Políticas e História Cultural. Uma visão preconceituosa, principalmente a que tem ocorrido em relação a esta última área, limitará e muito o trabalho do historiador e impossibilitará a busca por uma História que vise à totalidade, afinal não há um *homo* econômico, um *homo* político e outro cultural, como se a vida pudesse ser assim compartimentada.

Os agentes contemplam o econômico, o político, o social e ainda tem seus conflitos pessoais, suas dúvidas e incertezas. Entender quem são essas pessoas, as relações entre elas, sua maneira de ver o mundo e se enxergar nele, muito tem a contribuir para os trabalhos de História Econômica.

A proposta, portanto, é pensar sobre qual História Econômica queremos produzir. Para isso, acredito que devemos relembrar todos os debates travados em momentos anteriores, além de olharmos, sem preconceitos, para as críticas e sugestões de novas correntes historiográficas, como a micro-história, e para a interdisciplinaridade, dialogando, inclusive, com demais disciplinas, como a Antropologia Econômica. Um debate amplo será sempre o caminho mais profícuo para a produção de uma História combativa, dinâmica e total.

Por último, é mister salientar que a análise aqui desenvolvida teve como pressuposto teórico os escritos de Antonio Gramsci. O filósofo italiano, mesmo não tendo sistematizado um método de análise da sociedade, apresentou em seus cadernos importantes pistas para compreensão das relações sociais.

Ainda que muitos autores não reconheçam a possibilidade da aplicação dos conceitos gramscianos para o Brasil oitocentista, pretendo discutir essa utilização a partir da existência de sociedade civil na sociedade brasileira do século XIX, seguindo as indicações de Ilmar Mattos<sup>28</sup>, que escreveu a primeira interpretação sobre o Império

---

<sup>28</sup> - MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

Brasileiro com base no pensamento de Antonio Gramsci, como também de Ricardo Salles, Théo L. Piñeiro e Pedro Marinho<sup>29</sup>. Abordando diferentes aspectos da formação social brasileira oitocentista, estes autores demonstraram a possibilidade da utilização do aparato teórico gramsciano para a análise do período, contemplando as diversas formas de organização como o Corpo do Commercio, a Associação dos Assinantes da Praça, a Associação Commercial do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia, dentre outros aparelhos privados de hegemonia.

Uma das questões fundamentais do pensamento de Gramsci é o papel exercido pelo Estado. Diferente de uma concepção onde este “paira” pela sociedade e apresenta-se acima das relações sociais e conflitos nela existente, o filósofo italiano propõe analisarmos o Estado atravessado pelo conjunto das relações de classe, englobando tanto o conceito de Sociedade Política, como o de Sociedade Civil, não de forma antagônica, mas de constante interação. Para isto, Gramsci ressalta a importância dos estudos acerca dos aparelhos privados de hegemonia – locais onde os sujeitos dão organicidade às vontades coletivas, em busca da imposição de um determinado projeto hegemônico – e, por consequência, dos agentes neles inseridos. Cabe, portanto, verificar e analisar quem são os agentes integrantes destas organizações, bem como os projetos em disputa.

É, em especial, neste último ponto que percebo uma importante perspectiva metodológica: a necessidade de “rastrear” os agentes envolvidos na temática abordada, ou seja, perceber com quais interesses eles se identificam. Assim, procurei através das fontes ora utilizadas, acerca da relação Brasil-Inglaterra, das discussões das políticas públicas de comercialização e exploração de combustível, identificar os interesses e projetos envolvidos em tais debates, para entender as disputas em jogo.

Para tal análise, também utilizo a literatura produzida por liberais, em especial, as de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, considerado o principal representante do liberalismo no Brasil oitocentista. Suas obras representam um importante instrumento para

---

<sup>29</sup> - SALLES, Ricardo. *A nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF/PPGH, 2002. Ex. mime.; MARINHO, Pedro Eduardo M. M. *O Centauro Imperial. Os engenheiros e a organização da cultura no Império Brasileiro*. Publicado nos anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz. ANPUH, 2005.

análise do pensamento político-econômico no Brasil, estabelecendo projetos identificáveis com a concepção de divisão internacional do trabalho.

A dissertação é constituída de duas partes. A primeira objetiva discutir a historiografia acerca da construção, organização e conflitos do Estado Imperial brasileiro e sua relação com a poderosa potência capitalista, a Inglaterra. A tentativa, portanto, é lançar as bases teóricas sobre as quais analisarei a comercialização e extração de combustível, identificando as conjunturas políticas, econômicas e culturais do período estudado.

A segunda parte do trabalho pretende identificar as políticas públicas, ou ausência delas, de exploração de carvão em subsolo nacional com a incansável defesa da propriedade e a teoria liberal da divisão internacional do trabalho. A posição que o Brasil ocuparia nesta divisão e a concepção de “vocação agrícola” corroboraram para que, em muitos momentos, a preocupa o com a obten o de um dos principais instrumentos de moderniza o fosse relegada   segundo plano.

A temática aqui abordada possui a sua originalidade. Isto, se por um lado tornou-a mais instigante, por outro proporcionou inúmeros percalços, como a falta de referências e diálogo com outros autores.   notória a existência de pesquisadores, especialmente em Santa Catarina, que abordaram em seus trabalhos as explora es de carvão em sua região. Também há trabalhos que mencionam tais tentativas, colocando a questão da ausência de combustível como um dos entraves para a moderniza o brasileira. No entanto, desconheço a existência de alguma obra que tenha como foco a análise das políticas públicas de abastecimento de carvão no Estado brasileiro. Portanto, a disserta o ora apresentada não tem a pretensão de concluir um assunto tão pouco estudado em âmbito nacional. Pretende, apenas, ser um ponta p  inicial para futuras discussões, uma vez que suscita a análise de diversos aspectos da sociedade brasileira oitocentista.



## **PARTE 1 - *Negociantes, ingleses e senhores: a construção do Estado Imperial***

“(...) a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente dentro do mesmo âmbito”.<sup>30</sup>

A discussão acerca da extração em território nacional, comercialização e importação do carvão não poderia deixar de estar inserida num debate ainda maior, qual seja, a construção do Brasil Império. Afinal, o carvão apresentava-se como um dos símbolos e instrumentos de modernização, num mundo onde ideais de civilização e progresso ganharam força e influenciaram projetos políticos.

Não são desconhecidos os diversos trabalhos que buscaram compreender o Brasil oitocentista para além da dicotomia senhor-escravo. Estudiosos de diversas matizes teórico-metodológicas já abordaram tal período ressaltando a complexidade da sociedade brasileira, tanto entre classes dominantes, quanto entre estas e as classes dominadas, vistas para além do escravo e incorporando diversos setores: libertos, livres pobres, comerciantes, profissionais liberais, etc.

Os Negociantes são agentes que vem despertando grande interesse pela produção historiográfica. Diversos trabalhos ressaltam a sua importância não só no grande comércio, no tráfico de escravos, no financiamento, mas também na sua participação política, se fazendo representar e defendendo seus interesses. Tradicionalmente vistos apenas através do seu poderio financeiro, estes agentes históricos tem aparecido como grandes personagens da política brasileira.

No entanto, o papel exercido por esses homens de negócio na construção do Brasil Imperial e suas instituições está longe de ser um consenso na historiografia brasileira. Ora sendo os “donos do dinheiro”, ora entrando em conflito com os interesses dos senhores escravistas, ora excluído das instituições políticas centrais, ora submetido, ora submetendo-

---

<sup>30</sup> - HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26. ed. Pg. 180.

se ao poderio do senhores proprietários de terra e escravos, o fato é que os Negociantes ganharam espaço nos trabalhos historiográficos.<sup>31</sup>

O papel importante dos comerciantes na sociedade brasileira já havia sido concedido por Eulália Lobo em sua *História do Rio de Janeiro*<sup>32</sup>. Com o objetivo de compreender a função do Rio de Janeiro no plano político, administrativo, econômico e financeiro de 1760 a 1945, a autora perpassa pelos mais diversos setores da sociedade, em especial, no campo político e econômico, analisando suas estruturas de funcionamento. Lobo pretendia fazer um levantamento que incluísse as profissões, a demografia, a economia e a produção, tudo isto com um grande aparato de dados, fontes, estatísticas, etc.<sup>33</sup>

Através das decisões da Câmara, Lobo consegue perceber que comerciantes, tanto atacadistas, quanto exportadores, já no século XVII conseguiam exercer forte influência, formando, com isto, um poderoso grupo de pressão nos setecentos. O controle sob a circulação exercido pelos comerciantes deu a estes o domínio do sistema. Assim:

“Apesar das condições desfavoráveis para o desenvolvimento de uma burguesia mercantil numa sociedade de plantação tropical, os negociantes do Rio de Janeiro tinham constituído em fins do século XVIII um forte grupo de pressão, individualizado e independente dos grandes fazendeiros, capaz de fornecer crédito ao Rei e aos proprietários rurais e que se fazia representar na Câmara Municipal e diretamente junto ao Rei e aos órgãos de cúpula da administração da metrópole”.<sup>34</sup>

No século XIX, a autora também aponta para a importância dos financiamentos dos comissários para a produção, através, principalmente das Casas Comissárias e o

---

<sup>31</sup> - O conceito de *Proprietário de Terra e Escravos* aqui utilizado, aproxima-se da definição proposta por Márcia Motta para *Senhor e Possuidor*: “Para os fazendeiros, ser senhor e possuidor de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários)”. Por *Negociantes* entendo a partir da definição apresentada por Théó Piñeiro: “(...) o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc.” Ver: Márcia Maria Menendes Motta. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura/APRJ, 1998; Théó Lobarinhas Piñeiro. *Os Simples Comissários...* Ob. cit.

<sup>32</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do Capital comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, 1 Vol., Ed. IBMEC.

<sup>33</sup> - *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.10, 220p., maio-agosto 2003.

<sup>34</sup> - LOBO, Eulália. *História do...* Ob. Cit. Pg. 56.

crescimento do crédito e dos bancos quando os capitais antes investidos no tráfico de escravos voltaram-se para o financiamento depois da Lei Eusébio de Queirós.

Apesar de ser um trabalho marcado pela influência metodológica da *Historia Serial Francesa*, em muitos momentos, a preocupação com a quantificação supera a preocupação com a análise, a conjuntura, os conflitos. Sobre certas questões, a historiadora não conseguiu ir para além dos acontecimentos, ficando presa a uma análise quantitativa dos diversos aspectos da sociedade do Rio de Janeiro. Neste sentido, o estudo e análise da participação política e administrativa dos agentes que comandavam a Assembléia do Rio de Janeiro ficaram em segundo plano.

Mesmo podendo apontar determinadas críticas na obra ora citada, ressalto a sua importância para a historiografia brasileira. Através dela, pudemos conhecer melhor o método quantitativo utilizado à época, além de ser um referencial para estudiosos da história da cidade do Rio de Janeiro. O livro abre diversas possibilidades de reflexão, ao mesmo tempo em que traz uma grande quantidade de dados e estatísticas relevantes para futuras pesquisas. É inegável também a influência da autora para toda uma geração de historiadores, tendo como destaque a professora Maria Bárbara Levy, que por diversos momentos trabalhou ao lado de Eulália Lobo.

*As tropas da moderação* de Alcir Lenharo<sup>35</sup> apresenta-se como uma obra que coloca no centro das suas preocupações o papel dos comerciantes, em especial tropeiros, e o comércio de abastecimento no cenário político nacional.

Lenharo apresenta a diversificação do comércio de abastecimento interno do Sul de Minas e a sua intensificação com a vinda da Corte em 1808, permitindo a ascensão social de novos setores das camadas dominantes que, mais tarde, viriam a ocupar importantes cargos na administração regencial. É de suma importância ressaltar que, ao contrário do que supunha a historiografia, o autor demonstra como o mercado interno apresentava-se consideravelmente integrado. A importância deste comércio refletiu-se em dois grandes exemplos: primeiro garantiu a estabilidade da economia mineira face à crise da mineração e segundo, lançou as bases para a expansão da grande lavoura cafeeira, com abertura de estradas e abastecimentos dos gêneros de subsistência.

---

<sup>35</sup> - LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

Para compreendermos o poderio econômico dos *Negociantes* na sociedade brasileira oitocentista, é interessante apresentar as observações propostas por João Fragoso<sup>36</sup>. Com o objetivo de comprovar a possibilidade de acumulação endógena na virada do século XVIII para o XIX, Fragoso percorre a origem da fortuna dos barões do café, demonstrando que foi a acumulação prévia de capitais de *Negociantes*, não apenas ligados ao setor de exportação, mas também envolvidos no comércio de abastecimento interno, das praças do Rio de Janeiro e Minas Gerais que possibilitou a rápida montagem do aparato agroexportador escravista do café.

O autor nos mostra que às crises internacionais nem sempre corresponderam às crises internas e assim, o Brasil não acompanhou a risca o ciclo internacional, ocorrendo casos em que as receitas advindas da agroexportação mostraram-se positivas ainda que os preços internacionais estivessem em queda. Isso se explica, em parte, porque, ainda que o país mantivesse durante longo período as três características básicas de uma estrutura colonial: latifúndio, mão-de-obra servil (no caso brasileiro, escrava) e economia agroexportadora, a economia colonial apresentava-se para além destes fatores, era mais que uma *plantation* escravista. A existência de um mercado interno de abastecimento garantiu a redução dos custos da produção, permitindo uma maior elasticidade frente às flutuações do mercado internacional.

Desta forma, a diversidade desta economia, diretamente ligada à reprodução do escravismo colonial, possibilitou estratégias de resistências frente às crises dos preços internacionais. A complexidade desta economia refletiu na possibilidade de acumulação endógena de capitais, em especial, por parte dos *Negociantes*, que, segundo o autor, passou a investir na produção:

“Desse modo, nas últimas décadas do século XVIII e na primeira metade do século seguinte, na montagem de sistemas agrários escravistas-exportadores, em áreas de fronteira, verifica-se a transformação da acumulação mercantil em produção. Ou melhor, o capital mercantil periodicamente recria uma forma de produção historicamente dada. Por conseguinte, de certa maneira, estaríamos diante de um processo que se assemelha àquele visto na constituição da sociedade e economia coloniais montadas, nos tempos modernos, a partir da expansão mercantil ultramarina européia. A diferença entre um e outro processo estaria no

---

<sup>36</sup>- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

fato que o movimento aqui considerado se dá endogenamente ao mundo colonial. Aquela recriação do sistema agrário escravista agora surge como um processo necessário para a reiteração da sociedade e economia coloniais.”<sup>37</sup>

Este investimento na produção mercantil possibilitou aos comerciantes a oportunidade de adquirir prestígio e ascender socialmente, numa época em que a hierarquização apresentava-se como uma das principais características da sociedade brasileira. Assim, para Fragoso, haveria uma distinção entre os proprietários dos meios de produção (senhores proprietários de terra e escravos) e a “elite econômica”, representada pelos “homens de grosso trato”, ou *Negociantes* que utilizaram a acumulação mercantil para tornarem-se senhores de outros homens e assim ascender socialmente, contribuindo para que parte do excedente advindo do lucro mercantil retornasse à produção. Assim o autor característica e aponta para a importância destes agentes:

“O tráfico de cativos é feito e controlado por negociantes cariocas. Na exportação dos produtos coloniais e importação de mercadorias metropolitanas, há a participação direta de empresários coloniais que dificilmente poderiam ser apenas classificados como simples consignatários. Já que eles detêm a propriedade de navios, organizam as companhias responsáveis pelo seguro de suas operações e, como ainda veremos, controlam o seu crédito. (...) os mercadores de ‘grossa ventura’ da Colônia são a personificação da possibilidade de a economia estudada se reiterar parcialmente de maneira autônoma, ou melhor, de uma ascendência interna sobre os mecanismos de reprodução da sociedade colonial.”<sup>38</sup>

João Fragoso também ressalta o importante papel destes homens de negócios no setor de financiamento, o crédito controlado por estes agentes, favorecia uma certa “ascendência do comerciante sobre o produtor”, formando uma cadeia de dependência, o que corrobora com outras análises aqui expostas. Além disto, o autor demonstra que o capital de giro advinha do interior da própria praça de comércio, permitindo a formação de redes mercantis e cadeias de endividamento tanto no interior do Império como na África e no Prata.

Fragoso analisa diversas regiões do país demonstrando a multiplicidade de atividades econômicas que ora utilizavam mão-de-obra escrava, ora livre e outras possuíam caráter familiar. Além disto, muitas vezes estas produções não eram destinadas aos

---

<sup>37</sup> - Idem, pg. 26

<sup>38</sup> - Idem, pgs.. 197 e 198

trabalhos voltados para o mercado externo, mas para o abastecimento interno, o que favorecia a criação de uma “ampla rede intracontinental” desbancando a tese de auto-suficiência da *plantation* e indicando para um “mosaico de formas não-capitalistas de produção como uma formação econômica e social”<sup>39</sup>.

Desta forma, segundo João Fragoso, o escravismo colonial teria o papel hegemônico dentro da formação econômico-social brasileira, gerando, em sua reprodução, outras formas de produção não-capitalistas, ligadas, em geral, ao setor de abastecimento interno. Isto implicaria na possibilidade de acumulação endógena de capitais e na formação de um mercado interno. A hegemonia seria dada pelo capital mercantil que financiava a produção, abastecia a mão-de-obra, além de, claro, controlar o comércio externo e interno.

Martinho e Gorenstein<sup>40</sup> também trouxeram grande contribuição para a historiografia brasileira ao apontar os poderes econômicos de outros setores da realidade social brasileira do século XIX. Lenira Martinho analisa o papel político dos caixeiros no movimento de Independência e no início do Período Regencial. Já Riva Gorenstein apresenta o perfil social dos negociantes de grosso trato e seu papel político na época da Independência. Segundo a autora, durante muito tempo tivemos uma “visão unilateral do nosso passado”, alimentada, principalmente, pela famosa imagem de riqueza, prestígio social e político do senhor de engenho e do fazendeiro de café posteriormente, o que, por muitas vezes, encobriu o papel de outros agentes históricos na História do Brasil Colônia e Império.

Uma obra que muito influenciou a historiografia brasileira, suscitando calorosos debates foi *O Escravismo Colonial* de Jacob Gorender<sup>41</sup>. A idéia central do livro é fazer com que a escravidão explique a sociedade brasileira do período e não que seja explicada por esta. Baseando-se no conceito proposto por Ciro Cardoso de modo de produção escravista colonial, Gorender defende a necessidade de estudar o Brasil de dentro para fora e não simplesmente como um sistema de produção colonial, voltado para o mercado externo, contrariando, com isto, a tese circulacionista de Caio Prado Jr de análise do passado colonial brasileiro através do mercado atlântico, em especial, da exploração

---

<sup>39</sup> - Idem, pg. 120

<sup>40</sup> - GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

<sup>41</sup> - GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 2001. 6ª ed.

metropolitana. Para Gorender, não é a circulação que explica a produção, mas o contrário, afinal, “(...) a circulação mercantil não mais do que o prolongamento da produção, o processo de realização do valor do produto, da conversão deste em dinheiro em mercadorias, a serem consumidas produtiva ou improdutivamente”.<sup>42</sup>

Segundo o autor, “O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material”.<sup>43</sup> A partir desta premissa, Gorender analisa o escravismo colonial como um modo de produção específico, historicamente novo, e não como uma síntese dos modos de produção preexistentes no Brasil e em Portugal.

Gorender não reconhece no Brasil a formação de uma sociedade patriarcal, pois, segundo o autor, quando a escravidão apresenta-se fundamental na relação de produção de uma determinada sociedade, esta poderá ser de caráter patriarcal ou colonial, a primeira caracterizada por uma economia natural, a segunda voltada para produção para o comércio. O Brasil corresponderia a esta última.

Para Jacob Gorender a plantagem (*plantation*) foi a organização dominante no escravismo colonial, enquanto outras unidades produtoras, ainda que não-escravistas, se modelavam e giravam em torno dela.

O autor enumera algumas características básicas da plantagem. A primeira seria sua organização econômica voltada para o mercado e não para consumo direto. A monocultura apresentava-se como um traço marcante, mas, como lembra Gorender, não deve ser levada ao extremo, pois a economia natural, consumida dentro da própria unidade produtora, era uma necessidade estrutural. A organização do trabalho era feita por equipes, que obedeciam a um comando unificado. No mesmo estabelecimento, encontrava-se tanto o cultivo do produto quanto a estrutura necessária para o seu beneficiamento, além da organização do trabalho que presumia uma “intercambialidade de funções”.

Gorender ressalta que a montagem de uma unidade produtiva de plantagem exigia um alto custo e que o financiamento era peça fundamental do sistema e estava nas mãos dos mercadores que se constituíram “em fornecedor do plantador, suprindo-o com escravos, bens de produção e artigos de consumo estrangeiros.”<sup>44</sup> Desta forma, o senhor de escravos

---

<sup>42</sup> - Idem, pg. 523

<sup>43</sup> - Idem, pg.. 11

<sup>44</sup> - Idem, pg. 514

estaria constantemente em dívida com os mercadores, em especial, comissários, num círculo vicioso, ou, nas palavras do autor, num “endividamento compulsivo”.

A questão do endividamento dos senhores escravistas para com os mercadores também foi abordada por Maria Bárbara Levy<sup>45</sup> ainda no período em que o Brasil estava sob o jugo de Portugal. A autora afirma que no século XVII senhores de engenho encontravam-se constantemente endividados e subordinados ao capital usurário, sofrendo, com isto, contestações de sua hegemonia política e econômica. Comerciantes reivindicavam, assim, participação nas Câmaras Municipais, local privilegiado dos proprietários rurais. A Guerra dos Mascates e a Revolta de Beckmann figuram exemplos esclarecedores dos conflitos existentes entre estas classes, onde divergiam em questões relativas aos monopólios, impostos, preços, juros, etc.

Para a autora, somente com o avanço dos ideais liberais o sistema de crédito, até então limitado à circulação de mercadorias, voltou-se para a reprodução do produto social. Assim, os comissários do comércio de exportação proporcionaram aos fazendeiros a expansão e o custeio das suas atividades.

Este sistema de financiamento acarretou, segundo Gorender, uma contradição de interesses econômicos entre mercadores e plantadores escravistas que permeou o escravismo colonial. Nas palavras do autor:

“Se a economia cafeeira não partiu do marco zero, encontrando recursos previamente acumulados no próprio país, sua expansão notavelmente rápida não teria sido possível sem o funcionamento de um mecanismo regular e institucionalizado de financiamento. E o que se deu foi que a função do financiamento se unificou com a da comercialização, em mãos dos mesmos agentes, à semelhança do ocorrido na economia do açúcar.

Tais agentes especializados do financiamento e da comercialização eram os *comissários de café*. Cada comissário operava com certo número de fazendeiros: adiantava-lhes recursos para a safra vindoura e para a formação de novo cafezais através do fornecimento de bens de produção e artigos de consumo, inclusive os de luxo.”<sup>46</sup> (grifo do autor)

Os comissários eram sucedidos, na “cadeia da circulação mercantil”, pelos ensacadores e exportadores. Estes últimos, em geral, pertenciam às casas exportadoras estrangeiras, especialmente, inglesas.

---

<sup>45</sup> - LEVY, Maria Bárbara . *História financeira do Brasil colonial*

<sup>46</sup> - Idem, pgs. 519 e 520



A tarefa de compreender o Brasil do século XIX – um Estado-Nação em construção – torna-se ainda mais complexa, quando relacionada aos aspectos externos, em especial, ao avanço da lógica do modo de produção capitalista no mercado internacional sob a égide da maior potência mundial da época, a Inglaterra.

Nesta primeira parte do trabalho, terei como escopo apresentar e discutir algumas interpretações acerca da construção e da realidade social do Brasil do século XIX, bem como sua relação com a Inglaterra, maior exportadora de carvão para o Brasil e detentora de 2/3 do combustível mundial.

Num primeiro momento, o foco principal da discussão concentrar-se-á nas abordagens referentes à construção do Brasil Imperial, as características da sociedade oitocentista, bem como a questão do Estado e da burocracia. Em seguida, apontarei aspectos da relação entre o Brasil e a Inglaterra, países cujos interesses guiados pelos distintos modos de produção dominantes por vezes chocaram-se e outras tantas se complementaram.

O debate da realidade brasileira do século XIX e sua relação com a Inglaterra são cruciais para o entendimento das políticas públicas do Império de extração e importação-comercialização do carvão, ao mesmo tempo em que estas auxiliam na compreensão do projeto político que se pretendia hegemônico, uma vez que perpassa as temáticas de progresso, modernização e propriedade. Estes temas muito têm a nos dizer sobre os projetos de Estado Imperial.

## 1.1 - Entre a “hegemonia dos senhores escravistas” e o “paraíso dos negociantes”

Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Raízes do Brasil*, afirma que:

“Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio”<sup>47</sup>

Para o autor, este monopólio só viria a ser abalado pelo antagonismo entre a sociedade patriarcal e escravista e a modernização que se iniciou no Brasil a partir de 1850. Para Buarque de Holanda, a expansão do crédito, a instalação de bancos, as transformações nos meios de transporte, a multiplicação dos empreendimentos particulares, eram contraditórios ao trabalho escravo e à raiz agrícola do Brasil. O historiador ressalta ainda que a expansão dos negócios “sem bases rurais”, iniciou-se no mesmo ano do ponta-pé inicial para a abolição da escravidão, a Lei Eusébio de Queirós, indicando para uma contradição entre desenvolvimento rural e desenvolvimento “dos negócios”.

Estes “dois mundos distintos”, na visão de Sérgio Buarque de Holanda, se chocavam, demonstrando a incompatibilidade entre as formas de vida ligadas à modernização às ligadas ao tradicional patriarcalismo escravocrata. Este seria representado no plano político através das “relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos”. As cidades sob o domínio agrário veriam os representantes dos interesses rurais ocuparem todos os postos administrativos durante o Império e até mesmo na República.

Desta forma, baseando-se em Max Weber, Buarque de Holanda ressalta que o Brasil tendeu a apresentar burocratas “patrimoniais”, em lugar do “puro burocrata” e que, portanto, os indivíduos que ocuparam a administração do Estado procuraram defender interesses pessoais e não “interesses objetivos”, confundindo, assim, o público com o privado. Exemplo claro seria os dos senhores e filhos dos senhores escravocratas apontados na citação acima. Este caráter personalista da política brasileira estaria refletido nos partidos do Império, e especialmente representado na conhecida frase de Holanda Cavalcanti: “Nada há mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”. Nesta

---

<sup>47</sup> - HOLLANDA, Sérgio. *Raízes...* Ob. cit. Pg. 73

sobreposição do interesse particular ao coletivo, residiria, portanto, a supremacia do emotivo sobre o racional, uma das características mais fortes da constituição do povo brasileiro, segundo o autor.

Em suma, Sérgio Buarque de Holanda entendeu a sociedade brasileira do século XIX como permeada e construída pelos interesses individuais ligados à grande lavoura escravocrata, onde prevaleceram os ideais de patriarcalismo. Tal preponderância tornou-se incompatível com projetos políticos de modernização e avanços nas áreas tecnológica, de finanças e industriais.

Ressaltando também o caráter patriarcal da sociedade brasileira oitocentista, Raymundo Faoro<sup>48</sup> analisou o período como que atravessado pelos conflitos entre liberalismo, absolutismo, mudança, mas manutenção da ordem, centralização, descentralização. Enfim, um Estado que balançava entre a concentração do poder no Poder Moderador e Conselho de Estado e na Câmara dos Deputados, temendo ambos os extremos: a centralização beirando o absolutismo e a democracia liberal descentralizada, que levaria, aos olhos daqueles ainda abalados pelas revoltas regenciais, à “anarquia geral”.

Faoro percebe um conflito, em especial depois da reabertura das câmaras em 1826, entre o comércio e a fazenda, que vai permear todo o século XIX. Para o autor, os agentes do primeiro representavam as finanças e os agentes do segundo aqueles que possuíam um *status* muito além das suas verdadeiras posses. Neste sentido, haveria uma dependência do fazendeiro em relação ao crédito dos mercadores. Segundo o autor, um dos motivos para a defesa do fim do tráfico estaria na divergência de interesses entre estes dois agentes, afinal os mercadores controlavam o abastecimento da mão-de-obra e como bem analisou Eusébio de Queirós:

“A princípio acreditando [os lavradores] que na compra do maior número de escravos consistia o aumento de seus lucros, os nossos agricultores, sem advertirem no gravíssimo perigo que ameaçava o país, só tratavam da aquisição de novos braços, comprando-os a crédito, a pagamentos de três a quatro anos, vencendo no intervalo juros mordente. Ora, é sabido que a maior parte desses infelizes são ceifados logo nos primeiros anos pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e de todos os hábitos que constituem a vida. Assim, os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores, que compravam os traficantes

---

<sup>48</sup> - FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001. 3ª ed.

para os revender aos lavradores. Assim, a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes. Esta experiência despertou os nossos lavradores, e fez-lhes conhecer que achavam sua ruína, onde procuravam riqueza, e ficou o tráfico desde esse momento completamente condenado”<sup>49</sup>

A dependência do fazendeiro não termina no abastecimento da mão-de-obra. Como ressalta Faoro, a figura do comissário vai ganhando espaço e poder na medida em que é este quem adianta os recursos necessários à realização do plantio a juros que trazem de dois terços a quatro quintos de uma saca de café para as mãos dos comissários. Desta maneira, “o café não pertence mais (...) ao fazendeiro – senão nominalmente (...)”<sup>50</sup> Com tamanho poderio econômico, o autor acredita que neste momento o Governo articula seus interesses com os dos detentores do dinheiro, protegendo-os, guiando-os e orientando-os.

Todavia, apesar de tal concentração financeira - acima inclusive dos poderosos fazendeiros de café – capaz de reorientar as políticas econômicas do Governo, Raymundo Faoro não encontra para estes agentes um lugar na administração pública do país. Para o autor, o quadro dirigente saiu de uma burocracia composta de clérigos, magistrados, funcionários e latifundiários. Estes últimos em minoria em relação aos demais. Assim, existiria uma nova categoria política, um “governo oficial” que, não obstante de representar interesses ora de fazendeiros, ora dos donos do dinheiro, apresentava-se acima das disputas entre estes agentes, acima, portanto, dos conflitos. Tal posição teria sido facilitada pela centralização do poder no Segundo Reinado. Esta camada burocrática, dirigente, segundo o autor, manteve-se no poder através das eleições fraudulentas comandadas pela própria categoria, que elegiam seus filhos e protegidos, num círculo vicioso. O Estado, portanto, “reina soberano, com a ascendência de suas mãos, os funcionários”<sup>51</sup> A aristocracia brasileira seria, assim, burocrática em sua base, se alongando no patronato, cercada, ou por aliança ou por dependência, pelas demais classes dominantes.

Com isto, Raymundo Faoro avança ao demonstrar a influência dos mercadores, em especial dos comissários, na economia e na sociedade brasileira oitocentista colocando em pauta a relação conflituosa entre estes e fazendeiros. O comércio de exportação é, para

---

<sup>49</sup> -Idem. Pg. 376

<sup>50</sup> - Idem. Pg. 377

<sup>51</sup> - Idem, pg. 446

Faoro, a peça chave para entender a economia do período, pois é ele quem comanda a produção, afinal, “o país produz para exportar e não exporta porque produz”.<sup>52</sup>

No entanto, aos comerciantes, segundo tal visão, não é dada a oportunidade de preencher as cadeiras da administração estatal. Os conflitos no plano econômico, não aparecem, desta forma, no plano político. Este estaria ocupado por uma burocracia acima destas questões, mesmo no Segundo Reinado, “paraíso dos comerciantes”, segundo o autor.

Fernando Uricoechea<sup>53</sup> defende a formação de uma dominação burocrática patrimonial no Brasil oitocentista, que ao longo do século caminhou de uma administração local e diletante para uma administração profissional, estendendo-se primeiro na Corte e posteriormente nas províncias do Império.

Herdeira da política de promoções, privilégios e recompensas da Coroa portuguesa, a burocracia brasileira da primeira metade do século XIX teria mantido seu caráter patriarcal e não institucionalizada. Para o autor, as causas do atraso para a formação de uma ordem burocrática racional estariam no “ritmo apático dos centros urbanos, a pobreza da cultura burguesa e das associações de interesses e a contração formidável das instituições de mercado geradas pela presença da escravidão”.<sup>54</sup>

O caráter patriarcal da sociedade brasileira, teria levado ao patrimonialismo da comunidade política, expandindo o poder dos senhores de terra e escravos para além das fronteiras de suas terras e contribuindo para a visão da administração como um patrimônio pessoal. Este poder seria fruto da prebendalização da autoridade política, causadora do atraso da formação de um Estado moderno no Brasil.

Nas palavras do autor:

“Qualquer que tivesse sido o grau de centralização do governo durante todos esses períodos, em momento nenhum foi o estado capaz de governar efetivamente sem fazer acordos com grupos privados para contar com a sua cooperação. (...) Um governo viável, em outras palavras, dependia do reconhecimento por parte do estado das demandas e interesses locais, (...)”<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> - Idem, pg. 459

<sup>53</sup> - URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial. A burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.

<sup>54</sup> - *Ibidem*, pgs. 37 e 38.

<sup>55</sup> - *Ibidem*, pg. 112.

A partir desta relação, Uricoechea, defende a existência de um pacto entre o estado e o senhor de terras. Ao primeiro caberia conceder autoridade e status, enquanto ao segundo caberia a cooperação e serviços. O bacharel teria sido a ponte entre estes dois eixos do pacto, o articulador e acomodador de interesses entre o privado e o público, entre o local e o central.

O autor não esclarece quem seria “o governo” ou o que se entende por “estado”, comprometendo, com isto, o entendimento da construção do Estado Imperial brasileiro. Estas noções aparecem vagas e difusas, não permitindo vincular “o governo” a alguma forma de dominação. O “estado”, não obstante depender dos senhores proprietários de terra e escravos para a sua manutenção, não seria estritamente um representante dos interesses locais, possuindo uma existência própria, autônoma, *per si*.

De qualquer forma, Uricoechea defende que a organização do poder imperial foi obra de duas categorias essenciais: os senhores e os militares, sendo estas posições, na maioria das vezes, ocupadas pelos mesmos indivíduos. Apesar da sua força política na monopolização administrativa, os senhores não apresentaram, segundo tal perspectiva, qualquer forma corporativa durante o período abordado, uma vez calcados na solidariedade de parentesco, atuantes numa sociedade não capitalista, com um grau limitado de estratificação e carente de uma ética burguesa racional.

Em resumo, a burocracia patrimonial aqui presente, em especial durante o Primeiro Reinado, poderia ser caracterizada pelo seu caráter pragmático, carente de uma organização formal e normativa. Nas palavras do autor, esta burocracia seria irracional a partir do momento em que não possuía um uso sistemático e economicamente eficiente dos recursos que dispunha.

Também procurando compreender a formação de uma burocracia no Estado brasileiro em construção, a obra *A Construção da Ordem* de José Murilo de Carvalho<sup>56</sup> tem como objetivo central definir a natureza da “elite imperial”. Para o autor, é através dela que poderemos compreender as diferenças dos rumos tomados no pós-independência das colônias espanhola e portuguesa na América, como a fragmentação da primeira e o sistema político adotado pela segunda.

---

<sup>56</sup> - CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Editora UFRJ, 1996.

Carvalho defende que o mercado interno e a defesa pela manutenção da ordem escravista não são suficientes para entender a permanência da unidade territorial do Brasil e a opção pela monarquia. Opção, palavra chave da hipótese do autor, uma vez que os fatores econômicos não bastariam para compreendermos esta conjuntura, vista por José Murilo de Carvalho como uma escolha política dentre outras em voga na época. Assim:

“(...) elas [as elites] sempre atuam dentro de limitações mais ou menos rígidas, oriundas de fatores de natureza vária, entre os quais estão sem dúvida em primeiro lugar os de natureza econômica. Atribuir influência à atuação de elites políticas significa apenas negar o rígido determinismo de fatores não-políticos, particularmente econômicos, nas decisões políticas.”<sup>57</sup>

Desta forma, o autor defende que o tipo de elite política existente no período – muito influenciada pela política colonial portuguesa – teve como consequência a manutenção da unidade territorial do Brasil, a opção por um sistema monárquico e um governo civil.

A principal característica desta elite estava, segundo Carvalho, no seu caráter homogeneizante. Em outras palavras, mesmo não havendo uma homogeneidade social – apesar de saírem geralmente dos setores dominantes –, a homogeneidade que deu forma e coesão à este grupo reside na ideologia e treinamento dispensado à este setor. Esta homogeneização ideológica e de treinamento possibilitou a redução dos conflitos intraclasses dominantes, permitindo a elaboração e execução de um determinado projeto de dominação política e foi determinada pela educação formal universitária, ocupação e carreira política.<sup>58</sup>

A homogeneidade de uma elite permite, segundo a teoria do autor, uma maior eficácia na ação política uma vez que o grupo terá um projeto comum e, por isso, agirá de maneira coesa. Desta forma, a homogeneidade ideológica superaria os conflitos intra-elites. Assim:

“A homogeneidade ideológica e o treinamento seriam características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do estado absolutista. Uma das políticas dessa elite seria reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, particularmente da primeira metade do século XIX, teria treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e seria, em sua grande

---

<sup>57</sup> - Idem, pgs. 20 e 21

<sup>58</sup> - Idem, pg. 21

maioria, parte do funcionalismo público, especialmente da magistratura e do exército. Essa transposição de um grupo dirigente teria talvez maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único na América.”<sup>59</sup>

Carvalho identifica um diferencial modelo de educação nas universidades portuguesas, onde haveria uma tendência ao treinamento e profissionalização de empregados públicos, enfim, “a formação de uma burocracia no sentido moderno do termo. Nesses casos, a homogeneização social tendia a perder parte de sua relevância.”<sup>60</sup>

A manutenção do sistema escravista e de uma certa “continuidade com a situação pré-independência”, trouxeram, segundo o autor, um paradoxo, pois, se de um lado o Estado foi mantenedor e dependente das rendas vindas da economia agrária exportadora escravagista, por outro lado reduzia a mobilidade social, tornando-se alternativa de ascensão social dos setores da sociedade que não se enquadravam nesta produção escravista, como grupos urbanos e filhos de senhores de terra decadentes, em especial do Nordeste. Daí também, a idéia de que a homogeneidade da elite não estava na origem social, mas na educação, treinamento e ideologia.

Carvalho compreende a produção agroexportadora escravista como um “sistema bastante simplificado de divisão de trabalho”, com poucas e insuficientes alternativas ocupacionais.<sup>61</sup> Para setores das classes dominantes restava, assim, o emprego público com vistas para uma carreira política.

Desta forma, a elite política do Estado Imperial brasileiro não seria, para Carvalho, nem a simples representante dos interesses dos *Proprietários de Terra e Escravos*, nem mesmo um corpo autônomo e independente, livre para tomar suas próprias decisões, uma vez dependente da produção agrícola. O autor assim define esta relação:

“A capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro de normas constitucionais aceitas por todos constituía o fulcro da estabilidade do sistema imperial. Ela significava, de um lado, um conservadorismo básico na medida em que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais de grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Mas, de outro lado, permitia uma dinâmica de coalizões políticas capaz de implementar reformas que

---

<sup>59</sup>- Idem, pgs. 34 E 35

<sup>60</sup>- Idem, pg. 30

<sup>61</sup> - Idem, pg 73



seriam inviáveis numa situação de pleno domínio de proprietários rurais.”<sup>62</sup>

O autor critica a visão, a qual chama de simplista, que entende a origem social da elite política como determinante da natureza classista do Estado. Segundo Carvalho, a dependência financeira dos empregados públicos fazia com que seus interesses convergissem para a manutenção e expansão do aparelho estatal:

“Daí não terem sido raros os casos de ‘traição’ ao que se poderia definir como o interesse de sua classe de origem. (...) A dependência financeira era em parte responsável pelo fato de que os parlamentares magistrados frequentemente votavam a favor dos projetos do governo, mesmo quando prejudiciais aos interesses rurais.”<sup>63</sup>

E citando Gilberto Freyre, Carvalho conclui: “O bacharel-magistrado, presidente da província, ministro, chefe da polícia – seria na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do *pater familias* o aliado do Imperador contra o próprio pai ou o próprio avô.”<sup>64</sup>

Não obstante lembrar da dependência financeira de diversos setores da sociedade para com os homens de negócio, o autor acredita que as suas associações e grupos de interesses restringiram-se às reivindicações econômicas, não aparecendo de forma relevante no cenário político. Este seria o caso da Associação Comercial. Assim, a pressão política exercida por estes agentes estaria geralmente limitada às relações de parentesco e amizade com políticos.

José Murilo de Carvalho distingue a burocracia constituída no Brasil Império da apontada por Max Weber. Segundo o sociólogo alemão, o tipo ideal de burocracia seria aquela em que há “nomeação por contrato com base em qualificações técnicas; lealdade aferida pela fiel execução dos deveres, com base em regras impessoais; e perspectiva de carreira”. Assim, estes indivíduos seriam como “uma máquina em precisão, regularidade, eficácia, impessoalidade e predizibilidade”. Ou seja, uma burocracia mecânica, objetiva, apontada unicamente para os interesses nacionais, comuns. Este caráter impessoal de burocracia, como admite Carvalho, não se enquadra com o modelo aqui instaurado, onde, entre outras características, as nomeações e promoções eram feitas, em sua maioria, por “padrinhos”.<sup>65</sup> Assim, o autor percebe a burocracia como um espaço político, ocupado

---

<sup>62</sup> - Idem, pg. 39

<sup>63</sup> - Idem, pgs. 88 E 89

<sup>64</sup> - Idem, pg. 89.

<sup>65</sup> - Idem, pg. 125

especialmente por camadas médias urbanas e alguns proprietários rurais, e não como uma máquina administrativa.

Em suma, o autor de *A Construção da Ordem* acredita que a grande questão que está posta é a relação entre o Estado Imperial e a agricultura de exportação escravista. Como aquele dependia do comércio atlântico, uma vez que este gerava 70% da renda do governo, não poderia ter garantido a sua manutenção sem o apoio político dos senhores proprietários rurais escravistas. Deste modo:

“Gostando ou não, e muitos não gostavam, a elite política, particularmente os magistrados, tinha que compactuar com os proprietários a fim de chegar a um arranjo, senão satisfatório, que pelo menos possibilitasse uma aparência de ordem, embora profundamente injusta. A criação da Guarda Nacional e dos outros serviços litúrgicos tiveram esse sentido de barganha. O Brasil não era uma economia mercantil como a portuguesa que pudesse ser governada pela aliança de um estamento burocrático com comerciantes. Era uma economia de produtores agrícolas com mão-de-obra escrava e de criadores de gado com ou sem escravos. As bases do poder tinham que ser aqui redefinidas.”<sup>66</sup>

A dependência, no entanto, apresentava-se mútua e aí residiria, segundo Carvalho, a grande ambigüidade do governo imperial: ao mesmo tempo em que se defendia uma descentralização do poder, liberalização da economia, fim do Poder Moderador, “recorria-se a ele para resolver os problemas da escravidão, da imigração, dos contratos de trabalho, do crédito agrícola, da proteção à indústria, etc”, ou seja, pedia-se ajuda para setores chave da sociedade e economia brasileiras, que acabava por aumentar o poder do Estado, gerando mais críticas liberalizantes contra o mesmo.<sup>67</sup>

Estes primeiros autores, a despeito das suas diferenças, podem ser identificados pela relação que constroem entre Estado, burocracia e classe dominante. Influenciados por Max Weber, seja atribuindo à sociedade brasileira oitocentista o caráter patriarcal e patrimonial, seja estabelecendo uma autonomia – ainda que parcial – da burocracia estatal, estes estudiosos procuraram entender a sociedade brasileira, e a construção do Estado, a partir da visão de dominação burocrática do sociólogo alemão.

---

<sup>66</sup> - Idem, pg. 179

<sup>67</sup> - Idem, pg. 181

Em sua obra *Economia y sociedad*<sup>68</sup>, Weber caracteriza a estrutura patriarcal de dominação como pré-burocrática, cujas normas são criadas a partir da tradição e da crença na impossibilidade de mudança do que já está determinado. Da mesma forma, neste sistema de dominação, os princípios que definem justiça e igualdade seriam dados pela tradição e pela conveniência utilitária e não por princípios formais

Estas normas seriam ditadas pelos senhores - no caso aqui estudado, pelos proprietários de terra e de escravos - e legitimadas pela submissão pessoal dirigido à eles pelo restante da sociedade. Desta forma, a sociedade patriarcal seria uma sociedade pessoal, uma vez que a submissão às normas e regras tem origem em uma devoção que é pessoal, vinculada ao poder “santificador” da tradição.

A sociedade oitocentista brasileira estaria, portanto, enquadrada no que Weber chama de dominação tradicional e assim a define:

“Debe entenderse que una dominación es *tradicional* cuando su legitimidad descansa en la santidad de ordenaciones y poderes de mando heredados de tiempos lejanos, ‘desde tiempo inmemorial’, creyéndose en ella en méritos de esa santidad. El señor o los señores están determinados en virtud de reglas tradicionalmente recibidas. (...) Las relaciones del cuadro administrativo para con el soberano no se determinan por el deber objetivo del cargo sino por la fidelidad personal del servidor.”<sup>69</sup>

Quando uma sociedade patriarcal constrói um quadro administrativo, ela tenderia ao patrimonialismo, onde não há uma distinção burocrática entre a esfera privada e a oficial, o público e o privado se confundem por uma dominação que seria exercida em virtude de um direito próprio. Desta forma, o soberano organizaria o poder político analogamente ao seu poder doméstico, tornando os limites do seu poder variáveis e imprecisos, somente constrangido pelo profundo respeito às tradições. Faltaria, ainda segundo o autor, normas fixas e regulamentos obrigatórios próprios de uma administração burocrática.

Ao contrário da sociedade patriarcal, na dominação burocrática as normas seriam racionalmente criadas com uma finalidade impessoal e objetiva por funcionários que se caracterizariam por sua competência, técnica e objetividade. A legitimidade aqui estaria, não no poder pessoal, mas na legalidade abstrata. Assim, o caráter objetivo do poder burocrático residiria na sua necessidade técnica e nos conhecimentos especializados.

---

<sup>68</sup> - WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

<sup>69</sup> - *Ibidem*, pg. 180.

Desta forma, estes autores procuraram compreender a formação administrativa brasileira a partir dos tipos de dominação formulados por Max Weber. Ainda que negando a existência de uma “dominação burocrática”, estas obras analisaram a formação do Estado Imperial retirando o caráter classista do mesmo, bem como eliminando deste possíveis conflitos entre os setores dominantes da sociedade.

Um segundo grupo de estudiosos do tema pode ser identificado exatamente pelo oposto. Procurando as origens sociais dos ocupantes das cadeiras da administração pública, estes autores estabeleceram a relação entre a(s) classe(s) dominante(s) e a construção do Estado, como meio de defesa dos seus interesses e projetos de Nação.

Suas perspectivas, baseadas teoricamente no marxismo em geral e em Antonio Gramsci, em particular, não retiram o caráter classista do Estado, bem como não admitem a existência de uma burocracia que paire acima dos conflitos e interesses das classes e frações de classe. Neste sentido, estes autores muito colaboraram para a abordagem aqui reconhecida para a construção do Estado Imperial

Ilmar Rohloff Mattos<sup>70</sup> contribui de forma significativa para o entendimento da sociedade brasileira do século XIX. Sua obra *O Tempo Saquarema* tornou-se referencial para os estudos que pretendem compreender a formação do Estado Imperial. O grande passo dado por Mattos foi a utilização do rico aparato teórico gramsciano para o entendimento das disputas entre as classes dominantes na construção do Império, possibilitando uma visão mais complexa do período, definindo distintos interesses e posicionamentos no jogo político.

Para o historiador, a construção do Estado Imperial está diretamente relacionada com a constituição da classe senhorial, forjada como força social dirigente. Assim, o “tempo Saquarema” representaria o momento histórico em que esta fração da classe dominante exerceu hegemonia, ou seja, através de uma ação estatal, exerceu direção intelectual e moral.

Desta maneira, Ilmar Mattos, não se concentrou apenas na burocracia para entender o Estado Imperial, mas também nos mais diversos agentes, que por adesão ao projeto político Saquarema, constituíram-se enquanto dirigentes saquaremas.

---

<sup>70</sup>- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL, 1987

Baseando-se em E. P. Thompson, o autor enfatiza que a formação da classe senhorial, uma vez histórica, foi fruto da identidade de interesses sentida nas experiências comuns vividas por esses agentes. Desta forma, a classe senhorial constituiu-se de comerciantes, burocratas e senhores escravistas que:

“(…) se propunham a tarefa de construção de um estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar como classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante.”<sup>71</sup>

Os comerciantes estão aí representados a partir do momento em que, segundo o autor, o capital mercantil, subordinado à reprodução capitalista, exerce papel dominante nas relações econômicas. Este capital mercantil estaria concentrado nas mãos dos grandes comerciantes, dos comissários e traficantes de escravos.

Outro conceito amplamente utilizado pelo historiador é o de moeda colonial. Segundo Mattos, o lugar antes ocupado por Portugal em sua relação com o Brasil seria, no pós-independência, preenchido pela Inglaterra, restaurando-se assim, o pacto colonial. Um grande exemplo desta relação estaria nas casas exportadoras e importadoras britânicas que assumiriam o papel dos antigos colonizadores portugueses, tendendo a monopolizar setores comerciais. Esta restauração é assim caracterizada pelo autor:

“Ora, um pacto é sempre um acordo entre as partes, mesmo que a relação que se estabelece possa distinguir-se por uma assimetria. O pacto colonial que então se restaurava, também o era: a presença dos interesses ingleses predominantemente como um dos contratantes pressupunha a presença de interesses determinados do lado Império do Brasil, não sob a forma de uma justaposição, e sim de modo complementar e contraditório.”<sup>72</sup>

Neste sentido, Ilmar Mattos propõe que analisemos a forma como o Governo Imperial se postou diante do comércio internacional, não apenas pelas pressões externas, mas através dos projetos traçados pelas classes dominantes, que definiam as relações orientadas para o exterior. Afinal, se o pacto mostrou-se muitas vezes como uma vitória inglesa, ele não deixou também de atender a interesses de determinadas frações das classes dominantes nacionais.

Baseando-se na idéia de região, onde esta:

---

<sup>71</sup> - Idem, pg. 69

<sup>72</sup> - Idem, pg. 28

“(...) não deve ser reduzida a determinados limites administrativos (...). Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em determinado território, definido como área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescindia de base territorial.”<sup>73</sup>

vista, portanto, como um sistema de relações sociais, onde se articula tanto fatores internos, quanto externos, a continuidade de uma relação colonial estaria, segundo Mattos, em um lugar central no projeto político encampado pela Coroa, que ocuparia, assim o lugar da região, garantindo os seus interesses e unificando os anseios das classes dominantes. Neste sentido, a Coroa apresentaria-se como *partido*, na concepção gramsciana, de um organismo capaz de concretizar a vontade coletiva, ao mesmo tempo em que unifica e homogênea os representantes da classe senhorial.

A chave das relações coloniais apresenta-se, segundo o autor, no monopólio comercial. É este o elemento amalgamador das duas faces da moeda colonial, fazendo com que a “cara” – face metropolitana – não seja pensada isoladamente da “coroa” – face colonial –, embora ambas guardem as suas especificidades.

No entanto, ao mesmo tempo em que ressalta o caráter de pacto desta restauração, Mattos utiliza o conceito de produção mercantil-escravista, que visa entender a escravidão no Brasil a partir do comércio internacional, ao contrário do que propõe Gorender de compreender a sociedade a partir da escravidão e não ao contrário.

É inegável, portanto a contribuição historiográfica e a inovação para o entendimento da formação do Estado Imperial trazida pela obra de Ilmar Mattos. No entanto, ao entender a Coroa como *partido* capaz de unificar interesses, o autor acaba perdendo de vista o Estado enquanto espaço de conflito entre as frações das classes dominantes, uma vez que, para Gramsci, o partido é “a primeira célula na qual se sintetizam germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”.<sup>74</sup> Por outro lado, o autor valoriza as relações sociais internas ao perceber o pacto da moeda colonial restaurada como uma via de mão dupla, contemplando inclusive interesses das classes dominantes brasileiras.

---

<sup>73</sup> - Idem, pg. 35

<sup>74</sup> - GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3, pg. 16.

Com o objetivo de compreender a construção de uma imagem do Império do Brasil que lhe legasse a idéia de um período próspero, de progresso e poder, Ricardo Salles<sup>75</sup> apresenta uma nova proposta para o entendimento do Segundo Reinado, apoiando-se nos pressupostos teóricos de Antonio Gramsci. Sem negar a vinculação entre nostalgia e frustração do presente, o autor buscou na historiografia e em obras e críticas literárias a formação deste imaginário.

Uma certa decepção como o regime republicano, no período em que hoje chamamos de República Velha ou dos Coronéis apresentou-se como uma forte influência para o enaltecimento do Brasil monárquico. Afinal, as perspectivas da “Ilustração brasileira” não se fizeram concretizar após o 15 de Novembro. Assim, Salles analisa obras que, ao compararem as realizações do período monárquico e da recém-criada República, apresentam um painel bastante desfavorável a este último. As principais obras neste sentido seriam as de Joaquim Nabuco – *Um estadista do Império e Minha formação*, identificando a Monarquia com conquistas brasileiras da independência, unidade nacional, abolição, formação do sentimento patriótico e nacionalista.

A valorização do período imperial, sempre em contraponto com a República, estaria representada na historiografia através de nomes como Capistrano de Abreu, Rio Branco, Oliveira Viana, Pedro Calmon, João Camilo de Oliveira Torres e Hélio Vianna, com resquícios ainda nas obras de Gilberto Freire. Para Ricardo Salles, com a exceção de Raymundo Faoro na obra *Os Donos do Poder*, somente a partir da década de 60 a história do Brasil Império passou a ser revisitada pela historiografia.

No entanto, o autor enfatiza que a historiografia tradicional que defendeu o engrandecimento do Brasil monarquista é antes uma consequência da “nostalgia imperial” que a causa. Deste modo, seria necessário “explicar como a sociedade imperial foi capaz de produzir uma imagem tão forte de si mesma”.<sup>76</sup>

São, portanto, nos mitos nacionais de grandeza territorial, majestade e opulência da sua natureza, de igualdade entre os brasileiros, de benevolência, hospitalidade e grandeza de caráter do seu povo, de grande virtude dos costumes patriarcais, invulgares qualidades

---

<sup>75</sup> - SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

<sup>76</sup> - Idem, pg. 29

afetivas e morais da mulher brasileira, de alto padrão de civilização do país e de privilegiada paz;<sup>77</sup> e no projeto de civilização construído no Brasil Império que devemos, segundo o autor, encontrar a resposta para a valorização do Império brasileiro no consciente coletivo.

A Abolição seria, portanto, um grande exemplo de uma busca pelo progresso e a nova “moral internacional” contraditórias à escravidão. A crítica desferida ao regime escravista por seu caráter de atraso, não teria, no entanto, atingido o restante do “edifício escravocrata”.

Afirmando a independência, ao mesmo tempo em que valorizava a colonização européia que deixara uma herança civilizatória; exaltando a natureza ao mesmo tempo em que negava o seu caráter “bárbaro”; afirmando a escravidão, ao lado da sua caracterização como um mal necessário, assim foi forjada uma identidade nacional, ao lado de um projeto imperial, que possuía como carro chefe os ideais de progresso e civilização. Caberia ao Estado monárquico a missão civilizadora, já que fora a responsável pela unidade territorial, garantidora do potencial natural do Brasil e modernização nacional. Assim afirma Salles:

“O Estado era o grande promotor da construção política da nação, identificada como um projeto, como uma criação sua. A unidade territorial – essencial na definição de nacionalidade – e a preservação das riquezas e potencialidades naturais era sua grande obra. O Estado monárquico se construía com projeto civilizatório que dominava e incorporava o meio e a natureza, simbolizando a identificação entre Estado – civilização e espaço físico – natural. A experiência republicana era associada ao barbarismo caudilhesco e à dispersão territorial das demais nações latino-americanas. A monarquia fora capaz de não apenas assegurar a unidade territorial, mas exercer um papel hegemônico no subcontinente.”<sup>78</sup>

Assim como Gorender, Salles acredita ser imprescindível compreender a realidade social brasileira a partir do modo de produção dominante. No entanto, critica o autor de *Escravidão Colonial* de não dar a devida atenção à questão do Estado que, segundo Ricardo Salles é o “elemento chave de coesão de qualquer formação social”.<sup>79</sup> Assim, baseando-se em Eugene Genovese, o autor analisou a construção do Império brasileiro a partir da seguinte concepção:

---

<sup>77</sup> - Idem, pg. 33

<sup>78</sup> - Idem, pg. 100

<sup>79</sup> - Idem, pg. 45



“(...) as sociedades escravistas modernas desenvolvidas seriam aquelas em que as tendências de dominação de classe a nível imediato das relações de produção geraram, ao mesmo tempo em que nele se sustentaram, um Estado enquanto elemento fundamental e geral de dominação política e cultural.”<sup>80</sup>

Deste modo, Salles acredita que o Estado é resultante das relações de produção, mas proporciona a reprodução destas relações. Assim, se na produção escravista o senhor é a classe dominante, na construção do Estado estes agentes construíram também a sua hegemonia e tornaram-se classe dirigente.

O autor atribui a Ilmar Mattos a idéia da construção de uma hegemonia no Brasil Império, mas parece não levar em conta que para o autor de *O Tempo Saquarema* a classe dirigente é constituída também por *Negociantes* e burocratas e não apenas senhores *Proprietários de Terra e Escravos*.

Apesar de essencial para compreendermos o modo de produção escravista colonial, uma vez responsáveis pelo financiamento da produção, circulação das mercadorias e abastecimento da mão-de-obra escrava, em nenhum momento Ricardo Salles atribui aos *Negociantes* algum papel na construção do Estado Imperial. Assim:

“Foram resultado do processo histórico já assinalado: o passado colonial, a consolidação generalizada das relações de produção escravistas, a crise do antigo sistema colonial, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, o desenvolvimento da produção de café como um novo ‘ciclo’ da economia escravista exportadora. Entretanto, foi a fração da classe – que só se definiu enquanto tal ao constituir-se concretamente – dos senhores de escravos fluminenses que, fruto da conjugação histórica dos demais elementos, deu o sentido particular ao período histórico que se seguiu à independência. Se não lhe coube o papel de condutora ou responsável pelo processo de independência, repousou sobre ela desenvolvimento futuro da nação. Ela se constituiu a base social efetiva do novo Estado, ainda que gozando este de uma boa margem de autonomia.”<sup>81</sup>

Não obstante reforçar constantemente a hegemonia da classe escravista, em especial fluminense, Salles atribui ao “aparelho burocrático e administrativo” uma certa autonomia em relação à base social deste Estado. Senado e Conselho de Estado no Segundo Reinado se sobrepõem em relação à classe dirigente, enquanto o Poder Moderador apresentou-se como um “árbitro geral do sistema”. Assim, “a carência de organicidade dos senhores de

---

<sup>80</sup> - Idem, pg. 46

<sup>81</sup> - Idem, pgs. 60 e 61

escravos, em geral, e dos fluminenses, em particular, refletiram-se numa certa autonomia do aparelho estatal”.<sup>82</sup>

Para Ricardo Salles, seria errôneo tentar vincular políticos e intelectuais às classes sociais, pois haveria uma “autonomia do Estado imperial” que limitaria o acesso da classe dos senhores escravocratas ao poder central.

“Neste quadro, a separação entre a classe dominante, elite dominante e intelectuais se consolidou e, praticamente, tornou-se um dado estrutural da sociedade brasileira; a classe dominante não produziu – e, em parte, ainda não produz – intelectuais orgânicos diretamente. Havia sempre a necessidade do viés do Estado. Este fato produziu uma autonomia da elite dirigente, reflexo da própria inorganicidade da classe dominante em relação ao país.”<sup>83</sup>

O Segundo Reinado marcaria a passagem do predomínio dos valores privados para os públicos – relação tão reclamada pelos autores do primeiro grupo. O exemplo maior seria a questão servil: uma iniciativa do “governo imperial”, segundo o autor, que sentia os olhares da Europa civilizada reprovarem a escravidão, ao mesmo tempo em que temia insurreições oriundas das senzalas ou mesmo uma guerra civil como nos Estados Unidos.

A crise de hegemonia do Estado Imperial viria acompanhada pela modernização, pelas novas atividades econômicas que criaram novas demandas para novos grupos sociais, pelo cientificismo apoiado no positivismo e no darwinismo, pela substituição do romantismo pelo naturalismo e, em especial, pela idéia de atraso:

“O Império em si não se opunha ao progresso. A própria figura do Imperador, com seus gastos pelas novidades científicas, era emblemática deste fato. Contudo, o isolamento e a crise estruturais da escravidão aliados ao surgimento de novas demandas sociais fez com que o projeto imperial perdesse sua capacidade de expressar e ordenar esta busca pelo progresso.”<sup>84</sup>

Ao separar classe dominante, elite dirigente numa “autonomia de estado”, Ricardo Salles também separa crise de hegemonia de crise política, apesar de, para Gramsci, crise de hegemonia ser uma “crise do Estado em seu conjunto”<sup>85</sup>. Além disto, esta “autonomia” sugerida pelo autor, separando a base social do aparelho burocrático, levaria a uma

---

<sup>82</sup> - Idem, pg. 62

<sup>83</sup> - Idem, pg. 141

<sup>84</sup> - Idem, pg. 175.

<sup>85</sup> - GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...* Ob. cit., pg. 60.

separação também entre sociedade política e sociedade civil, ainda que sem negar a influência de uma sobre a outra.

O autor se distancia das outras obras deste grupo ao não considerar a dominação do capital mercantil e sua conseqüente atuação na política do Império. Por relacionar diretamente dominação política com dominação na esfera produtiva, Ricardo Salles não considera a presença de outros agentes na construção do Estado.

Ao contrário, Théo Lobarinhas Piñeiro em sua tese de doutoramento intitulada *Os Simples Comissários – Negociantes e Política no Brasil Império*<sup>86</sup> recupera a trajetória social, econômica e política dos *Negociantes*, entendendo a construção do Estado Imperial atravessada pelos conflitos entre estes agentes e os *Proprietários de Terra e Escravos*.

Assim como Ilmar Mattos e Ricardo Salles, Piñeiro utiliza os pressupostos teóricos de Antonio Gramsci, em especial no que tange ao conceito de “Estado ampliado” e a necessidade de “rastrear” os agentes das frações das classes dominantes do *bloco no poder*. Neste sentido, para além de uma “classe senhorial”, de uma hegemonia dos *Proprietários de Terra e Escravos*, ou de uma “autonomia do Estado Imperial”, o autor procurou perceber os conflitos existentes intra e entre classes dominantes. Com isto Piñeiro nos apresenta uma visão ainda mais complexa e dinâmica da realidade social do Brasil oitocentista e da construção do Império brasileiro, assim definido pelo autor:

“O Império Brasileiro aqui é compreendido como um produto de uma expansão e uma dominação, que se materializam na subordinação das diversas regiões aos interesses e à direção dos grupos dominantes do sudeste e, em especial, do Rio de Janeiro. Mais do que isto, ele é produto da aliança de classes entre *Proprietários de Terras e Escravos*, especialmente os da Província do Rio de Janeiro, com os *Negociantes*, principalmente os estabelecidos na Corte, ao mesmo tempo em que se incorpora, no interior do próprio Estado, no processo de (re)centralização, de classes e frações de classe de outras regiões do país.”<sup>87</sup>

Portanto, segundo Piñeiro, para compreender o Estado Imperial é necessário perceber a tentativa de construção por parte de frações das classes dominantes, de uma hegemonia, não através de uma característica homogeneizadora de interesses, mas como um processo que transforma as outras frações em frações dominadas da classe dominante.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> - PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os Simples ...* Ob. cit.

<sup>87</sup> - Idem, pg. 9

<sup>88</sup> - Idem, pg. 9

O *bloco no poder* se caracterizaria, assim, pela sua diversidade e distintos interesses, frutos das demandas de outros grupos sociais além dos senhores escravagistas, em especial ligados às áreas urbanas, consequência do “mosaico da economia brasileira” apontado por João Fragoso.

Neste sentido, a figura do *Negociante* aparece como fundamental para a compreensão deste “Estado ampliado”, uma vez que:

“Os *Negociantes* são dirigentes porque, participando do *bloco no poder*, e tendo formado uma aliança com os Senhores escravistas fluminenses, não se limitaram a subordinar os demais setores urbanos. Através da organização desses setores, da criação de associações e de sua atuação nas mesmas, buscaram construir sua hegemonia frente aos segmentos urbanos, incorporando-os aos seu projeto, por meio de um ideário que se apresenta como conservador e também pela formação de seus quadros.”<sup>89</sup>  
(grifos do autor)

Este lugar de classe dominante estaria estritamente vinculado à sua atuação como financiadora da produção, comerciante das mercadorias e abastecedora de mão-de-obra escrava, o que concentrava nas mãos dos *Negociantes* setores chaves da economia de plantagem escravista e, por consequência, fosse transferida boa parcela da riqueza gerada nesta produção para o setor mercantil.

Piñeiro demonstra que antes mesmo da chegada da Corte no Brasil os *Negociantes* já haviam organizado “uma instituição em muito semelhante a um banco”<sup>90</sup>, o que representa o grande nível de riqueza destes agentes ainda no Brasil Colonial.

Além disto, o autor esclarece que as casas comerciais instaladas no Brasil já haviam garantido importante autonomia frente à metrópole, conquistada através de interesses econômicos e relações pessoais.

Portanto, assim como Eulália Lobo, Théó Piñeiro afirma a existência de um grupo social de comerciantes que conseguem exercer determinada pressão em defesa dos seus interesses antes da vinda da Corte bragantina. Com a chegada da Corte e a “interiorização da metrópole” este poder e riqueza tenderam a aumentar.

A expressão “interiorização da metrópole” foi cunhada por Maria Odila Dias<sup>91</sup> que defendeu a hipótese de que a vinda da Corte para o Brasil em 1808, ao lado da idéia de

---

<sup>89</sup> - Idem, pgs. 13 e 14.

<sup>90</sup> - Idem, pg. 24

fundação de um império nos trópicos, significou uma ruptura interna nos setores políticos do reino e uma profunda divergência entre os interesses dos portugueses deste e os portugueses da nova Corte.

Desta forma, para a autora, longe de ter sido um movimento nativista, o processo de independência foi a consequência das divergências existentes entre os interesses e capitais enraizados no Brasil e os interesses e capitais do outro lado do Atlântico.

Ainda segundo Dias, é fundamental para entendermos a emancipação brasileira e a sua estrutura política compreendermos as relações e interdependência entre os interesses rurais, comerciais e administrativos. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade de aprofundamento dos estudos relativos ao predomínio social do comerciante.

As primeiras organizações apontadas por Piñeiro que vieram a representar os interesses dos comerciantes foram o *Corpo de Comércio da Bahia* e o *Corpo do Comércio do Rio de Janeiro*. Ambos procuraram exercer pressão e defender seus interesses frente à “invasão” de produtos ingleses no Brasil após a abertura dos portos que promoveu uma concorrência desleal entre os comerciantes do Brasil e os comerciantes britânicos. Esta disputa deu-se, em especial, no pequeno comércio, pois o comércio atlântico já estava fortemente controlado pelos grandes *Negociantes*. Estes incorporaram a disputa dos pequenos comerciantes para, segundo Piñeiro, garantir a direção das ações políticas do comércio, colocando-se, também, como representantes dos setores ligados às áreas urbanas.<sup>92</sup>

Deste modo, o autor traça um painel das formações e atuações dos aparelhos privados de hegemonia dos *Negociantes*, tais como o *Corpo do Commercio*, a *Sociedade dos Assinantes da Praça*, a *Associação Comercial do Rio de Janeiro* e de seus principais agentes. Com isto, Piñeiro pode analisar como os *Negociantes* se organizaram e constituíram um forte grupo de pressão que, ora conseguia a manutenção dos seus interesses, ora era derrotado, seja através de tratados comerciais e políticos, em especial com a Inglaterra, que prejudicavam seus negócios, seja através das políticas implementadas pelos senhores escravagistas, mas que, de qualquer forma, mantiveram-se na disputa pela hegemonia e dentro do *bloco no poder*.

---

<sup>91</sup> - DIAS, Maria Odila L. Da Silva. “A interiorização da metrópole”, in C. G. Mota (org.) *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

<sup>92</sup> - PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Os Simples...* Ob. cit. Pg. 46

De forma bastante resumida, podemos dizer que Théo Piñeiro identifica três grandes momentos políticos que representaram as alianças ou rupturas entre *Negociantes* e *Proprietários de Terra e Escravos*.

O primeiro momento é caracterizado pela aliança entre diversos grupos, em especial entre aqueles agentes em oposição ao projeto de recolonização das Cortes portuguesas. Esta aliança teria garantido a ruptura com Portugal, mas não se prolongou por muito tempo. A proposta de Constituição apontada em 1823 desagradou tanto os *Negociantes* quanto ao Imperador, culminando na dissolução da Assembléia Constituinte e na outorga da Carta em 1824. Os pontos de discordância estariam, segundo o autor, nas seguintes questões:

“(...) desagradava ao imperador, apesar de considerar sua pessoa sagrada e inviolável, na sua concepção de divisão de poderes porque fortalecia o Ministério em detrimento do monarca, previa indissolubilidade da Câmara dos Deputados e proibia a acumulação de coroas, além de prever, como base da organização do Império, a Comarca e não a Província, colocando o poder diretamente nas mãos dos proprietários regionais. Os *Negociantes*, além deste último aspecto, não podiam gostar da ‘liberdade comercial’ prevista no projeto, que lhes retirava a proteção do Estado e o sistema eleitoral, não por ser censitário, mas porque privilegiava os proprietários de terra, praticamente proibindo-lhes o acesso aos principais cargos eletivos.”<sup>93</sup>

Após a outorga da Carta Constitucional, “parecia que os *Negociantes* dominariam o Império”<sup>94</sup>, intenção logo frustrada, segundo Piñeiro, pelos tratados assinados com a Inglaterra.

O Imperador estaria assim, sem o apoio das suas principais bases sociais, o que levou à sua abdicação e o início de um segundo momento: a da chegada ao poder dos *Proprietários de Terra e Escravos* e das Regências.

Nesta nova conjuntura, o eixo político esteve voltado para a Câmara dos Deputados, onde predominavam aos *Proprietários de Terra e Escravos* e seus representantes, período apontando como um processo de descentralização, cujos maiores representantes foram o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional de 1834.

No entanto, este período também fora marcado “por grande instabilidade política, com revoltas em diversas províncias, pondo em perigo a ‘unidade do Império’ e

---

<sup>93</sup> - Idem ,pg. 88

<sup>94</sup> - Idem, pg. 91

demonstrando que a afirmação de uma dominação, a nível nacional, ainda não se consumara.”<sup>95</sup>

No bojo desta crise, esboçava-se um processo de recentralização conhecido como *Regresso*, tendo como principais passos a Lei de Interpretação do Ato Adicional, o golpe da Maioridade de D. Pedro II, restabelecimento do Poder Moderador e do Conselho de Estado e a reforma do Código de Processo Criminal. Assim:

“A instabilidade política do período regencial o risco da desagregação do império, a morte do antigo monarca, o medo das revoltas sociais, tudo isso levando à necessidade de redefinição de um novo pacto político, permitiu a reaproximação dos *homens de negócios* com setores dominantes dos proprietários de terra e escravos, agora embalados pela ‘onda verde do café’.

A aliança daí surgida, construindo um novo *bloco no poder*, reconstruiu o império, especialmente do Rio de Janeiro, derrotou as revoltas regionais, incorporou setores dominantes nas províncias e garantiu, na (re)centralização, a preponderância do sudeste e o poder dos grandes proprietários, seja de terra, seja de capital.”<sup>96</sup> (grifos do autor)

No entanto, Piñeiro faz questão de frisar que a reconstrução da aliança entre *Negociantes* e *Proprietários de Terra e Escravos* não significaria o fim dos conflitos entre estes agentes, o que poderia ser exemplificado em dois momentos. O primeiro refere-se à abolição do tráfico negreiro – grande fonte de lucros dos *Negociantes*. No entanto, estes souberam muito bem investir o capital antes aplicado no abastecimento de mão-de-obra em bancos, imóveis em áreas urbanas, empresas manufactureiras e fabris. O segundo exemplo está na chamada lei dos Entraves de 1860 que representou a política dos *Proprietários de Terra e Escravos* de favorecimento aos capitais britânicos em detrimento dos nacionais.

A conclusão apresentada por Théó Piñeiro sintetiza sua hipótese:

“Por outro lado, também conseguiram [os *Negociantes*] não ser totalmente derrotados em sua disputa, uma vez que se mantiveram sempre como integrantes do *bloco no poder* no império, sendo sempre agentes a serem considerados, consultados e respeitados nas decisões políticas que seriam tomadas, demonstrando que sua força econômica e sua capacidade de organização haviam se transformado em uma força política que se mostrou impossível de derrotar totalmente.”<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> - Idem, pg. 112

<sup>96</sup> - Idem, pg. 277.

<sup>97</sup> - Idem, pg. 280

Assim, para o autor, ainda que conseguindo se manter como classe dominante, os *Proprietários de Terra e Escravos* não teriam sido capazes de construir uma hegemonia no Brasil Império, pois estiveram sempre pressionados pelos *Negociantes*.

A partir de distintos olhares e perspectivas teórico-metodológicas, estas obras demonstraram a influência política – indissociável do seu poderio econômico - dos *Negociantes* na formação do Brasil Império. Estes agentes, portanto, não devem ser estudados dissociados dos centros de decisões e pressões do Império, não somente na sociedade política, como também na sociedade civil, através de aparelhos privados de hegemonia. Seus interesses por vezes distintos, por vezes compatíveis com os das outras frações das classes dominantes, forjados através de alianças ou de defesa de projetos diferenciados, permearam as discussões e influenciaram a formação do Brasil Império.

A historiografia avançou bastante nos estudos acerca do caráter e construção do Estado brasileiro, procurando compreender esta sociedade para além dos limites das fazendas. Ao trazer a participação política efetiva de outros agentes sociais, estes estudos possibilitaram o melhor entendimento da dinâmica social brasileira, questionando a visão simplificadora de um país habitado por senhores e escravos.

Desta maneira, não defenderei a idéia apresentada por Sérgio Buarque de Holanda de que a monopolização dos cargos públicos por parte dos fazendeiros e seus representantes foi a causa da lenta modernização brasileira. Aceita a perspectiva de que o Estado brasileiro foi construído ao longo do século XIX permeado por disputas entre diversos setores da sociedade, que se diferenciavam não somente pela sua origem classista, mas também regional<sup>98</sup>, a explicação de Buarque de Holanda não caberia mais como entendimento das precárias políticas públicas energéticas do Brasil oitocentista.

As vantagens da manutenção do latifúndio agro-exportador - que não se limitava apenas aos seus proprietários, a defesa da vocação agrícola do país, o ideal liberal das vantagens comparativas, a competição estrangeira, em especial inglesa, as disputas entre as frações das classes dominantes, parecem explicar melhor a ausência de um maior

---

<sup>98</sup> - Um bom exemplo para percebermos as disputas regionais entre agentes da pertencentes à mesma classe social está no estudo de Peter Eisenberg, em que o autor demonstra as divergências travadas entre os fazendeiros do Oeste Paulista e os do Vale do Paraíba no congresso agrícola de 1878. EISENBERG, Peter L. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878. IN: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.



empreendimento por parte do Governo Central na busca, exploração e extração do combustível em solo nacional.

Todos estes temas serão abordados no decorrer deste trabalho através de uma perspectiva que nega a existência de uma burocracia acima dos conflitos de classe, ao mesmo tempo em que não a compreende como monopólio dos interesses dos senhores proprietários de escravos e terras. No entanto, não obstante os conflitos existentes entre as frações das classes dominantes do bloco no poder, acredito no estabelecimento de uma hegemonia, transformando o seu projeto político em projeto de Estado brasileiro, qual seja, a defesa da vocação agrícola do país.

Pretendo assim, interpretar as discussões e políticas públicas desenvolvidas no Império acerca do abastecimento e extração de combustível à luz de tal projeto hegemônico implantado no decorrer do século XIX.

## 1.2 – À todo o vapor: o avanço da “oficina do mundo” sobre mercados não capitalistas

*“A fortuna dos Estados não pode nem deve concentrar-se sobre o seu território; é o que compreenderam os grandes povos quando estudaram suas relações comerciais, e se estabeleceram em todos os mares, sobre todas as costas importantes. (...) Há na Europa um povo que, neste particular, merece ou provoca a mais séria atenção: queremos falar da Inglaterra. Poucos países existem onde esta nação não tenha posto os pés, poucos territórios em que a sua bandeira não esteja hasteada; o seu pavilhão cobre hoje todos os mares (...) a Inglaterra insinua-se por toda a parte com os seus produtos, e por toda a parte inocula seus costumes, sua língua, sua civilização. (...) vantagens incontestáveis, prepara para si, em todas as partes do mundo, rendas importantes ou decisiva influência. Não é somente como mercado para seus produtos que a Inglaterra cobiça este ou aquele território, um ou outro rochedo, mas também como ponto militar, como meio de proteção para seu comércio e sua indústria, como influência num círculo determinado. (...) Nunca foi levado mais longe o espírito de invasão e de conquista; nunca, cumpre confessa-lo, desenvolveu a Inglaterra tanta habilidade e perseverança para conseguir o fim de sua ambição, isto é, para fazer-se senhora absoluta do comércio, da indústria, e dos mercados dos dois hemisférios, em uma palavra, senhora do mundo. (...) Seus missionários metodistas, seus negociantes tornam-se em suas mãos instrumentos ativos de influência sobre as populações mais selvagens e mais bárbaras. (...) convencida como está que uma colônia nunca é onerosa aos particulares, ou indispensável à grandeza política do país. (...)”<sup>99</sup>*

*“Acostumaram-se os ingleses a considerar o Brasil e Portugal como colônias britânicas.”<sup>100</sup>*

As citações retiradas do periódico *Jornal do Commercio* ilustram bem o avanço de determinada política econômica sobre as diversas áreas do mundo pela potência mundial de então, a Inglaterra. Sob os seus auspícios, o modo de produção capitalista avançou sobre áreas não-capitalistas, expandindo para o exterior os mesmos imperativos que impulsionavam o mercado interno: a produção competitiva e o aumento do consumo. Ellen Wood ressalta a importância de aprofundarmos nossos conhecimentos sobre esta política de

---

<sup>99</sup> - *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 01/02/1846.

<sup>100</sup> - *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07/12/1845.

comércio internacional britânica, já que foi ela determinante no desenvolvimento capitalista. Em suas palavras:

“(...) o capitalismo surgiu numa rede de comércio internacional e não poderia ter despontado sem ela. Portanto, ainda resta muito a dizer sobre como a inserção particular da Inglaterra no sistema internacional de comércio determinou o desenvolvimento do capitalismo inglês.”<sup>101</sup>

Neste momento, interessa-me apontar e discutir basicamente duas questões: a primeira, cujo caráter apresenta-se mais teórico, relaciona-se com a necessidade intrínseca de expansão do modo de produção capitalista; a segunda refere-se à política comercial internacional da assim denominada “oficina do mundo”, a Inglaterra. Ambas problemáticas são cruciais para a temática ora abordada, pois corroboram para o entendimento da relação entre Brasil e Inglaterra, ou seja, entre um país cuja formação social apresenta como modo de produção dominante o escravismo colonial<sup>102</sup> e um país à frente do avanço capitalista.

É mister ressaltar que utilizarei o conceito *capitalismo* tal como proposto pela literatura marxista. Segundo Marx, para que um determinado período histórico possa ser considerado capitalista é necessário, em primeiro lugar, que haja uma concentração da propriedade, dos meios de produção em poder de uma classe, esta, representante de uma pequena parcela da sociedade. Haveria como consequência, a formação de uma outra classe que, destituída de propriedade, teria na venda da força de trabalho a única fonte de subsistência. O capitalismo é, portanto, um sistema onde a força de trabalho se torna uma mercadoria – possui valor de troca, representado pelo contrato salarial - e que tem como principal característica a separação trabalho-capital.

Desta forma, podemos perceber que o autor propõe a análise do modo de produção capitalista não a partir da existência do comércio e do financiamento somente, mas a partir do momento em que estes comerciantes e financistas usaram o capital na sujeição do

---

<sup>101</sup> - WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001. p. 64.

<sup>102</sup> - GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978. A expressão “escravismo colonial” é utilizada aqui no sentido abordado por João Fragoso, inspirando-se na obra de Jacob Gorender, cujo termo colonial apresenta três traços básicos: economia voltada principalmente para o mercado externo, dependendo, por isso, deste estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; troca de gêneros agropecuários e matéria-prima por produtos manufaturados estrangeiros e, por fim, limitado controle sobre a comercialização no mercado externo; não implicando necessariamente em dependência estrutural colonial para com as regiões metropolitanas. IN: FRAGOSO, José Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arq. Nacional, 1992.

trabalho à criação da mais-valia no processo de produção.<sup>103</sup> O foco, portanto, passa da concepção do lucro como motivo da atividade econômica, para o estudo das relações sociais entre trabalhador e capitalista.<sup>104</sup>

Mas, se o lucro, através da extração da mais-valia, se dá na exploração da força de trabalho alheia, sua realização só ocorre no mercado. Ao mesmo tempo, é através do mercado que o trabalhador vende a sua mão-de-obra, e é aí, na interação destes dois aspectos, que reside o papel crucial do comércio no modo de produção capitalista. Um sistema onde capital e trabalho dependem do mercado para obter as suas condições de reprodução. Vale ressaltar, que existe, portanto, uma relação de dependência e que, dessa forma, o comércio não se equivale ao capitalismo e nem este é fruto simplesmente da expansão daquele.

Ellen Wood, mesmo defendendo que as origens do capitalismo devem ser analisadas a partir das transformações das relações sociais de propriedade (principalmente no campo), pois gerou a necessidade da produção competitiva, aponta para a relação capitalismo-mercado de forma bastante esclarecedora. Segundo a autora, a estrita dependência do mercado o transforma num determinante e num regulador da reprodução social, tornando a competição, a acumulação e a maximização dos lucros, características fundamentais deste modo de produção. Isto significa a constante necessidade de expansão do capitalismo.<sup>105</sup>

Esta expansão é retratada – e duramente criticada -, por Francisco Sierra y Mariscal quando aponta para os aspectos desfavoráveis da influência britânica. A analogia com a aranha, demonstra a tentativa inglesa de expandir seus negócios para as diversas regiões:

“(..) não amam [os ingleses] outro Paiz que a Inglaterra. Não se cazão; não comem nem bebem sinão o que hé Inglez. *São uma Aranha por toda a parte*; qualquer Nação deve temer mais hum escriptorio Inglez em seu Paiz que todas as Pessas de Artilharia Inglezas.”<sup>106</sup> (grifo meu)

---

<sup>103</sup> - A temática da origem do capitalismo já foi palco de inúmeras discussões, não cabendo aqui retornar a elas. Para uma visão ampla do debate, ver: SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo. Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974; SWEEZY, Paul (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; WOOD, Ellen M. *As origens...* ob. cit.

<sup>104</sup> - Maurice Dobb realiza uma bela exposição dos diversos conceitos cunhados para capitalismo, analisando-os e comparando-os. DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. 7<sup>a</sup> ed.

<sup>105</sup> - WOOD, Ellen M. *As origens...* ob. cit.

<sup>106</sup> - SIERRA Y MARISCAL, Francisco. *Ideas Geraes sobre a Revolução do Brazil e suas Consequencias*. APUD: FREYRE, Gilberto. *Inglezes no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a*

Assim, esta necessidade expansionista levaria a abertura de novos mercados, bem como a imposição da lógica capitalista a novos territórios. É importante salientar que as contradições internas de um determinado modo de produção são as principais causas para as mudanças estruturais, mas acredito que as conjunturas externas também exerçam papel significativo nestas transformações, ainda que de forma secundária. Neste sentido, o século XIX, marco cronológico deste trabalho, presenciou a projeção do capitalismo enquanto modo de produção dominante sobre diversas áreas não-capitalistas do mundo.

Rosa Luxemburg também faz questão de ressaltar a importância do comércio, principalmente internacional, para a realização da mais-valia e reprodução do capitalismo. No entanto, a tese apresentada pela autora é que a acumulação capitalista - e assim todo o sistema, só pode subsistir através de constantes trocas com formações sociais não-capitalistas. Para Luxemburg:

“(...) a existência de compradores não-capitalistas da mais-valia é uma condição de vida direta para o capital e sua acumulação. Em tal sentido, tais compradores são o elemento decisivo no problema da acumulação do capital.”<sup>107</sup>

A autora formula tal hipótese a partir da análise do capitalismo simplesmente através da relação conflitante entre proletariados e capitalistas. Somente estes agentes não seriam, portanto, capazes de realizar a reprodução do capitalismo, dependendo de outros modos de produção. Desta maneira, haveria, segundo Luxemburg, a necessidade intrínseca de um “mercado interno”, capitalista, e outro “externo”, não-capitalista que absorveria os produtos daquele, oferecendo-lhe em troca elementos de produção – em especial matéria-prima - além de mão-de-obra barata.<sup>108</sup>

Ao mesmo tempo, a autora aponta que não é qualquer sistema não-capitalista que contempla esta relação. Para isto, o capitalismo trava uma luta contra a *economia natural*, definida por Luxemburg como uma produção de caráter doméstico, não demandando mercadorias estrangeiras e não produzindo excedentes, englobando sociedades feudais, escravistas e o comunismo primitivo. Embora não entendendo o Brasil oitocentista como

---

*cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora e Brasília: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e Cultura, 1977. Coleção Documentos Brasileiros, volume 58. 2ª edição. Pg. 219.

<sup>107</sup> - LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 315.

<sup>108</sup> - Cabe lembrar que, neste caso, “interno” e “externo” não são questões geográficas e sim de cunho econômico-sociais. Desta maneira, esta relação pode existir dentro de um mesmo país.

economia natural, acredito ser interessante como a autora demonstra a necessidade do capitalismo de avançar sobre tais sociedades, impondo a sua lógica. Seriam quatro as finalidades econômicas dessa luta: a apropriação direta - especialmente de matérias-primas; a liberação de trabalhadores para as fileiras do operariado; introdução de uma economia de mercado e, finalmente, a separação da agricultura do artesanato.

Acredito que é preciso que estarmos atentos para que não aja uma excessiva generalização, afinal, as relações entre diferentes regiões se dão a partir das formações sociais das mesmas, o que envolve a necessidade constante de historicizar. A relação entre Brasil e Inglaterra oitocentistas, por exemplo, não foi a mesma durante todo o século XIX, como a seguir será abordado, variando segundo as conjunturas de ambos os países.

Tal análise proposta por Rosa Luxemburg possui pontos bastante discutíveis. Acredito que a Inglaterra soube muito bem aproveitar a sua primazia industrial diante das sociedades não-capitalistas. E, sem dúvidas, o mercado com estas formações sociais foi fundamental para a reprodução e expansão do modo de produção capitalista. No entanto, não compartilho com a idéia de que o capitalismo necessite sempre de um modo de produção diferente.

Em primeiro lugar, não penso esta sociedade como uma divisão entre duas classes: trabalhadores e capitalistas, mas, além destas, inúmeras outras classes e frações de classes que, ainda que não participem diretamente da produção capitalista, não deixam de fazer parte desta lógica, portanto, potenciais compradores.

Em segundo lugar, como a própria autora aponta, os lugares por onde a Inglaterra conseguia exercer certo domínio – seja formal ou informal - ela se esforçou ao máximo para mudar as relações sociais ali existentes, pressionando sempre – seja através da força militar ou de tratados políticos – para a formação de uma sociedade de mercado. Isto mostra que o que o capitalismo busca é a expansão da sua lógica e não somente a comercialização com sociedades não capitalistas, afinal uma economia de mercado, necessita de uma sociedade de mercado.

Com isto, acredito serem mais satisfatórias as observações realizadas por Wood:

“A nova dinâmica desse sistema capitalista crescente produziu uma nova forma de imperialismo colonial. Tinha havido outras nações coloniais, até maiores e mais poderosas. Mas a Grã-Bretanha criou um novo tipo de impulso imperialista: não apenas a antiga avidez pré-capitalista de terras e pilhagem (embora ela não desaparecesse, é claro), mas *uma expansão*,

***para o exterior, dos mesmos imperativos capitalistas que estavam impulsionando o mercado interno: os imperativos da produção competitiva e do aumento do consumo.***<sup>109</sup> (grifo meu)

Assim, acredito que ao analisarmos a relação entre um país capitalista e um outro não-capitalista faz-se necessário ter sempre em vista a tentativa de expansão do modo de produção do primeiro sobre este. Afinal,

“(...) se o capital destinar-se a ser a forma dominante de uma época, suas condições terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala.”<sup>110</sup>

No entanto, esta expansão-dominância não se fez de forma rápida, eliminando de uma só vez formações sociais pré-capitalistas. Esta relação se deu de forma lenta e de distintas maneiras, variando no tempo e no espaço. Além disto, é necessário considerarmos a coexistência e interação de diferentes modos de produção numa mesma formação social, pois, afinal, como nos aponta Marx, os modos de produção não se sucederam de forma linear, mas sim incorporando, utilizando, moldando e sendo moldado, influenciando e sendo influenciado pelo sistema anterior. O capitalismo esteve, portando, caminhando ao lado de diferentes modos de produção, ainda que destruindo-os lentamente.<sup>111</sup>

Eric Hobsbawm acredita que o importante é perceber as contradições internas dos sistemas socioeconômicos que proporcionam as bases para uma transformação, sem se deixar levar por um “modelo de mudança revolucionária”, buscando compreender assim, a existência e relação dialética entre elementos estabilizadores e desestabilizadores.<sup>112</sup> Acrescentaria a esta observação a importância de se estudar os mesmos elementos no âmbito das relações internacionais, analisando as influências recíprocas quando diferentes formações sociais entram em contato, como no caso entre Brasil e Inglaterra oitocentistas.

Nos quadros das Teorias das Relações Internacionais<sup>113</sup>, a corrente denominada pluralista, de forte inspiração liberal, cujos maiores representantes são Robert Keohane e

---

<sup>109</sup> - WOOD, Ellen M. *As origens...* ob. cit. P. 108.

<sup>110</sup> - MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991. 6<sup>a</sup> ed. P. 102.

<sup>111</sup> - Idem, p. 108.

<sup>112</sup> - HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Capítulos 10 e 11.

<sup>113</sup> - Minhas referências para as discussões acerca das relações internacionais estão nos trabalhos de: CASTRO, Marcus Faro de. *De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição*. Brasília: Editora UnB. Cadernos do REL. N ° 20, 2 ° semestre de 2001. e de FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercados, diplomacia e conflitos: uma abordagem histórica das Relações Internacionais, a partir dos*

Joseph Nye, cunhou o conceito de “interdependência”, uma dependência mútua, onde a ênfase localizava-se nos efeitos recíprocos resultantes das transações internacionais. Esta interdependência apresentaria duas dimensões: a “sensibilidade” e a “vulnerabilidade”. A primeira refere-se às alterações das políticas locais provocadas pelas condições advindas de fatores externos. Da segunda dimensão diz-se ser relativa ao “‘custos’ sócio-políticos ou econômicos da mudança que pode ser introduzida em políticas locais em resposta às novas condições advindas de fatores externos (...)”<sup>114</sup>. Esta corrente inspirou diversos outros autores que intercalaram na discussão da “interdependência” questões militares, produção, comércio, finanças, avanço científico e tecnológico, dentre outras temáticas que influenciam as relações entre Estados e entre estes e agentes privados.

Acredito que tais proposições trazem questões importantes para pensarmos as influências recíprocas quando da relação entre países com formações sociais distintas. No entanto, penso que há uma relação de dominação nesta relação, apesar de não negar o caráter mútuo da dependência. Compartilho, portanto, com a chamada visão marxista da Teoria das Relações Internacionais que atenta para uma hierarquia da exploração e dominação, ligando as classes dominantes dos países dominados às relações por eles estabelecidos com as classes dominantes dos Estados dominantes. É interessante notar que tal teoria articula fatores externos com internos, não deixando que determinismos interfiram na reflexão.

A teoria marxista das Relações Internacionais é fortemente influenciada pela obra de Lênin, em especial, o clássico *Imperialismo, fase superior do capitalismo* de 1917.

Lênin, baseando-se na obra de Vogelstein, propõe a seguinte periodização: as décadas de 1860-1870 representam o grau superior de desenvolvimento do livre comércio; depois da crise de 1873, encontra-se um período de desenvolvimento dos cartéis, que são ainda, uma exceção; e, finalmente, em fins do século XIX e crise de 1900 e 1903, os cartéis representam uma das bases da vida econômica. Neste terceiro momento, poderíamos dizer que o capitalismo havia se tornado imperialismo.

A concorrência havia, assim, se transformado em monopólio, conduzindo à socialização da produção e, conseqüentemente, aumentando a apropriação privada.

---

*artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862. São Paulo, 1999. Tese de doutorado, mimeo.*

<sup>114</sup> - CASTRO, Marcus Faro de. *De Westphalia ...* ob. cit. P. 24.



Papel fundamental neste processo é exercido pelos bancos que de intermediários passam a detentores do capital-dinheiro de quase a totalidade do conjunto dos capitalistas. E assim:

“(…) um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de *conhecer com exatidão* a situação dos diferentes capitalistas, depois de *controla-los*, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de *decidir inteiramente* sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, priva-los de capital ou permitir-lhes aumenta-lo rapidamente e em grandes proporções”<sup>115</sup>. (grifos do autor)

Com a concentração dos bancos e, portanto, do número de instituições passíveis de busca de crédito, a grande indústria viu aumentar a sua dependência a um reduzido círculo de grupos bancários, diminuindo a sua liberdade de movimento.

A concentração do capital financeiro oferece um imenso lucro, que aumenta ainda mais com a formação de sociedades, emissão de valores, empréstimos ao Estado, consolidando a dominação dos financistas.

Ao final deste processo, segundo Lênin, temos um novo capitalismo, caracterizado pelo grau máximo da separação entre o capital-dinheiro do industrial ou produtivo. Tem-se, assim a formação do imperialismo – o domínio do capital financeiro. Assim, se no “velho capitalismo” o que caracterizava era a exportação de mercadorias, no “capitalismo moderno” é a exportação de capital.

Esta última exportação se realiza a partir do momento em que os países ditos atrasados incorporam-se na circulação do capitalismo mundial, constroem vias de comunicação e transporte, além de apresentarem condições para o desenvolvimento da indústria. O quadro a seguir<sup>116</sup>, apresentado por Lênin, demonstra o crescente fluxo de capitais investido no estrangeiro:

#### CAPITAL INVESTIDO NO ESTRANGEIRO

(Em milhares de milhões de francos)

Anos	Inglaterra	França	Alemanha
------	------------	--------	----------

<sup>115</sup> - LENIN, V. “O imperialismo, fase superior do capitalismo”. IN: *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. Tomo 1.3. P. 601.

<sup>116</sup> - Idem. P. 622.

1862	3,6	-	-
1872	15	10(1869)	-
1882	22	15(1880)	?
1893	42	20(1890)	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44

O autor aponta que é exatamente depois de 1870, quando se realiza a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, capitaneado pelo capital financeiro, que se exacerbam as lutas pela partilha territorial do mundo entre as grandes potências e seus trusts, cartéis e sindicatos. Em busca da apropriação das fontes de matéria-prima para assim retirar do adversário a possibilidade de concorrência, as potências se lançam numa busca acelerada por colônias. No entanto, Lênin ressalta que as áreas de influência não se limitam apenas aos países dependentes formalmente, mas também àqueles que, apesar de gozarem de independência política, não o são na esfera financeira e diplomática. Este é o caso, por exemplo, da América Latina.

Estas reflexões permitem-nos questionar a tão famosa bandeira da humanização do liberalismo e da paz centenária, efetuada através de um suposto consenso internacional baseado no Congresso de Viena, onde se estabeleceu um equilíbrio europeu entre as grandes nações, denominado “concerto europeu”. Karl Polanyi, por exemplo, declara que o interesse pela paz dos agentes que capitaneavam o comércio internacional, materializada pela atuação da comunidade financeira internacional e cujo maior símbolo era o padrão ouro, levou o século XIX a produzir uma paz centenária, a, assim denominada, *pax Britannica*.<sup>117</sup>

Contudo, no dizer de Engels:

“Civilizaram os confins da terra para conquistar um campo de expansão para a sua ambição rasteira, criaram uma confraternização de povos que é apenas uma confraria de ladrões, e diminuíram as guerras para ganhar muito mais em tempo de paz, para elevar a um nível extremo a hostilidade particular e a guerra infame da concorrência”.<sup>118</sup>

<sup>117</sup> - FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercado, diplomacia ...* ob. cit.

<sup>118</sup> - ENGELS, Friedrich. Apud. FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercado, diplomacia...* ob. cit. Pgs: 261 e 262.

Os teóricos do liberalismo defendiam que a adoção universal do livre comércio e da indústria traria a substituição das guerras pela comercialização pacífica entre as nações, uma vez que os conflitos armados trariam prejuízos aos negócios comerciais. Para Marx e Engels essa afirmação não passaria de uma mistificação, pois, se neste momento histórico as disputas não se caracterizavam tanto por interesses territoriais de caráter aristocrático, elas não cessaram de acontecer. Utilizando novas faces, os conflitos e guerras travados entre as potências apresentavam agora uma luta pela posse de novos mercados para a sua expansão comercial.

Além disto, não podemos esquecer que a expansão capitalista sob áreas não-capitalistas se fez às custas da eliminação de culturas e valores distintos das apregoadas pelo liberalismo econômico e da exploração de milhares de africanos, asiáticos e latino-americanos, o que caracterizam tipos de violência ainda que muitas vezes sem a presença de armamentos militares.

Os fundadores do socialismo científico também procuraram desmascarar os discursos que interligavam livre-cambismo e a diminuição da miséria britânica. Estes tentavam relacionar períodos de prosperidade e estagnação econômica com diminuição e aumento da pobreza, respectivamente.<sup>119</sup> Frente às estatísticas que correlacionavam o aumento das exportações com a queda da quantidade de pessoas que haviam pedido apoio às paróquias para a sobrevivência, Marx apresenta-nos a seguinte interpretação:

“O que prova esta tabela? Um aumento das exportações no valor de 9.964.438 libras esterlinas, redimiu da miséria acima de 20.000 pessoas em 1849: um aumento posterior de 6.845.202 libras esterlinas redimiu mais 26.634 em 1850. Agora, supondo que o livre comércio siga livremente seu curso ao longo dos ciclos industriais e suas vicissitudes, a remissão do número total de miseráveis requereria, sob o sistema atual, um aumento adicional no comércio exterior da ordem de 50 milhões de libras esterlinas anualmente, quer dizer, um aumento de cerca de 100 por cento. E estes soberbos estatísticos burgueses tem a coragem de falar de ‘utopia’. Na verdade, não existem utopistas maiores do que estes otimistas da burguesia.”<sup>120</sup>

A expansão comercial de caráter capitalista iniciada no século XIX, também trouxe como consequência, pela primeira vez, uma história verdadeiramente de caráter mundial. Como bem aponta Hobsbawm, poderíamos escrever a história antiga da África sem nos

---

<sup>119</sup> - FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercado, diplomacia ...* ob. cit.

<sup>120</sup> - MARX, Karl. Apud. FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercado, diplomacia...* ob. cit. Pgs: 281 e 282.

atermos à Europa, e ao Ocidente do século XVIII pouco interessaria conhecer da realidade social da China<sup>121</sup>, no entanto, com a expansão capitalista e o fenômeno da interdependência entre as nações as histórias nacionais passaram a fazer parte de uma complexa ligação denominada história mundial. Desta forma, a história universal está estreitamente vinculada à formação de um mercado mundial.

Ainda segundo Hobsbawm, um exemplo clássico da interdependência da economia mundial estaria nas conseqüências ligadas à descoberta do ouro na Califórnia. Quando deste ocorrido (1848) San Francisco era uma pequena cidade de 812 habitantes, mas a corrida do ouro elevou a população da Califórnia de cerca de 14 mil habitantes para 100 mil em fins de 1849 e cerca de 540 navios haviam aportado em San Francisco – metade europeus - e, em 1852, a pequena San Francisco apresentava-se com uma população de quase 35 mil e 1150 navios aportados que deixaram quase meio milhão de toneladas de mercadorias. Com tal expansão, a Califórnia criou uma rede de comércio ligando as costas do Pacífico, com a Austrália, Japão e a China. Os chineses inclusive apresentaram grande fluxo emigratório para a própria Califórnia.<sup>122</sup> Desta maneira:

“Engels observou amargamente a Marx em 1852: ‘A Califórnia e a Austrália são dois casos não previstos no *Manifesto* [Comunista]: a criação de grandes e novos mercados a partir do nada. Precisamos rever isso.’ (...) O que está claro, de qualquer maneira, é que acontecimentos localizados a milhares de milhas da Europa tinham, na opinião de observadores competentes, um efeito quase imediato e de longo alcance naquele continente. A interdependência da economia mundial não poderia ser mais bem demonstrada.”<sup>123</sup>

O crescimento da interdependência entre os países pode ser visto claramente no gráfico a seguir:

<b>Tabela 1 – Taxas Anuais Médias de Crescimento da Indústria e do Comércio Mundiais</b>		
Períodos	Indústria Mundial	Comércio Mundial
Século XVIII	1,5 (a)	1,1 (b)
1780-1830	2,6	1,4
1830-1840	2,9	2,8
1840-1860	3,5	4,8
1860-1870	2,9	5,5

<sup>121</sup> - HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. Cap.3.

<sup>122</sup> - HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*..ob. cit. .

<sup>123</sup> - Idem. P. 97

(a) Período: 1705-1785; (b) Período: 1720-1780

FONTE: Michel Beau. *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. 3ª São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 139.

Este surgimento de uma economia-mundo, ligado ao caráter cosmopolita do liberalismo, foi brindado por Marx e Engels, quando estes ressaltaram o progresso histórico proporcionado pela formação de um sistema mundial e conseqüente universalização da lógica capitalista, pressupostos essenciais para a luta universal do proletariado e desenvolvimento das forças produtivas:

“Uma vez que não haja intercâmbio transcendendo a vizinhança imediata, cada invenção é feita separadamente em sua respectiva localidade. Em tais condições basta que ocorram simples incidentes como as irrupções de povos bárbaros, ou mesmo guerras corriqueiras para que um país que tenha atingido um nível avançado de desenvolvimento de suas forças materiais tenha que recomeçar tudo do ponto de partida [...] Apenas quando o intercâmbio houver se transformado em intercâmbio universal e sua base se assentar sobre a grande indústria, quando todas as nações forem arrastadas para o interior da concorrência, a permanência das conquistas estará assegurada.”<sup>124</sup>

Além disso, é notório e conhecido as diversas observações dos dois autores ressaltando os progressos obtidos pelas conquistas universais do capitalismo e seus valores introduzidos na modernidade ocidental, que deveriam ser recuperadas dialeticamente rumo à sociedade socialista.

Assim, o avanço do comércio internacional demonstra a estrita relação entre a reprodução do modo de produção capitalista e a expansão do mercado. A ausência de uma economia de consumo aumentava ainda mais a necessidade de um mercado externo que, ao mesmo tempo em que forneceu a base para o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se seu principal produto. Isto fica claro quando olhamos para a história do desenvolvimento capitalista britânico.

A economia britânica apresentava-se fortemente dependente do comércio internacional, em especial para a obtenção de matérias-primas. “Era forçoso que isso ocorresse, pois, com exceção do carvão, seus suprimentos internos de matérias-primas não eram muito grandes, e algumas indústrias de importância crucial dependiam inteiramente

---

<sup>124</sup> - ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. Apud. FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercado, diplomacia...* ob. cit. P. 269.

de importações.”<sup>125</sup> No entanto, este era um dos aspectos da sua dependência para com o comércio internacional. Outro ponto vem sendo estudado, em especial pelos economistas: a importância que se fazia necessária de criação de divisas nos países com os quais se relacionava.

Leonardo Weller<sup>126</sup> apresenta uma interessante interpretação da política econômica britânica. Segundo o autor, a Grã-Bretanha aderiu ao liberalismo ao adotar o livre-cambismo, até mesmo unilateralmente, mas não foi liberal *strictu sensu*, pois seu objetivo último era exportar – idéia contrária à do liberalismo clássico.

O autor faz uma exposição das reformas legislativas na ilha que proibiram monopólios comerciais, reduziram as tarifas de importação e simplificaram as leis alfandegárias e restringiram os Atos de Navegação. É interessante notar que tais leis só foram possíveis com o aparecimento no cenário político de novas classes interessadas na liberalização da economia. Esses homens de negócio, denominados *merchants*, puderam fazer-se representar no Parlamento inglês especialmente depois da reforma eleitoral de 1832 que permitiu que uma boa parte da classe média urbana pudesse votar. Assim, a classe agrária britânica – principal rival dos preceitos liberais – perdeu gradativamente espaço no Parlamento, preenchido por profissionais liberais, burocratas, homens ligados aos setores fabril, financeiro e comercial.<sup>127</sup>

Weller aponta que a Grã-Bretanha necessitava de gêneros alimentícios e matérias-primas advindos especialmente de países tropicais, para alimentar a sua já extensa população urbana e suas indústrias respectivamente. Em troca, exportaria as suas manufaturas, beneficiando-se da falta de concorrência nestas localidades. No entanto, para que tais países pudessem comprar os produtos oferecidos pelos ingleses era preciso certa quantidade de libras esterlinas ausentes em seu território. A solução estaria, portanto na importação de produtos destes países, gerando, com isto as divisas necessárias. Para isto, a liberalização comercial era fundamental.

A falta de divisas em países estrangeiros foi apontada como a principal causa das baixas nas exportações britânicas, além disto, os industriais acreditavam que as importações

---

<sup>125</sup> - HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. P.125.

<sup>126</sup> - WELLER, Leonardo. *Aderência: Liberalismo econômico e política comercial britânica em 1820-1913*. Anais do II Encontro de Pós-graduandos da ABPHE. Niterói: ABPHE, 2004.

<sup>127</sup> - Idem. Pg. 6

de gêneros alimentícios sem tarifas alfandegárias baratearia o custo de vida de seus operários. Fazia-se necessário, portanto lançar ao mundo libras esterlinas, o método: aumento das importações.

A política do livre-cambismo foi assim, colocada em prática e consagrada como causa maior dos êxitos comerciais britânicos. O *premier* Robert Peel – grande defensor da liberalização comercial e responsável por boa parte das reduções das tarifas alfandegárias e da reforma tributária – assim defende em seu discurso na Câmara dos Communs na sessão de 27 de Janeiro de 1846 a permanência do livre-cambismo, ainda que unilateralmente:

*“(...) Não tivemos a menor inteligência com governo algum estrangeiro a respeito destas reduções. Não podemos prometer que a França fará imediatamente uma redução correspondente na sua tarifa. Não posso prometer que a Rússia se mostrara grata a redução que proponho nos direitos do sebo. Podei dizer, que oposição a nossa política atual, que de nada serve esta liberalidade supérflua, se nada exigimos em compensação. Podereis dizer que muitos países estrangeiros lucrarão com estas reduções, não só não tem seguido o nosso exemplo, senão que tem imposto direitos mais altos na importação de nossos produtos. Douvos toda a vantagem deste argumento, e ainda assim assento neste fato a prova dos benefícios da nossa política. Qual tem sido o seu resultado? Não temos nos derrotado os regulamentos dos outros países? Não tem aumentado o nosso comércio a despeito desses regulamentos? Quaisquer que sejam as razões, não se pode duvidar do fato de ter tido a nossa exportação um aumento de dez milhões de libras esterlinas nestes últimos anos. Portanto as tarifas hostis, longe de serem uma objeção, são um argumento em nosso favor. E ficai certos, senhores, que, qualquer que seja o efeito imediato, o nosso exemplo será seguido a final (aplausos da oposição) Talvez que os governos não sejam os primeiros a citar o nosso exemplo; mas a final os interesses e a opinião do grande corpo social - os consumidores - hão de prevalecer, e o despeito dos governos e dos tribunais de comércio, a força da razão e do senso comum, há de produzir a redução das tarifas hostis (apoiados).É esta a minha firme crença. Já vejo os seus sintomas não obstante alguns indícios de espírito hostil. Lede, senhores, o relatório do Sr. Walker, secretário do tesouro nos Estados-Unidos. (apoiados).Mostra que o nosso exemplo não é infrutífero. O relatório, que contém muitas vistas ilustradas sobre o assunto, diz o seguinte, quanto ao efeito das restrições ao comércio: ‘Contrabalançando as restrições, fazemos muito maior mal aos nossos concidadãos do que às nações estrangeiras sobre quem queremos fazer recair a sua força; e, no conflito de tarifas opostas, sacrificamos o nosso comércio, agricultura e navegação. Com igual razão imporíamos restrições monarquiais ou aristocráticas ao nosso governo ou povo, por ser essa a tendência da legislação estrangeira. O nosso comércio deve ser tão livre como nossas instituições políticas. Impondo direitos somente*

*como meio de renda, abramos nossos portos a todo o mundo, e nação após nação estrangeira seguira nosso exemplo. Se se perguntar quem deve principiar a obra da redução recíproca, responder-se-á que já a Inglaterra diminuiu os direitos sobre a maior parte da nossa exportação’.*

*Eis aí uma homenagem tardia aos princípios que temos seguido. (Apoiados). E também em outros países da Europa, onde as instituições são opostas o mais possível as dos Estados-Unidos, posso dar provas de um exemplo que produz iguais efeitos. (...) que dominara as paixões desses governos europeus que ainda nutrem visões de guerra, e que todos os amantes da paz nas nações tirarão grande força da remoção dos estorvos que se opunham às relações comerciais. Mas notai que, a serem estes os efeitos, a continuação deste grande bem nos expõe a maior competição. Quanto mais certa for a garantia da paz, tanto mais temível será a competição que teremos de encontrar no nosso comércio e manufaturas. Para conservarmos nossa preeminência é pois de grande importância que não desprezemos nenhuma ocasião de assegurar as vantagens que nos dá essa preeminência. Creio que a abundância e barateza dos mantimentos é um dos grandes meios que temos para sustentar nossa preeminência manufatureira e comercial (apoiados).*

*Podei dizer que o nosso objetivo propondo estas reformas é o de aumentar o amor do lucro e animar o desejo de acumular riqueza. Não é sobre essa base que eu aconselho a adoção daquelas medidas. Creio que a acumulação de riqueza, da qual o aumento de capital é um elemento principal, é um dos meios pelos quais podemos esperar conservar a preeminência que temos há tantos anos sobre as mais nações. Mas eu procurei mostrar que a abundância, não só contribui para a acumulação da renda, e a diminuição das taxas locais por se tornar menor a despesa para manutenção dos pobres; e, sobretudo, tende à moralização do povo, diminuindo essas tentações para o crime que nascem da pobreza e da desgraça (...)*<sup>128</sup>.

Mesmo extensa, acredito que a citação é deveras interessante, pois ilustra bem diversas questões já abordadas neste trabalho, tais como a relação entre mercado concorrencial e paz entre as nações e a relação entre sucesso comercial e diminuição da pobreza do povo britânico. Estas questões já foram discutidas anteriormente, aqui interessamos perceber como a liberalização da economia era defendida pelas classes por elas beneficiadas – aqui representadas pelo Sir. Robert Peel – mesmo que outros países não tomassem o mesmo rumo. O jornal *Times*, também anuncia seu apoio ao livre-cambismo, como demonstra um artigo publicado no dia 14 de Dezembro de 1847:

---

<sup>128</sup> - *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25/03/1846.



*“(...) Não se pode dizer porém que o comércio livre nenhum efeito produziu. Produziu-os e grandes, trazendo-nos da América e da Rússia, na época dos nossos apuros, o sustento que aliás nunca teria chegado as nossas praias.*

*(...) O comércio livre guardará as nossas costas, dar-nos-á os produtos de todas as colônias ao preço mais barato possível, mesmo no caso de deixarmos de ter colônias em nosso nome. O comércio livre é o princípio sutil e penetrante que governa o gênero humano, embora se liguem todas as forças contra ele.”<sup>129</sup>.*

Não acredito ser possível negar a dependência britânica em relação ao comércio internacional e seu caráter complementar. No entanto, muitos estudos, em especial os de Hobsbawm<sup>130</sup>, demonstraram que a balança comercial britânica esteve, no período abordado, deficitária. Segundo o autor, em nenhum momento do século XIX a Grã-Bretanha apresentou um superávit nas exportações.

Acredito, portanto, que os anseios britânicos por uma política econômica livre-cambista objetivando importar e assim criar divisas em outros países não tinha como finalidade a exportação, e sim setores de financiamento, crédito para ferrovias, seguros, transportes. É necessário que olhemos para os “fatores invisíveis”<sup>131</sup> das transações internacionais, pois se nos ativéssemos apenas à balança comercial, perceberíamos que a Grã-Bretanha não obteve êxito permanecendo constantemente deficitária.

Fica ainda mais fácil compreender esta opção britânica quando analisamos a grande perda de mercados sofrida em detrimento do avanço técnico das indústrias estadunidenses e alemães. Fica claro que a prioridade não residia na balança comercial, pois não houve posteriormente um grande investimento técnico que possibilitasse competir com estas prósperas indústrias. Os capitais britânicos encontravam-se concentrados em outros setores da economia. Com isto, tendo a discordar da hipótese lançada por Weller, a Grã-Bretanha era sim liberal, pois seu fim último não residia na exportação.

Por último, é preciso discutir como se deu a relação entre Brasil e Inglaterra oitocentistas, levando em consideração a historiografia aqui abordada, tanto no que tange a formação do Império brasileiro, como a que analisa a expansão capitalista, capitaneada pela

---

<sup>129</sup> - *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 14/02/1848.

<sup>130</sup> - Ver: HOBSBAWM, Eric. *A era do capital...* ob. cit e HOBSBAWM, Eric. *Da revolução...* ob. cit.

<sup>131</sup> - HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução...* ob. cit.

“oficina do mundo”, ou seja, como se deu a integração da agricultura escravista com um mercado mundial ordenado de acordo com a lógica do capitalismo concorrencial.

Segundo Richard Graham<sup>132</sup>, durante o século XIX, quase metade da exportação brasileira de açúcar, metade de café, e mais da metade do algodão estavam sendo exportadas por firmas britânicas, dentre elas, destaca-se a E. Johnston & Co. fundada em 1842 no Rio de Janeiro. Porém, para o autor, o setor que mais deixava claro a dependência do Brasil para com a economia britânica se expressava na predominância dos produtos ingleses nas importações brasileiras: “(...) cada membro da sociedade, do escravo usando uma enxada de café, do trabalhador citadino que comprava algodão barato, à senhora que usava finíssimos sabonetes, tudo provinha das importações inglesas”.<sup>133</sup>

**Tabela 1 – Valor das Importações (em Libras) do Brasil para a Grã-Bretanha, 1855-1902 (a)**

Ano (b)	Algodão	Café	Açúcar	Cacau	Couros	Borracha	Outros	Total
1855-9	3.618.415	759.486	4.943.558	89.455	613.528	613.528	2.237.013	13.109.458
1860-4	9.386.271	1.359.861	5.161.348	131.346	1.976.996	1.340.497	1.470.649	20.826.986
1865-9	21.098.631	1.825.213	6.266.430	55.143	1.800.443	2.122.994	1.536.481	34.705.335
1870-4	16.117.228	2.943.466	8.978.617	122.288	2.390.478	4.343.919	1.778.232	3.674.228
1875-9	6.271.202	4.261.606	9.152.871	219.819	1.791.223	4.844.851	1.800.681	28.342.253
1880-4	5.557.913	4.049.278	8.396.807	177.810	1.251.854	7.350.565	2.138.965	28.923.192
1885-9	4.977.123	4.037.228	3.609.638	190.924	721.894	7.551.773	2.114.214	23.202.854
1890-4	3.634.474	2.916.827	1.348.127	336.758	354.067	9.453.535	2.644.908	20.688.696
1895-9	949.492	1.122.315	894.643	381.264	243.437	14.558.376	1.816.337	19.965.864
1900-4	3.586.601	1.553.399	465.767	543.502	287.618	20.772.189	2.876.997	30.086.073
1905-9	4.509.291	2.090.438	1.080.116	723.879	424.179	32.133.313	4.195.094	45.156.310

<sup>132</sup> - GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

<sup>133</sup> - GRAHAM, Richard *Grã-Bretanha...* ob. cit.

a) Baseado no Coneho de Comércio, Alfândega e Departamento de Escritório de Estatísticas, *Relatório Anual do Comércio do Reino Unido com Países Estrangeiros e Possessos Inglesas (Londres: H. M. Stationery Office, 1885-1910.*

b) Nenhum dado foi conseguido para os primeiros anos das quantidades reexportadas, por isto, este fator é ignorado.

**FONTE:** Richard Graham. *Grã-Bretanha e o Início...*, ob. cit., p. 81.

Dados do *Jornal do Commercio* demonstram bem este fato. Em Janeiro de 1836, por exemplo, de um total de 2,024:080\$019 do valor das importações, a Grã-Bretanha e suas possessões foram responsáveis por 1,005:882\$308 deste total, enquanto a França, segunda da lista, contribuiu com 277:403\$017.<sup>134</sup> A diversidade destas importações também está latente no periódico, como demonstra a lista de produtos desembarcados da Galera inglesa *Globe* em 14 de Julho de 1837: graxa, fazendas de linho, correntes, cobre, freios, estribos, vinho, pianos, cerveja, óleo, tinta, bolacha, estanho, chumbo, papel, salitre, pólvora, ferramenta de carpinteiro e marceneiro, lonas, brins, verniz, velas, tinta de escrever, chapéus, alcatrão, carvão, periódicos, sal, extrato de salsa, louça, ferro, camisas, ferragens, farinha, fazendas de linho e algodão, couros envernizado, fumo, óleo de cravo, capotes, chá, canela, calçado, espingardas, conservas, relógios, dentre outros artigos.

PAÍS	Valor das Importações (em contos de réis)
Grã-Bretanha	27.540
Estados Unidos	6.016
França	5.781
Portugal	5.309
Rio da prata	2.821
Cidades Hanseáticas	2.798
Espanha	1.237
Outros	5.219
Total	56.721

**FONTE:** Richard Graham. *Grã-Bretanha e o Início...*, ob. cit., p. 89

No entanto, é mister ressaltar que esta dependência é de mão-dupla, uma vez que o capitalismo britânico passou a depender cada vez mais dos investimentos de seus

<sup>134</sup> - JORNAL DO COMMERCIO 01/05/1837

excedentes no exterior, o chamado Império Informal<sup>135</sup>. Até a década de 1840, estas exportações de capitais consistiam essencialmente em empréstimos oficiais – Londres era considerada a reserva de crédito do mundo e o Brasil colaborou muito para que isto fosse realidade; depois, a maior parte era composta por estes, estradas de ferro e empresas de serviços públicos.<sup>136</sup> Segundo Graham, somente os lucros obtidos dos fretes marítimos e os que retornavam dos capitais investidos no exterior podiam compensar a balança comercial desfavorável advinda da crescente importação de alimentos e matérias-primas brasileiras.<sup>137</sup>

Sobre os investimentos estrangeiros, Graham demonstra que:

“Investimentos no estrangeiro, especialmente os na América Latina, cresceram rapidamente na última metade do século XIX. Ainda que o total do capital britânico investido na América Latina, em 1850, fosse pequeno, ele aumentou em ritmo constante durante as décadas de 1850 e 1860. (...) em 1880 o valor nominal do capital britânico investido na América Latina totalizou 179 milhões de libras. Desta quantia, 38,8 milhões foram aplicados no Brasil. (...) Em 1913, o valor nominal do capital britânico nesta área era calculado em 999,3 milhões de libras, dos quais 23,9 milhões se encontravam empregados no Brasil.”<sup>138</sup>

A construção de ferrovias, em especial pós 1850, apresentou-se como principal investimento externo britânico no Brasil. Além dos vultosos lucros obtidos com tal empreendimento, a expansão dos trilhos favorecia a outros múltiplos interesses britânicos como a ampliação e barateamento do custo de produção dos alimentos e matérias-primas, a mobilização de maiores excedentes para o comércio internacional, bem como a criação de novos mercados para a exportação britânica, inclusive a de combustível.<sup>139</sup>

Ao mesmo tempo, este investimento também vai de encontro aos interesses de setores dominantes da sociedade brasileira, uma vez que acelera o escoamento da produção, bem como expande a possibilidade de cultivo em áreas mais remotas. Além disto, a ferrovia auxilia no barateamento do transporte da produção, tornando-o mais competitivo no mercado internacional. Assim nos esclarece Ana Célia Castro:

---

<sup>135</sup> - HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto. A CIA. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo-Santos: Editora HUCITEC – Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

<sup>136</sup> - HOBBSAWM, Eric *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

<sup>137</sup> - GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha...* ob. cit.

<sup>138</sup> - GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha...* ob. cit., p.15.

<sup>139</sup> - CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1813*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

“Aceita a idéia da convergência de interesses e necessidades, permanece uma questão de extrema relevância: as ferrovias brasileiras seriam construídas no Estado de São Paulo, predominantemente pelo capital nacional e, no Norte e Sul do país, basicamente pelo capital estrangeiro. (...) Por outro lado, os ingleses já haviam garantido, com a construção da Santos-Jundiaí, uma posição estratégica que lhes assegurava o controle do corredor de saída de todo o café procedente do interior paulista. (...)”

A ausência do capital alienígena na construção das ferrovias paulistas não deve obscurecer o fato de ele ter estado presente, em alguns casos, no seu financiamento.”<sup>140</sup>

Ainda segundo a autora, às companhias, o governo brasileiro concedeu diversos benefícios e garantias que variavam desde subsídios para a importação de trilhos e maquinaria em geral, gratuidade no transporte de carvão, até mesmo o privilégio de explorar as terras vizinhas à ferrovia. Isto permitia às empresas o direito inclusive de explorar minas carboníferas se ali houvesse.

O capital britânico, no entanto, ocupava espaços não só na construção de ferrovias, mas também atuava no setor bancário, nas companhias de seguro, telégrafos e serviços básicos, como as companhias de gás. Segundo Ana Célia Castro, no período de 1860-1875 a Inglaterra comandava 93,6% dos capitais das empresas estrangeiras no Brasil. E entre 1876-1885, os britânicos foram responsáveis por 88% dos investimentos estrangeiros no país.<sup>141</sup>

As empresas de obras públicas de capital inglês também articularam seus interesses às demandas da sociedade brasileira que vivia um período de crescimento, em especial, nas cidades exportadoras de café, demandando, com isso, melhores serviços urbanos.

Graham atribui à ideologia conservadora e à “natureza rural” brasileiras uma retração às “forças evolucionistas”. Desta forma, o caráter hierarquizado da sociedade do Brasil oitocentista e a sua valorização da origem social e *status*, teriam retardado a modernização do país. O desprezo com que o comércio e a atividade industrial eram olhados, juntamente com o predomínio das antigas famílias de proprietários de terras na administração pública inviabilizariam transferências de capitais para um projeto modernizador.

---

<sup>140</sup> - *Ibidem*, pg. 42.

<sup>141</sup> - *Ibidem*, pgs, 38 e 41.

Esta situação só mudaria, segundo o autor, com a ascensão de novos grupos do setor cafeeiro, oriundos não de um passado senhorial, mas de lavradores e comerciantes. Estes agentes seriam dotados de um espírito inovador e romperiam em muitos aspectos com as tradicionais técnicas de produção e utilização da mão-de-obra, além de, em alguns casos, investirem em estradas de ferro e indústrias.

Assim, na visão de Richard Graham, a partir de 1850 o Brasil começa um processo radical de transformação, muito influenciada pelos britânicos. Sem negar que a modernização do Brasil foi fruto, fundamentalmente, das transformações ocorridas no interior da sociedade, o autor não deixa de destacar a influência da expansão econômica internacional, as novas idéias e técnicas que chegavam ao país e, claro, a influência dos britânicos neste processo.

No entanto, Graham vê na atuação destes em relação à modernização do Brasil, um paradoxo: ao mesmo tempo em que contribuíram para os progressos técnicos brasileiros através dos investimentos em infra-estrutura e capitais para a industrialização, também a estorvaram.

O controle exercido pelos britânicos em setores chave da economia brasileira, como firmas exportadoras e importadoras, infra-estrutura, transporte e financiamento, abafariam iniciativas que visassem substituir as importações dos produtos ingleses. Ao comercializar elementos básicos para a vida econômica, os britânicos não teriam o interesse de contribuir para a modernização do Brasil. Além disto, uma grande quantidade de riqueza aqui produzida, não permanecia no país, mas era remetida para a Inglaterra.

Ao mesmo tempo, os financiamentos para exportações de bens de capital e o investimento em ferrovias e infra-estrutura, acabariam por colaborar para a transformação do país.

Desta forma, para o autor, as relações econômicas com os britânicos constituíram-se num entrave para a modernização do Brasil, ao mesmo tempo em que corroboraram para o desenvolvimento de indústrias no país, através dos investimentos no sistema de transportes, na comercialização de maquinarias industriais, na concessão de créditos e até mesmo no ensino para a especialização da mão-de-obra.

Visão mais intensa da influência britânica no Brasil é apresentada por Gilberto Freyre na obra *Inglese no Brasil*<sup>142</sup>. Ao procurar entender a sociedade brasileira através da miscigenação e da interpenetração de culturas, neste livro, o autor analisa a influência dos ingleses na formação do Brasil, defendendo que este encontro de culturas não proporcionou a desintegração ou degradação de nossa formação, mas apenas a integração, corroborando, assim, com a construção de uma nova cultura, múltipla e híbrida.

Ora apresentando aspectos positivos da influência inglesa, ora denunciando seu caráter de dominação, Freyre aborda amplas questões desta presença no Brasil que viria a influenciar não só o comércio, mas a literatura, a alimentação e o cotidiano em geral. De qualquer forma, para o autor, os ingleses que aqui estiveram estavam condicionados por uma situação social comum: a de súditos de Sua Majestade britânica, o que por muitas vezes trazia para as relações com o Brasil um caráter “arrogantemente imperial”.

Gilberto Freyre também aborda a diversidade de agentes da penetração britânica no Brasil. Aventureiros, naturalistas, engenheiros, negociantes, industriais, professores, gerentes de banco, governantes, senhores de engenho, médicos, colégios ingleses, operários, retratistas, mágicos, relojoeiros, todos contribuíram para o “choque da civilização carbonífera com a patriarcalmente agrária ou pastoril”.

Com maior ênfase que Graham, Freyre atribui aos ingleses a façanha de nos ter tirado do atraso com suas estradas de ferro, telégrafos, iluminação a gás, barcos a vapor, fundições modernas, enfim “obras de inglês”. O autor ressalta que ao “capital colonizador” inglês devemos grande parte do progresso e desenvolvimento cultural do país, mas que os negócios britânicos aqui implantado não deixaram de levar grandes fortunas para a ilha.

Com uma forte dose de romantismo, assim o autor entende a presença inglesa no Brasil:

“(…) daqueles que participaram entre nós de outras guerras e de outras revoluções: das guerras contra a rotina, contra a ignorância, contra a doença, por exemplo; e da vasta revolução técnica que nos permitiu deixar o trabalho escravo para seguir o livre, subsistir a monocultura pela economia diversificada, o transporte humano e animal pelo mecanizado.”<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> - FREYRE, Gilberto. *Inglese no Brasil...* Ob. cit.

<sup>143</sup> - *Ibidem*, pg. 35.

Assim, Freyre confere à presença inglesa no Brasil a efetiva participação na modernização do Império. Influência esta que chegaria a destruir o trabalho escravo na antiga colônia portuguesa, causando prejuízo na economia brasileira, porém beneficiando o capitalismo britânico. Fato que já teria ocorrido na repressão ao tráfico de escravos: “também este foi reprimido pela expansão das indústrias britânicas no Brasil”.

Como já exposto anteriormente, a principal causa do fim do tráfico negreiro não teria sido fruto das pressões inglesas, mas sim de disputas internas à sociedade brasileira. Assim também acredito ter ocorrido com a abolição da escravatura. São bastante conhecidas as diversas desavenças diplomáticas entre os dois países a despeito da negativa brasileira de ceder às pressões britânicas relacionadas à escravidão. A Inglaterra estaria determinada a ela mesma, “dar, sozinha, e pelos seus próprios meios, os passos que ela achasse mais adequados para levar ao maior e mais completo êxito” o fim do transporte de escravos para o Brasil.<sup>144</sup> Estes conflitos se fortaleceram, especialmente, com a decisão da Grã-Bretanha de apreender os navios negreiros brasileiros, sob o pretexto de pirataria, bem como colocá-los sob a jurisdição dos tribunais do Almirantado inglês.

De maneira geral, os brasileiros viram com muito maus olhos esta imposição e interferência direta da Inglaterra nos negócios do Brasil, interrompendo qualquer negociação com a ilha que tivesse matérias relacionadas com os meios de suprimir o tráfico.

Deste modo, o direito de visita implementado pela Inglaterra sobre os navios brasileiros não facilitou o fim do tráfico negreiro, mas, ao contrário, fez com que a permanência do mesmo – ainda que por mais alguns anos – tornasse uma questão de soberania nacional.

Não corroboro, portanto, que a atuação dos ingleses no Brasil tenha sido tão decisiva para as questões básicas da reprodução do escravismo colonial, como a mão-de-obra escrava. O predomínio dos britânicos no mercado, nos investimentos e na navegação era fruto, não de uma submissão política do Brasil, mas da superioridade econômica da Grã-Bretanha frente as potências européias rivais.

---

<sup>144</sup> - Para uma análise mais atenta da questão ver: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973. Especialmente o Capítulo IX: “O início da revolta contra a predominância inglesa”.



Acredito haver um certo exagero nestas considerações de Gilberto Freyre, que chega a caracterizar de “elemento revolucionário da vida e da cultura dos brasileiros” os anúncios dos produtos britânicos nos periódicos brasileiros, tornando-se “verdadeiramente trombetas de Jericó a cujo som começaram a cair muralhas e a desfalecer rivais”<sup>145</sup>.

Exagerado também é a sua afirmativa de que o Brasil teria sido, durante grande parte da primeira metade do século XIX, uma “quase colônia” britânica, que possuía privilégios, como a atuação dos juízes conservadores e que dominava “imperialmente” a economia brasileira. Este poderio, segundo o autor, já estaria sendo construído ainda durante o período colonial brasileiro e fora responsável por abortar a policultura, a atividade industrial e de comércio inter-regional iniciadas nas terras de além-mar. Prova disto seriam as advertências dos negociantes baianos acerca da inundação de produtos e privilégios concedidos aos ingleses:

“Advertência ainda mais grave faziam os negociantes baianos em sua *Representação* ao Príncipe contra os perigos de serem dados privilégios aos ingleses para se estabelecerem eles próprios com casas de negócios no Brasil: ‘E como conquistarão os Inglezes a Ásia?’ Tudo, porém, em vão. Casas de negócios inglesas e navios ingleses não tardaram a ocupar nas cidades e nas águas brasileiras – e nos anúncios das gazetas do Reino – um relevo quase imperial, deixando na sombra os negociantes portugueses e brasileiros.”<sup>146</sup>

Como já abordado no primeiro ponto desta parte do trabalho, os negociantes não estiveram “à sombra” nem mesmo dos poderosos ingleses e souberam diversificar as suas atividades em detrimento dos setores onde os britânicos levavam vantagens. Desta forma, esta seria mais uma supervalorização da influência britânica na sociedade brasileira cometida por Gilberto Freyre.

Acredito que estes exageros tem como uma das causas o fato do autor não considerar em sua análise as relações entre a presença inglesa no Brasil e a dinâmica interna da sociedade brasileira. Ao não considerar as disputas, os conflitos, os projetos e a formação das classes dominantes no país, Freyre acaba por conceder à influência inglesa alterações na sociedade brasileira advindas de conjuntas internas, como a abolição da escravidão e o baixo desenvolvimento industrial.

---

<sup>145</sup> - *Ibidem*, pgs. 120 e 121.

<sup>146</sup> - *Ibidem*, pg. 157.

Levando em consideração estas observações, utilizarei, para a análise da relação entre estes dois países no século XIX, o conceito cunhado por Marx de subsunção formal ao capital.<sup>147</sup> No caso brasileiro, a subsunção se deu através da fração do capital que se reproduz no âmbito da circulação, ou seja, do capital comercial.

Para o autor, o capital utilizou anteriores processos e condições de produção, subsumindo determinados processos de trabalho, que ficaram sob a direção deste capital, ainda não modificando as relações de produção existentes nesta formação social. Dito de outra maneira, num primeiro momento de expansão, o capitalismo utilizou um modo de trabalho preexistente, não proporcionando mudança estrutural no modo real do processo de trabalho, mas apenas colocando essas relações de produção tradicionais sob a direção do capital.

O capital exerceria até então uma função subordinada e não dominante. A ampliação da escala da efetuação do capital constituiu, assim, a base real sobre a qual o modo de produção capitalista tornou-se dominante sob as formas sociais antigas. O comércio exterior apresenta-se fundamental para tal ampliação, uma vez que:

“(...) barateia em parte os elementos do capital constante, em parte os meios de subsistência necessários em que o capital variável se converte, ele atua de forma a fazer crescer a taxa de lucro, ao elevar a taxa de mais-valia e ao reduzir o valor do capital constante. Ele atua em geral nesse sentido ao permitir a ampliação da escala da produção.”<sup>148</sup>

Marx conclui, observando que, ao mesmo tempo em que a ampliação do comércio exterior foi a base da “infância” do modo de produção capitalista, tornou-se produto do mesmo, “pela necessidade intrínseca desse modo de produção, por sua necessidade de mercado sempre mais amplo”.<sup>149</sup>

Apesar de tal predomínio do capital mercantil, em especial inglês e de acreditar que as “relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas”<sup>150</sup>, penso ser mais produtivo olhar as relações internacionais, no caso aqui tratada, a relação entre Brasil e

---

<sup>147</sup> - MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. Livro I, Capítulo VI (inédito). 1ª ed.

<sup>148</sup> - MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas). Vol. III Livro terceiro “O processo Global da Produção Capitalista”. Tomo 1. P. 180.

<sup>149</sup> - Idem.

<sup>150</sup> - GRAMSCI, Antonio. *Cadernos...Ob. cit.*, pg. 42.

Inglaterra oitocentistas, a partir das formações sociais peculiares a cada um dos países. Pois, como aponta Gramsci:

“As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional (...)”.<sup>151</sup> (grifo do autor)

A subordinação econômica ao capital britânico é vista assim, de forma “complementar e contraditória”, uma vez que, ao mesmo tempo em que beneficia a Grã-Bretanha, atende aos projetos políticos de determinadas frações das classes dominantes do bloco no poder. Assim, mais uma vez baseando-me em Gramsci:

“Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários (...), o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas (...)”.<sup>152</sup>

Ao lado da forte atuação da economia e concorrência inglesas no Brasil, os interesses ligados à grande lavoura e a manutenção de uma sociedade agrária-exportadora contrariavam uma política mais energética de desenvolvimentos das indústrias e modernização do Brasil. Desta forma, sem negar a ascendência britânica sobre a economia brasileira, acredito que muitos dos interesses dos comerciantes e financistas ingleses iam de encontro aos interesses de determinadas frações das classes dominantes brasileiras. O abastecimento de diversificados produtos britânicos, o investimento em estradas de ferro, possibilitando expandir os domínios dos senhores e baratear o transporte, tornando o produto mais competitivo, os empréstimos concedidos ao Governo, a melhoria dos portos foram elementos que colaboraram para a manutenção da hegemonia do sistema agrário-exportador e aos setores à ele intrinsecamente relacionados, ao mesmo tempo em que atenderam a necessidade expansionista do capitalismo inglês.

Desta forma, o objetivo da segunda parte deste trabalho é perceber, à luz dos conflitos entre distintos projetos de Império, o significado atribuído à comercialização e

---

<sup>151</sup> - GRAMSCI, Antonio. *Cardernos...* Ob. cit., pg. 20

<sup>152</sup> - Idem.

exploração do principal combustível do século XIX, o carvão, que também figurava como um dos principais elementos para a modernização e progresso de um país.

Ao mesmo tempo, não esquecendo que a economia de plantagem brasileira esteve sob predomínio do capital mercantil e que, por sua vez, circulava em um mercado sobre a preponderância inglesa, que se tornava cada vez mais competitivo, concorrencial, mundial e capitalista.

Neste sentido, a relação entre o Brasil e a Inglaterra não deve ser vista simplesmente como uma relação de dominação e dependência, de subordinação da dinâmica interna à dinâmica externa, mas nem por isso não deve ser levada em consideração quando analisamos a sociedade brasileira oitocentista. A formação social brasileira não perdeu suas características específicas ao estreitar relações econômicas com um país capitalista, mas negar a este a participação e influência tanto para a reprodução do sistema, quanto para a sua negação não me parece o melhor caminho a ser seguido pelos estudiosos do Brasil Império.

A formação do capitalismo no Brasil foi um longo processo que perpassa o século XIX. Seus germens já estavam no país através das indústrias aqui construídas, da complexificação do sistema financeiro, das transformações das vias de comunicação, da expansão comercial, da diversificação da economia e, no seu final, o fim da escravidão. E estes elementos não devem ser dissociados da atuação britânica no país. No entanto, o capitalismo estava longe de se constituir como modo de produção dominante no Brasil Imperial, bem como o seu processo de afirmação não se assemelha com as lutas revolucionárias da burguesia européia.

Ainda que distante de uma sociedade capitalista, o capital mercantil que assegurava a reprodução do escravismo colonial estava subordinado ao capital industrial. Portanto, seria difícil que as necessidades da reprodução capitalista que se faziam representar no mercado mundial não gerassem algum impacto e influência na sociedade brasileira.

Desta maneira, as políticas de exploração, extração e comercialização de combustível no Brasil devem ser consideradas a partir do projeto de Estado forjado pela hegemonia do ideal de vocação agrícola e sua relação com a maior potência da época, a Inglaterra.

**PARTE 2: “De que servem as riquezas encerradas no seio da terra se não houver um incentivo que promova o desejo de descobri-las?”.**

*“De todas as substâncias minerais de que se serve a indústria, o carvão de pedra é incontestavelmente uma das que mais forte impulso podem dar ao seu desenvolvimento; e é em virtude das preciosas qualidades que ele encerra, que hoje é considerado como um dos mais poderosos agentes da civilização moderna – supérflua seria qualquer dissertação sobre esta verdade; pois estas locomotivas que percorrem o espaço com a velocidade do relâmpago, falam com mais eloquência do que todos os discursos e tratados que se poderia publicar.”<sup>153</sup>*

*“O valor cada dia mais crescente que vai tendo o carvão de pedra, esse motor do motor da indústria e da riqueza das nações mais cultas do globo, não pode deixar de interessar ao mais alto grau o império do Brasil, em cujo solo se conservam inúmeros depósitos de combustíveis latentes que só esperam o alvião e a sonda do mineiro para virem das entranhas da terra dar-nos opulência, luz e calor em abundância.”<sup>154</sup>*

Em abril de 2006, inaugurou-se mais uma Plataforma da Petrobrás, a P-50. Esta representou a auto-suficiência brasileira em petróleo, indiscutivelmente o combustível mais importante da atualidade. A grande imprensa exibiu incessantemente o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, juntamente com seus pares, em demonstrações de orgulho e contentamento com o feito, ainda que alguns poços estejam sendo alvo de concessões às empresas privadas e setores da estatal estejam caindo em mãos de empresas terceirizadas.

A discussão do interesse e propriedade nacionais sobre o subsolo e, em especial, sobre o combustível nele existente não vem de hoje. Ao pesquisarmos acerca das políticas públicas de aquisição de carvão do Estado Imperial brasileiro, esbarramos com inúmeras fontes que discutem a questão da propriedade do subsolo, assunto este que perpassa pelo confronto entre o público e o privado.

---

<sup>153</sup> *Considerações gerais sobre a exploração do carvão de pedra no Brasil.* s/l, s/d.

<sup>154</sup> - ALBUQUERQUE, Diogo Velho Cavalcanti de. *Relatório do Ministério da Agricultura.* 1869

Em relatório apresentado ao Marquês de Olinda<sup>155</sup>, Antonio Rodrigues da Mota Cunha defende que a importância da extração de carvão é tanta que não se deve “*aplicar indistintamente os princípios científicos que regulam o direito de propriedade*”, já que, para o relator, este é um assunto especial e que merece, portanto excepcionalidade nesta questão, como já se encontrava na legislação de outros países, onde “*à primeira vista parecem violações do direito de propriedade*”. (grifo meu)

Segundo Cunha seria de extrema necessidade a elaboração de uma legislação especial que regulasse a exploração das minas, uma vez que a existente naquele momento apresentava muitos “casos omissos”, abrindo possibilidades para diversos conflitos como aponta o autor nesta passagem:

*“(…) por isso que a luta dos interesses opostos é tão violenta, que se torna quase impossível uma conciliação, que não somente harmonize os interesses do proprietário do terreno com os do explorador ou descobridor, como também os da sociedade com os daquele. Num solo como o nosso, tão abundante de riquezas minerais e onde o espírito de associação acha-se dominando com todas as forças, estes interesses devem estar muitas vezes em oposição e convém portanto criar-se uma legislação completa que defina positivamente os direitos e obrigações do proprietário, do explorador, do descobridor e do concessionário, não só entre si, mas também para com a nação.”*<sup>156</sup>

A falta de uma legislação que regulamentasse a extração de minerais no subsolo brasileiro é apontado em diversos pareceres e relatórios ministeriais e provinciais como uma das causas para a escassez de combustível no país. A precariedade dos transportes – que viria a encarecer o produto retirado do subsolo – e a falta de pessoal e técnica especializados nesta matéria, seriam as duas outras causas, segundo as mesmas fontes, para o pouco interesse dispensado ao assunto.

Segundo a Constituição brasileira de 1824, o direito de propriedade é inviolável, servindo como única exceção a utilidade pública:

*“Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a*

---

<sup>155</sup> - Este documento não possui assinatura, mas é parte integrante da mesma pasta onde figura um outro relatório que faz referência àquele arrogando autoria, sendo assinado por Antonio Rodrigues da Mota Cunha. A fonte também não apresenta data, mas o documento em resposta assinado pelo Marques de Olinda é de 30 de Janeiro de 1858, o que nos faz acreditar que o relatório foi enviado entre fins de 1857 ou início de 1858. IHGB – Lata 206, pasta 45 - Coleção Marquês de Olinda: *Considerações gerais sobre a exploração do carvão de pedra no Brasil*. S/I; s/d.

<sup>156</sup> - Idem.

*propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte (...)*

*XXII. É garantido o Direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização”<sup>157</sup>*

Desta forma, a legislação não deixa claro o que viria a ser “bem público”, bem como não especifica o procedimento de indenização, deixando portanto, a cargo de casuísmos e diferentes interpretações. Um exemplo disto é a carta escrita por Bernardo Pereira de Vasconcelos aos eleitores mineiros<sup>158</sup>. Ao defender o direito de inviolabilidade da propriedade privada, o autor declara que, apesar de considerá-la sagrada, a Constituição a respeito é vaga no que tange a definir os casos em que tal direito poderia ser constringido.

Assim, Vasconcelos elenca os motivos pelos quais o direito de propriedade seria restringido – sempre precedidos por indenização, separados por “casos de necessidade” e “casos de utilidade pública”. Em nenhum destes o autor inclui a extração de minerais em solo já ocupado como causa da intervenção em propriedades alheias.

Já o Presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul afirma em seu Relatório referente ao ano de 1854 que o caráter útil do carvão negaria o direito do proprietário de impedir a realização de pesquisas e extrações em sua propriedade. Face a indenização das perdas e prejuízos que sofreria o proprietário do terreno, teria este direito de receber indenização, mas nunca de prejudicar o avanço das explorações.

Diante da recusa de Luiz Daniel de ceder suas terras às pesquisas do mineiro inglês Johnson, o mesmo presidente afirma que mandara advertir o proprietário que se permanecesse obstruindo os trabalhos iria processá-lo.

Desta forma, a falta de uma legislação que regularizasse sistematicamente os direitos de propriedade frente às questões de “utilidade pública” concorreu para estorvar as pesquisas e explorações de combustível em subsolo nacional. Afinal, o caráter evasivo do artigo 179 da Constituição favorecia o aparecimento de conflitos entre proprietários e mineradores.

---

<sup>157</sup> - Constituição de 25 de março de 1824.

<sup>158</sup> - VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais. IN: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. Coleção Formadores do Brasil.

Cunha prossegue em seu relatório exemplificando legislações que conferem aos minerais especificidades em questões de propriedade. O autor ressalta que até mesmo a legislação romana “*que concedia uma tão vasta esfera de ação à esse direito*”, devido à especialidade e importância das minas, estabeleceu restrições ao direito de propriedade territorial, quando relativas às substâncias minerais e sua exploração.

Estas alterações não deveriam, portanto, causar estranheza, uma vez determinadas por questões de utilidade pública. Além disto, ressalta Cunha, esta prática já estaria plenamente admitida em diversos códigos europeus como os da Inglaterra, França, Estados Alemães, Bélgica. Assim, segundo o relator, as restrições impostas por estas legislações ao direito de propriedade têm a sua legitimidade resguardada pela utilidade pública concernente aos minerais, porém admite que, no Brasil, tal proposta traria problemas:

*“Veja V. Excia. que já nestes séculos remotos a sábia legislação romana procurava restringir o exercício dos direitos do dono da propriedade com o fim de conceder algumas vantagens ao achador.*

*É verdade que semelhante doutrina há de repugnar a certos indivíduos que julgam que o direito de propriedade não deve sofrer a mínima restrição, porque infelizmente o preconceito de que o direito de propriedade é ilimitado, acha-se tão profundamente arraigado entre nós que até quando vai-se ferir esse direito por utilidade pública aparecem reclamações que ameaçam o céu e a terra.”*<sup>159</sup>

Segundo Cunha, a legislação romana considerava o Estado o senhor de todos os terrenos em que se comprovassem a existência de minerais. Aos concessionários, a exploração ficaria submetida à certos ônus e obrigações. “O princípio filosófico” que regeria tal legislação estaria na diferenciação entre a propriedade dos minerais do subsolo da propriedade da superfície, idéia esta que muito agradava o relator, devendo, em sua opinião, servir de base à elaboração de uma legislação brasileira especial sobre exploração das minas.

A grande questão colocada por Cunha, portanto, é a da diferenciação entre propriedade do subsolo e propriedade da superfície. Em suas palavras, “*(...) as riquezas que encerram as entranhas da terra são de uma natureza tal que a sua exploração não deve estar sujeita ao arbítrio e capricho das tentativas individuais.*”<sup>160</sup> Por um lado, o relator afirma que as iniciativas individuais seriam nocivas à circulação das riquezas minerais, mas

---

<sup>159</sup> - Idem.

<sup>160</sup> - Idem.



por outro acredita que não caberia ao Estado a exploração das minas. O papel deste último seria o de fiscalizar, conceder garantias, incentivos e condições de procura e exploração dos minerais.

A saída apontada por Cunha é que o Estado conceda vantagens àqueles que desejarem buscar e/ou explorar regiões carboníferas, para promover descobertas deste mineral, já que, para o relator, uma das causas da escassez de combustível está na falta de interesse dos indivíduos em despendar vultosas quantias para tal empreendimento. Isto faz, segundo o autor, com que numerosas riquezas minerais que poderiam contribuir para o desenvolvimento da indústria e do comércio fiquem inutilizadas. Nas palavras de Cunha: *“De que servem as riquezas encerradas no seio da terra se não houver um incentivo que promova o desejo de descobri-las?”*.

No entanto, Cunha alerta que tais vantagens não devem ser exageradas, pois muitos poderiam deixar os trabalhos agrícolas para se lançarem na busca por carvão.

*“Um solo privado dos meios de rápida comunicação e onde muitas vezes é indispensável atravessar desertos imensos, essas são as nossas circunstâncias; e para confirmar o que digo, basta ver o que acontece com as minas de carvão de pedra de Santa Catarina. É preciso atravessar florestas virgens de uma extensão enorme povoadas por animais ferozes que deixam em perigo a vida do viajante ou então por índios que não são menos perigosos do que as próprias feras.*

*Já se vê V. Excita que mil obstáculos formidáveis se opõem ao achamento desse depósito de substâncias minerais no nosso solo, e é por causa disso que eu julgo conveniente e mesmo indispensável garantir ao achador vantagens consideráveis que possam compensar as fadigas e perigos e que necessariamente tem de se expor aquele que andar na busca de tal substância.”*<sup>161</sup>

Ao mesmo tempo, Cunha defende que o proprietário deve gozar de uma concorrência ilimitada no processo de concessão, mas que, se caso não a conquiste, deverá ser indenizado por todo o prejuízo pela ocupação de seu terreno, tanto pelas buscas e pesquisas, quanto pelas explorações. O relator acredita que a distinção entre propriedade da superfície e propriedade do subsolo seria um incentivo aos proprietários, já que estes temeriam a ocupação de suas terras por terceiros e tratariam de realizar buscas e pesquisas quando suspeitassem da existência de minerais em sua propriedade. Assim, a sua proposta

---

<sup>161</sup> - Idem.

de legislação não assolaria o direito de propriedade, mas o fortaleceria, corroborando, ainda para o desenvolvimento da ciência, da indústria e do comércio.

O autor ressalta que os proprietários, apesar de muitas vezes possuírem grandes capitais, nem sempre estariam gabaritados para a tarefa de exploração de minas que requer um conhecimento específico. No entanto, se o proprietário do terreno puder empregar profissionais capazes de explorar as minas, aquele deveria obter a preferência. Para a formação destes profissionais, Cunha propõe a organização de escolas especiais relativas às pesquisas mineralógicas e de um conselho denominado Administração das Minas que:

*“Este corpo dotado de luzes especiais auxiliará o Governo, quando tiver de proceder, logo que se dê a concorrência para a concessão de uma mina. No caso de criarmos uma legislação sobre esta matéria, é indispensável a organização de um semelhante corpo; por quanto, como há de o Governo decidir entre os diversos impetrantes, se não for auxiliado por um órgão consultivo, dotado de conhecimentos especiais?”*

Ainda segundo Cunha, este corpo deveria ser composto unicamente pelos engenheiros de minas e ressalta também que a escassez de pessoas que se interessam por tais estudos seria resolvida quando a exploração das minas, “*submetida à vigilância do Governo*”, revelasse as suas vantagens e chamassem a atenção dos capitalistas. Além disto, para o incentivo dos estudos das minas, aconselha que o Governo dê garantias aos engenheiros, inclusive no que tange à concorrência para exploração do subsolo.

Cunha resume suas idéias apontando para sete preceitos que deveriam reger uma legislação sobre a exploração de minerais no Brasil, são eles:

*“1º toda e qualquer mina, antes da concessão do Governo, não constitui uma propriedade.*

*2º para a escolha do concessionário, gozará o Governo de um poder discricionário.*

*3º todo o brasileiro ou estrangeiro, naturalizado ou não, tanto isoladamente como em sociedade, terá o direito de requerer e poderá obter, se tiver lugar, a concessão de uma ou mais minas.*

*4º os concessionários serão obrigados à indenizar todo e qualquer prejuízo que os seus trabalhos ocasionarem.*

*5º os proprietários das minas pagarão ao Estado uma quantia determinada (fixa) e outra proporcional aos produtos extraídos.*

*6º os proprietários das minas serão obrigados à pagar as indenizações devidas ao proprietário da superfícies em cujo terreno estabelecerem os seus trabalhos.*

*7º todas as vezes que o achador não obtiver a concessão de uma mina, terá direito a uma indenização da parte do concessionário.”<sup>162</sup>*

Cunha ressalta que pareceria, à primeira vista, injusto determinar que um terreno cultivado e fértil fosse convertido em uma mina que, obviamente, iria encerrar a produção da unidade agrícola, prejudicando o proprietário, mas que se invertesse a questão, ou seja, se a indústria ficasse privada da obtenção do combustível por causa dos interesses do proprietário, “*ver-se-á que o único remédio possível é estabelecer-se uma exceção ou uma restrição aos direitos do proprietário, a favor da utilidade geral.*”<sup>163</sup>.

No entanto, o relator aponta que sua sugestão não visava criar uma legislação indiferente às vantagens dos proprietários de terra, mas que, ao contrário, objetivava estabelecer, no que tange à exploração das minas, uma concorrência ilimitada para que esta classe explorasse os minerais, mas que, se em todo caso isto não ocorresse, que se concedesse toda a indenização ao prejuízo que viesse a causar a ocupação de seu terreno.

Em resposta a estas questões, Marquês de Olinda ressalta que estaria fora de discussão discordar que as minas fariam parte do que ora chamavam de bens do Estado, mas que, todavia, não faltariam opositores para combater tal afirmativa. Além disto, ressalta que a lei inglesa que regula a exploração das minas, não separando a superfície do subterrâneo, não deve servir de parâmetro, já que condiz com uma realidade muito peculiar de abundância de capitais, desenvolvimento industrial e “*exagero das idéias de liberdade industrial*”.

De forma geral, Araújo Lima concorda com as indicações de Cunha para uma legislação que regulamentasse a exploração das minas de carvão no Brasil, apenas levantando algumas ressalvas.

A primeira delas refere-se à indenização que se deve conceder ao proprietário. Para o Marquês de Olinda, dever-se-ia seguir o exemplo da legislação belga que “*foi a este respeito mais liberal para com os proprietários do solo*”, onde além da soma fixa determinada no ato da concessão, o proprietário deve receber anualmente uma quantia

---

<sup>162</sup> - Idem.

<sup>163</sup> - Idem.

proporcional ao rendimento líquido da mina na razão de 1 a 3 por cento. Assim, os concessionários teriam no proprietário um aliado, já que interessaria a este maiores rendimentos da empresa, ao mesmo tempo em que não sairia prejudicado com a concessão das minas.

A segunda questão apontada consiste em conceder ou não a preferência aos proprietários da terra na concessão das minas sobre quaisquer outros pretendentes, inclusive o descobridor.

Esta questão estaria diretamente relacionada à primeira, pois se fosse dado ao proprietário a indenização pelo ônus causado, mais a taxa fixa paga pelo concessionário, além da quantia proposta em cima do rendimento líquido, não haveria porque conceder alguma preferência ao proprietário. Mas, se este apresentar condições de realizar eficiente exploração nas minas, igualando-se ao descobridor, é sensato, segundo Araújo Lima, que o proprietário ganhe a concessão. Marquês de Olinda ressalta que o importante é que o Governo tenha total liberdade no processo de concessão de qualquer mina.

No entanto, se as indenizações sugeridas pelo Marquês não forem acatadas, deve-se conceder ao proprietário preferências no processo de concessão, desde que o mesmo apresente condições e meios necessários para a exploração das minas encontradas.

A terceira questão discute a liberdade de um indivíduo ou companhia possuir mais de uma concessão para exploração das minas. Marquês de Olinda declara-se contra este direito, pois logo uma Associação forte monopolizaria a extração do combustível elevando o seu preço.

Outro ponto ressaltado relaciona-se ao tempo de duração das patentes. Para o Araújo Lima, seria muito prejudicial conceder permissão perpétua, ainda mais em um país onde não se tem pleno conhecimento das riquezas minerais de seu solo, devendo assim, durar entre 12 e 20 anos, podendo, ou não, ser renovada. Além disto, a propriedade perpétua concede o direito do concessionário de alienar-se da mina, o que poderia prejudicar a exploração, uma vez que se para conseguir a concessão teve-se de provar condições para a exploração do território, o segundo concessionário não teria essa obrigação. Portanto, a venda poderia ser feito à indivíduos que não possuíssem os predicados necessários para o melhor proveitos das explorações. Assim, “*Se isto acontecer*

*resultará que a concessão da mina não foi feita em proveito do Estado, mas de um simples indivíduo.*”<sup>164</sup>.

Araújo de Lima defende ainda que a autoridade de fazer a concessão deveria estar concentrada no Governo Central, em suas palavras:

*“Eu ligo tanta importância a semelhantes concessões, quando se trata de um mineral como o carvão de pedra, para cujo descobrimento no Brasil todos olhamos com tantas esperanças para o desenvolvimento de nosso comércio e indústria, e mesmo de nossa agricultura, que não desejava que o Governo demitisse de si o direito de fazê-las. Nem descubro grande inconveniente na concentração deste direito.”*

O autor defende que só poderia aproveitar as minas de carvão de pedra onde houvesse meios de transporte para o mar, ou vias navegáveis, ou através de estradas de ferro, devendo ser fácil e rápida a comunicação do Governo com seus delegados. Assim:

*“Informem pois estes [os delegados] sobre as pretensões, mandem examinar os lugares em que aparecerem as minas, investiguem as circunstâncias dos pretendentes, procedam enfim a todas as diligências para esclarecerem cabalmente o Poder Central, mas seja este o único competente para resolver a concessão e a quem.”*

O que pretendo demonstrar com a exposição dessa troca de correspondência entre o Marquês de Olinda e Antonio Rodrigues da Mota Cunha tange às discussões acerca de uma legislação para a exploração das minas no Brasil, ou seja, quais os principais pontos que levam à uma polêmica da dita Legislação. Estes pontos estavam sempre permeados por duas questões: propriedade e os limites do privado em relação aos interesses do público. É interessante também, que ainda em 1858 estivessem discutindo uma legislação de tamanha importância. Na realidade, o Brasil só terá definido as leis para determinada questão muito mais tarde, no Governo Vargas.

Podemos, portanto, imaginar o temor que os senhores de proprietários de terra e escravos teriam que uma legislação tal como proposta fosse aprovada. Em primeiro lugar, porque retira dos seus domínios o caráter de propriedade e concentra-os nas mãos do Governo central. Em segundo lugar, por razões anteriormente apresentadas, os senhores muito provavelmente não conseguiriam levantar o capital necessário para tal empreendimento, possuindo, assim, duas alternativas: a perda da terra e o recebimento da

---

<sup>164</sup> - Idem.

indenização ou o aumento das suas dívidas face aos “donos do dinheiro” para concorrer à concessão.

Ambas alternativas desagradariam os proprietários, pois a posse de uma terra significa o domínio não só físico do território, mas também domínio político na região, sobre os homens que nela habitam, perdê-la, portanto, ainda que mediante indenização, seria colocar em risco o seu domínio local.

Por outro lado, endividar-se para tal empreendimento – que muitas vezes não possuía garantia de sucesso – seria submeter-se mais ainda ao capital mercantil, tornando-se ainda mais dependente do *Negociantes*.

É importante pensarmos que, mesmo constituindo juntos o bloco no poder do Estado Imperial brasileiro, os *Negociantes* apresentaram-se como grande ameaça ao poderio dos senhores, que procuravam constantemente afirmar a sua dominação.

Um dos pontos claros desta dominação está presente na idéia da “vocação agrícola” do Brasil. Esta concepção está pautada na perspectiva liberal das vantagens comparativas. Segundo tal visão, cunhada por Adam Smith no clássico *A Riqueza das Nações* (1776), o comércio internacional beneficiaria todas as nações nele envolvidas. Esta assertiva partia do pressuposto de que cada país possuía vantagens em linhas de produção de determinadas mercadorias. E se cada país se concentrasse nesta produção, todas as mercadorias seriam obtidas pelo seu valor mais baixo, da  o ganho de todas as nações e a concepção da divisão internacional do trabalho.

A parte que caberia ao Brasil seria a de fornecedora de produtos agro-exportadores, já que possuía vantagens naturais para tal produção, enquanto a Inglaterra pertenceria aos países produtores de mercadorias industrializadas, uma vez possuidora de vantagens adquiridas para esta produção.

Na mesma carta direcionada aos eleitores mineiros, Bernardo Pereira de Vasconcelos reflete o pensamento cunhado na teoria das vantagens comparativas:

*“O sr. Clemente Pereira lamenta o lucro que percebem os estrangeiros no preparo de nossos couros, que eles tornam a vender-nos; quer que esse lucro seja dos brasileiros, e para o conseguir ofereceu a emenda, que ora combato. Estas idéias do ilustre deputado têm o seu apoio nesse princípio errôneo, de que   possível que uma nação venda sem comprar, que só o dinheiro constitui riqueza, etc. Este princípio por si mesmo cai, nem me devo ocupar com sua refutação. Os produtos estrangeiros, quaisquer que sejam, são comprados com produtos de nossa indústria,*

*que essas compras animam; e a nossa habilidade não está em produzir os gêneros e mercadorias em que os estrangeiros se nos avantajam; pelo contrário, devemos aplicar-nos às produções em que eles nos são inferiores.”*<sup>165</sup>

Um grande exemplo da disseminação desta idéia aqui no Brasil está nas obras do Visconde de Cairu, que retratam e defendem a idéia do equilíbrio do comércio exterior para o bem comum.

José da Silva Lisboa é considerado um grande precursor das idéias liberais no Brasil, e em especial as de Adam Smith. Seus conhecimentos de Economia Política foram amplamente reconhecidos por D. João VI ao entregar a Lisboa a responsabilidade de ministrar o curso de Economia Política. Este não vingou, mas os conhecimentos e preceitos liberais do Visconde de Cairu serviram de base e discussão para as ações no Império português e brasileiro.<sup>166</sup>

Em sua obra *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*<sup>167</sup>, Cairu defende a idéia de que a prioridade do Brasil deve voltar-se para agricultura, pois a colônia encontrava-se ainda muito longe das possibilidades de desenvolvimento das manufaturas ou fábricas mais refinadas. Estas seriam “*naturais da Europa*”, enquanto que no Brasil a lucratividade concentrar-se-ia na agricultura, mineração, comércio interior e exterior e nas artes associadas a estas atividades. Desta maneira, para o autor, o Brasil não estaria apto para aprimorar as suas indústrias, já que não apresentava condições essenciais para o seu desenvolvimento, tais como: capitais disponíveis, vasta população, demanda efetiva, condições de competir com os produtos estrangeiros, dentre outros “*requisitos para as fábricas*”.

Ainda que defendendo políticas mais enérgicas para o desenvolvimento da exploração de minerais no Brasil, o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em Relatório referente ao ano de 1864 apresentou visão semelhante à expressa por Cairu quanto às etapas de desenvolvimento da sociedade brasileira:

*“Concebe-se e explica-se que no estado atual do nosso desenvolvimento industrial a agricultura atraia e absorva a máxima parte dos elementos*

---

<sup>165</sup> - VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Carta aos senhores...* Ob. cit. pg.90.

<sup>166</sup> - ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu.* São Paulo: HUCITEC, 1996.

<sup>167</sup> - LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1999. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.

*de produção que possuímos, de preferência a qualquer outra indústria, segundo a ordem invariável de sucessão que o progresso da civilização lhes assina, mas isto não pode justificar a indiferença a que estão votados entre nós os trabalhos concernentes à extração dos produtos naturais, que a história atesta terem nascido logo depois daquela, e bem próximo à infância da sociedade.”<sup>168</sup>*

Lisboa prossegue defendendo a idéia de que se a agricultura no Brasil é lucrativa não há razões para acelerar o estabelecimento de grandes fábricas e manufaturas e de que, com o crescimento da população européia e conseqüente aumento da demanda de produtos agrícolas, o mercado tornaria-se igualmente vantajoso para ambos.

*“Se algum país estrangeiro nos pode suprir com certas mercadorias mais baratas do que podemos fabricar, é melhor comprá-las aos mesmos com alguma parte do produto da nossa indústria, empregada na direção em que temos alguma especial vantagem sobre os estrangeiros. (...) Ora certamente a geral indústria não é empregada com a maior vantagem possível, quando é dirigida para objetos que os nacionais poderiam comprar mais barato, do que se produzissem e fabricassem por si mesmos. Se assim contra a razão o praticassem, o produto anual da terra e trabalho do país seria mais ou menos diminuído, em proporção que as suas compras fossem mais caras; pois então a indústria é desviada de produzir artigos de mais valor do que a mercadoria que os regulamentos econômicos dirigem a produzir e fabricar com preferência aos mais naturais empregos.”<sup>169</sup>*

Lisboa acreditava que a agricultura era o melhor negócio para as colônias, uma vez que a grande quantidade de terra disponível, assim como a sua fertilidade, barateavam os custos da produção. Assim, defende que a mão-de-obra deve ser voltada para a agricultura e não despendida para as fábricas ou manufaturas. Assim sentencia:

*“Por este grande **cânon econômico**, e critério de verdade política, se deve julgar e medir a utilidade e importância da introdução, e manutenção de qualquer estabelecimento ou ramo de indústria. Tratando-se de animar os empregos de capitais em agricultura, ou manufaturas, deve-se ver, que maior soma de valiosos produtos ou rédios vem ao país naquela ou nesta direção. Se a quantidade, valor, e mercado de uma for maior do que de outras, aquela deve ser preferida.”* (grifo do autor)

Um exemplo desta visão no objeto aqui estudado está contido na transcrição a seguir onde, apesar de acreditar na importância do desenvolvimento da exploração dos

---

<sup>168</sup> - PIMENTAL, Espiridião Eloy de Barros. *Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1864.

<sup>169</sup> - *Ibidem*, pgs. 120 e 121.



minerais em subsolo brasileiro, o autor não deixa de ressaltar que a prioridade para a utilização da mão-de-obra está voltada para a agricultura, por ser o Brasil “*uma nação essencialmente agrícola*”:

“(…) *Conheço que dos interesses industriais da nossa atualidade fazem afluir os braços para a lavoura; e que, portanto por melhor que seja a legislação de que trato, haverá sempre um grande número de substâncias minerais, com cuja exploração ninguém se ocupará; pois além da escassez de braços nós constituímos uma nação essencialmente agrícola, e se na atualidade faltam os braços para a lavoura, como havemos nós de obtê-los para a exploração das minas? Convém, portanto colocamo-nos no meio termo entre a opinião que aconselha uma exploração em grande escala e a outra que se opõe à toda e qualquer exploração (...)*”<sup>170</sup>

Esta citação vai de encontro às idéias expressas por José da Silva Lisboa décadas antes e corrobora com a visão da vocação agrícola do país. Sendo esta uma defesa da propriedade, da ordem e da manutenção do sistema. O liberalismo no Brasil Império foi moldado por estas palavras três expressões.

Ressalto aqui a importância de entendermos melhor os preceitos liberais disseminados no Brasil do século XIX, não só do seu ponto de vista econômico, mas também enxergá-los como doutrinas que permearam as idéias e ações dos diversos agentes históricos do período, que neles se inspiraram e a partir deles desenvolveram novas formas de pensar a sociedade em construção.

A análise de um determinado sistema ético-filosófico reside na sua importância como instrumento organizador que visa uma finalidade geral, no caso aqui abordado: a manutenção de uma sociedade agrário-exportadora. Desta forma, as apropriações realizadas pelas classes dominantes brasileiras das teorias liberais tiveram como escopo maior fundamentar seus interesses e propagar seus ideais na forma de um discurso do bem comum, do universal, sombreando, assim, os interesses de classe envolvidos no mesmo:

“Entre os valores e os interesses, entendidos estes como objetivos a serem alcançados mediante uma ação racional do sujeito, há de existir, por conseguinte, um mínimo de harmonia.”<sup>171</sup>

---

<sup>170</sup> - Coleção Marquês de Olinda. *Cartas de Antonio Rodrigues da Mota Cunha ao Marquês de Olinda: enviando seus trabalhos sobre a exploração de minas de carvão de pedra e esboço de lei sobre a propriedade da superfície e a do fundo do solo*. S/1, 12 de Junho de 1858.

<sup>171</sup> - COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Pg. 23.

A idéia da universalização de interesses e objetivos pode ser encontrada em ensaio de Stuart Mill onde o autor afirma que “(...) o interesse da humanidade como coletividade, ou pelo menos da humanidade considerada sem distinção de pessoas, deve estar presente no espírito do agente quando julga em consciência a moralidade de uma ação.”<sup>172</sup> Sabe-se que as obras deste autor esteve bastante presente nas bibliotecas dos “letrados” da sociedade brasileira oitocentista<sup>173</sup>, sendo, assim, uma grande referência para entendermos as inspirações liberais destes agentes.

A teoria do utilitarismo ou o princípio da felicidade maior, defendida por Mill, entende que uma ação está correta na medida em que tende a promover a felicidade, esta definida por prazer e ausência de dor.

Ao definir a felicidade através de um conceito tão amplo, o autor generaliza, acreditando em um objetivo comum a “todos os homens”, camuflando, com isso, a existência de diversos conflitos de interesses. Assim, Mill entende que toda a sociedade caminha para um mesmo fim, qual seja, a de promover a felicidade geral, através do utilitarismo - ações moralmente inspiradas em valores universais.

Estas condutas morais trariam, ainda segundo Stuart Mill, o progresso, a sabedoria, o bom senso e a providência dos indivíduos que seriam capazes de “erradicar completamente a pobreza, em qualquer sentido que implique sofrimento”<sup>174</sup>, bem como reduzir as dimensões das doenças. Assim, a busca constante pela felicidade, tal como entendida pelo autor, traria consigo o domínio do sofrimento humano.

Podemos perceber que o autor está calcado em pressupostos generalizantes que defendem a necessidade dos homens caminharem juntos para a busca da felicidade geral, fim último dos “interesses coletivos da humanidade”<sup>175</sup>. Objetivo este que não leva em conta os divergentes interesses e inúmeros conflitos existentes em uma sociedade, aqui supostamente sobrepostos por um escopo maior: a da busca pela felicidade, afinal: “(...) a

---

<sup>172</sup> - MILL, John Stuart. Utilitarismo. IN: *A liberdade; Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos) Pg. 258.

<sup>173</sup> - Para uma rica exposição sobre os livros mais encontrados em bibliotecas do período ver: FREYRE, Gilberto. *Inglezes no Brasil...* Ob. cit.

<sup>174</sup> - MILL, John Stuart. Utilitarismo... Ob cit. Pg. 199.

<sup>175</sup> - *Ibidem*, pg. 202.

felicidade que os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo na conduta não é a do próprio agente, mas a de todos os envolvidos.”<sup>176</sup>

Ainda segundo Mill, a sociedade entre seres humanos que une os interesses de todos só não é possível entre o senhor e o escravo, afinal a sociedade entre iguais só existe quando os interesses de todos forem igualmente considerados. O escravo estaria aí excluído da idéia do projeto de busca pela felicidade geral, uma vez destituído do direito de ver atendido as suas necessidades. É importante ressaltar que a felicidade geral não estaria vinculada à igualdade social. Mill explicita que nem sempre a desigualdade e as “distinções de classes” são frutos de injustiças, mas, ao contrário, podem ser convenientes.

Desta forma, a liberdade estaria subordinada ao interesse geral, ou seja, de acordo com a teoria utilitarista, a liberdade somente seria positiva se exercesse uma utilidade para a coletividade em busca da felicidade.<sup>177</sup>

O discurso universalizante de John Stuart Mill e largamente utilizado pelos agentes históricos liberais aqui no Brasil pode ser sintetizada na seguinte passagem:

“(...) essa base do poderoso sentimento natural *existe*, e é ela que constituirá a força da moralidade utilitarista, desde que se reconheça a felicidade geral como critério ético. Essa fundação sólida é a dos sentimentos sociais da humanidade, o desejo de viver em unidade com nossos semelhantes, que já é um poderoso princípio na natureza humana, e felizmente um dos que tendem a se fortalecer.”<sup>178</sup> (grifo do autor)

Além destes fatores, é importante lembrar que a permanência de determinados valores como hegemônicos não se reduz ao recurso da força, mas faz-se também através de uma justificação ética, uma aceitação que, não obstante os conflitos existentes, funda-se como a moral, a conduta vencedora de uma época. De outra maneira:

“Em regra geral, a função de justificação ética, ou legitimação política, da organização social, é feita pelos grupos ou classes no poder, como instrumentos de auto-defesa. Os homens nascem, crescem e morrem em uma cultura de legitimação do poder de um grupo social sobre outro.”<sup>179</sup>

---

<sup>176</sup> - *Idem*.

<sup>177</sup> - Agradeço à Mônica Martins por haver possibilitado a leitura de um dos capítulos da sua tese de doutoramento, ainda em fase de elaboração, bem como pelas frutíferas oportunidades de discussão acerca do liberalismo no Brasil, e, em especial, do pensamento de Visconde de Cairu. No referido capítulo apresenta-se a idéia aqui referida neste parágrafo, assim como uma rica discussão da influência de Adam Smith no pensamento de José da Silva Lisboa e a polêmica das corporações de ofício no Brasil.

<sup>178</sup> - *Ibidem*, pg. 224.

<sup>179</sup> - COMPARATO, Fábio Konder. *Ética...* Ob. cit. Pg. 27.

Contudo, não devemos reduzir as doutrinas filosóficas e éticas às determinações sociais, como se aquelas fossem simples respostas às necessidades sociais de específicas classes ou frações de classe. A doutrina liberal não apenas surgiu em determinadas conjunturas, mas também foi elemento delas. Ao pensar o lugar e a relação do homem com o mundo, qualquer filosofia tem um efeito prático. Nas palavras de Vázquez:

“Se a atividade teórica não é vista em si mesma, mas como uma atividade vinculada à prática, por autônoma que pareça na medida em que nela se fundamenta, e se, por outro lado, toda prática tem necessariamente, como seu elemento interno, um ingrediente teórico, a relação entre teoria e prática é, definitivamente, uma relação pela prática e na prática.”<sup>180</sup>

É este efeito, esta relação entre o que se leu da doutrina liberal aqui no Brasil e os discursos e ações dos leitores, que se pretende entender as interferências do pensamento liberal na exploração do subsolo nacional.

Muito já se discutiu sobre o assunto, sobre a possibilidade ou não de um país escravista adotar doutrinas liberais, tais como as de igualdade e liberdade, conceitos estes tão distantes das senzalas.

Para alguns estudiosos a escravidão impossibilitou a formação e aceitação das idéias liberais no Brasil oitocentista. O polêmico estudo de Roberto Schwarz *Ao Vencedor as Batatas*<sup>181</sup> é um exemplo de defesa da impossibilidade de um discurso liberal vingar em uma sociedade escravista. As idéias estariam no Império brasileiro, nas palavras do autor, “fora do lugar”, “fora de centro”.

O autor argumenta que um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre e que, portanto, a realidade a que esta ciência se referia era muito diversa da de um país escravista como o Brasil, cuja mão-de-obra compulsória se oporia à racionalização produtiva. Desta maneira, a escravidão “impugnava” a ideologia liberal e mostrava que a teoria não era a prática.

Ainda segundo Schwarz, além do latifundiário e do escravo, a sociedade possuía uma terceira “classe de população”, atrelada à primeira e composta pelos homens livres que teriam a sua sobrevivência e seu acesso a bens materiais dependentes do favor do senhor de

---

<sup>180</sup> - SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia e circunstâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Pg. 161.

<sup>181</sup> - SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Livraria duas cidades.

terras e escravos. O favor, portanto, seria o mecanismo pelo qual se reproduziria esta terceira classe, um mecanismo que também se opunha à racionalização.

Assim, o discurso liberal aqui no Brasil teria sido mais um traço da dependência do país em relação à Europa e seria marcado pelo seu caráter anacrônico, ou, desproporcional com a realidade brasileira. Seria utilizado apenas por ser o discurso proclamado por grandes pensadores e políticos de diversos países europeus – exemplos de civilização e progresso, oferecendo, com isto, a legitimidade “racional” de que precisava os nossos ideólogos para a manutenção da sociedade baseada na escravidão e no favor.

Com isto, ao mesmo tempo em que as idéias liberais eram “indescartáveis”, também o eram impraticáveis no Brasil oitocentista, onde esta dualidade faria da ideologia e da realidade uma combinação instável.

Também Jurandir Malerba<sup>182</sup> aponta para a impossibilidade de uma ação efetivamente prática dos preceitos liberais na sociedade escravista. Analisando o Código Criminal de 1830, o autor mapeou os valores da classe dirigente expressos na produção jurídica que permitiam apreender as bases da mentalidade escravista.

Malerba parte da concepção de que no escravismo colonial as classes fundamentais seriam o senhor proprietário de terras e escravos e os escravos rurais. Assim, a construção do aparelho jurídico do Estado em formação estaria nas mãos do segmento político letrado dos senhores, tendo por base, portanto, a mentalidade escravista. A formação européia destes bacharéis forneceria apenas um “verniz liberal”, pois, por representarem a classe que se manteve no poder através da escravidão, “jamais estiveram dispostos a abrir mão, em nome das ‘luzes’, de sua posição aristocrática”.<sup>183</sup>

As relações sociais informais, personalistas, características da sociedade patriarcal reproduziriam-se no Estado e no seu judiciário, afirmando o predomínio da esfera privada sobre a pública. O monopólio legítimo da violência ainda estaria concentrada na unidade familiar, em especial, na figura do *pater* e entre desiguais: senhor e escravo, homem e mulher, pai e menor. Assim, sociedade civil e sociedade política seriam conceitos impróprios para o escravismo colonial, uma vez que não havia igualdade jurídica entre os indivíduos.

---

<sup>182</sup> - MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.

<sup>183</sup> - *Ibidem*, pg. 13.

A partir desta análise, o autor afirma que os valores escravistas e a concepção paternalista de sociedade e Estado impossibilitaram a vigência da doutrina liberal no Brasil oitocentista. Desta maneira, a utilização do vocabulário liberal por parte dos letrados brasileiros não teria feito com que estes e o Estado fossem liberais. Os limites do liberalismo estariam presentes nas relações sociais de produção escravista.

Assim como Schwarz, Malerba afirma que a construção das idéias liberais fez parte de uma conjuntura européia própria, de uma luta da burguesia contra o Antigo Regime, muito distante da realidade brasileira do período. Aqui, os que se autoproclamavam liberais não eram os burgueses revolucionários, mas representantes da classe dominante agrária, defensora, por excelência, da manutenção do latifúndio, da escravidão e dos privilégios. Nesta conjuntura, a utilização dos conceitos liberais seria apenas “funcional e tópico”.

Na realidade, para o autor, não existiria um paradoxo entre liberalismo e escravismo, pois não haveria liberalismo no Brasil. A escravidão e a prática do favor teriam impedido a implantação das doutrinas liberais, não passando, portanto, de uma ideologia.

Podemos perceber pontos bastante comuns entre os autores supracitados. Em primeiro lugar, ambos entendem a sociedade brasileira do século XIX através do binômio senhor-escravo. Mesmo afirmando a existência de uma terceira classe, Schwarz a conceitua inseparavelmente da dos senhores escravistas, pertencente, portanto, ao modelo patriarcal e ao seu ideário escravista.

Desta maneira, os ideólogos, políticos, letrados e bacharéis representariam inevitavelmente os interesses dos senhores proprietários de terras e escravos, já que seriam os únicos capazes financeiramente de enviar seus filhos às universidades.

Jurandir Malerba e Roberto Schwarz acabaram por reduzir a complexidade da construção do Estado Imperial aos representantes dos senhores escravistas, não abordando outros diversos setores da sociedade que se fizeram presentes nesta construção, seja através da própria presença no legislativo, ou da pressão econômica e política.

Ao entender o Estado brasileiro a partir do conceito de família ampliada e sua sociedade como a escravista e do favor, Malerba e Schwarz, respectivamente, negaram a possibilidade do desenvolvimento do liberalismo no país e, em especial das suas instituições “racionalizadas”. Ao ser um entrave para a aplicação das doutrinas liberais,

estas características barrariam o desenvolvimento do arcabouço institucional que representasse o coletivo de forma “impessoal e abstrata”.

De outra maneira, os autores defendem que a ausência de racionalidade, tanto na produção, quanto na burocracia e no aparato jurídico, causada pela mentalidade escravista, afirmou a incoerência do discurso liberal em uma sociedade baseada na mão-de-obra escrava.

De certo que não havia uma racionalidade burguesa nem na produção nem nas instituições político-legislativas no Brasil do período, mas uma racionalidade que atendia sim - mas não somente - aos interesses dos senhores proprietários de terra e escravos. No entanto, a existência da primeira não indica a construção de uma sociedade igualitária, cujas instituições burocráticas seriam formadas por técnicos que, objetivamente, cumpririam seus papéis à despeito de qualquer interesses de classes ou frações de classes.

As idéias liberais, portanto, não foram construídas e não são propriedade de uma determinada classe ou de uma determinada racionalidade econômica, ao mesmo tempo em que não garantem, na prática, mas apenas no discurso, uma organização estatal impessoal voltada para o bem comum.

Assim, não trabalharei aqui com as hipóteses defendidas por Malerba e Schwarz, mas, ao contrário, buscarei entender o que o pensamento liberal foi capaz de construir e influenciar no Brasil oitocentista, bem como a quais interesses ele estava vinculado. Não partirei, portanto, da idéia de que havia um pensamento uniforme, homogêneo e que fora puramente importado da Inglaterra na sua visão mais clássica e da França na sua versão mais radical.

Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco<sup>184</sup>, as idéias de igualdade estariam aqui vinculadas ao conceito e ao direito de propriedade, ajustando a teoria à estrutura social e política do Brasil. Assim, a escravidão não seria o limite do liberalismo no Brasil, como apontado por Emília Viotti da Costa<sup>185</sup>, mas a defesa da propriedade, conceito consagrado pelas idéias liberais.

---

<sup>184</sup> - FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. IN: *Caderno de debate*. São Paulo: Brasiliense, 1976, nº 1.

<sup>185</sup> - COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979. Pgs.28 e 29.

Desta maneira, é importante percebermos como as doutrinas liberais foram forjadas no Brasil e não simplesmente transmigradas da Europa. Ao mesmo tempo, é importante lembrarmos que o liberalismo não é necessariamente uma doutrina do capitalismo, foi sim apropriado por este, mas é anterior ao mesmo. Desta forma, as teorias liberais não são uma construção do capitalismo, podendo, portanto, abarcar outras alternativas de regulação econômica.<sup>186</sup>

Lucia Guimarães<sup>187</sup> afirma que a linguagem do ideário liberal é bastante abstrata, o que permite que sua doutrina tome múltiplas feições, de acordo com a conjuntura e os grupos a ela ligados. O ideário liberal, não apresenta uma proposta fechada de nação, de cidadania, além de não explicitar a quem compete elaborar as leis, participar do sistema representativo, dando margem a diversas concepções de sociedade, ora mais democráticas e populares, ora mais centralizadas e hierárquicas. Desta maneira, “foi na prática política que se estabeleceram os limites e as possibilidades de apropriação do credo liberal”<sup>188</sup>.

No Brasil oitocentista forjaram-se diferentes concepções liberais que vieram a atender aos interesses de múltiplas classes e frações de classe, tanto constituintes do bloco no poder, quanto fora dele. Assim, para atender às concepções de distintos setores da sociedade, o liberalismo foi redefinido, sem perder, contudo, seus principais elementos e fundamentos e, principalmente sem apresentar-se como uma “idéia fora do lugar”.

“As vertentes do liberalismo no Brasil, que informam a ruptura com Portugal e a construção do Estado Brasileiro, podem ser melhor compreendidas se observado como as diferentes classes sociais absorveram seus princípios e como lidaram com a questão do trabalho escravo. O liberalismo representou distintos interesses e aspirações sociais existentes na sociedade brasileira e ligou-se também - o que é fundamental no estudo da gênese do Estado Brasileiro - à diversidade e aos conflitos entre as diversas regiões.”<sup>189</sup>

Num primeiro momento, o liberalismo estava fortemente vinculado à oposição à dominação colonial e suas limitações à liberdade comercial, ao controle dos cargos e ao

---

<sup>186</sup> - PEIXOTO, Antonio Carlos. Liberais ou conservadores?. IN: GUIMARÃES, Lucia M. P. e PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

<sup>187</sup> - GUIMARÃES, Lucia M. P. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). IN: GUIMARÃES, Lucia M. P. e PRADO, Maria Emilia Prado. *O liberalismo no Brasil imperial...* Ob. cit.

<sup>188</sup> - *Ibidem*, pg. 104.

<sup>189</sup> - PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Os projetos liberais no Brasil Império (1822-1850)*. s/l,s/d. Mimeo.



pesado fisco imposto pela metrópole. Representava ainda a manutenção da “ordem”, ou seja, o seu controle do acesso à terra, bem como do comércio e da mão-de-obra. Pode-se perceber, portanto, que o liberalismo defendido por este grupo, ainda que heterogêneo, não visava uma reforma social, mas a garantia da manutenção de sua posição social.

A questão principal apontada por tais defensores, concentra-se na defesa irrefutável da propriedade. Locke, apresenta-se aí como uma grande referência para tal discussão, uma vez que pensa o homem fundamentalmente como um proprietário:

“A propriedade o define como homem, afirma tal condição, devendo a sociedade civil e o Estado expressarem tal situação, defendendo e garantindo a propriedade. A introdução desta questão, enquanto constitutiva da condição humana, redefine a da igualdade e a remete para um ponto integrador: **a igualdade entre proprietários**, do que decorre portanto também uma **desigualdade natural**.”<sup>190</sup> (grifos do autor)

Para Locke, o objetivo de fundar uma sociedade reside, principalmente, na necessidade de garantir aos indivíduos a manutenção de suas propriedades. Assim, o filósofo inglês acredita no direito de sublevação da sociedade civil contra qualquer governo que desrespeite o direito natural da propriedade, fim último da própria existência da sociedade:

“O motivo que leva os homens a entrarem em sociedade é a preservação da propriedade; e o objetivo para o qual escolhem e autorizam um poder legislativo é tornar possível a existência de leis e regras estabelecidas como guarda e proteção às propriedade de todos os membros da sociedade, a fim de limitar o poder e moderar o domínio de cada parte e de cada membro da comunidade; pois não se poderá nunca supor seja vontade da sociedade que o legislativo possua o poder de destruir o que todos intentam assegurar-se entrando em sociedade e para o que o povo se submeteu a legisladores por ele mesmo criados.”<sup>191</sup>

O escravo, para Locke, deixa de pertencer à sociedade civil do momento em que não é mais senhor absoluto de si mesmo, não possuindo nem liberdade, nem propriedade. Este indivíduo teria perdido, assim, a vida e o direito de posse:

“Existe, porém, outra classe de servos que indicamos pelo nome peculiar de escravo, os quais, sendo prisioneiros tomados em guerra justa, estão sujeitos, por direito de natureza, ao domínio absoluto e ao poder arbitrário dos senhores. Tendo tais homens, conforme disse, perdido a vida e com

---

<sup>190</sup> - Idem.

<sup>191</sup> - LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Os pensadores. Pg. 127.

ela a liberdade, bem como as propriedades, e não sendo capazes de qualquer posse no estado de escravidão, não se podem considerar como fazendo parte de sociedade civil, cujo fim principal é a preservação da propriedade.”<sup>192</sup>

Desta maneira, não há uma contradição entre o pensamento de liberdade em Locke e a escravidão legitimada pela “guerra justa” e pela posse de um homem sobre outro, pela propriedade, ou melhor pelo direito natural de propriedade, finalidade essencial da existência da sociedade. Um homem destituído de sua liberdade e de sua propriedade, torna-se propriedade de alguém, e este alguém deverá ter seus direitos de propriedade resguardados, ainda que aquela seja uma pessoa.

Com isto, a visão mais moderada do liberalismo, concebe também uma visão mais moderada do conceito de liberdade, que deve estar atrelada à defesa da “ordem” estabelecida. Isto significa dizer que para os defensores das doutrinas liberais, liberdade e democracia, ou liberdade e igualdade social, não necessariamente caminham juntas. Afirmava-se, portanto, “uma liberdade ligada à ordem; e uma igualdade regulamentada pela lei”.<sup>193</sup>

Rousseau também atrela a fundação da sociedade à propriedade: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.”<sup>194</sup> (grifo do autor)

No entanto, o pensador francês, apresentou-se aqui no Brasil como um perigo à manutenção da ordem, seus discursos foram considerados subversivos e radicais, uma vez que partia do pressuposto que a propriedade privada era a causa das desigualdades sociais, das rivalidades e da oposição de interesses.

Acreditava, também que a agricultura era o ramo menos lucrativo, pois produzia bens necessários a todos os homens, inclusive aos pobres, precisando, portanto, ter preços compatíveis às posses destes últimos. Ao contrário, o luxo, o comércio, as artes liberais e

---

<sup>192</sup> - LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Os pensadores. Pg. 72.

<sup>193</sup> - NEVES, Lúcia Maria B. P. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). IN: GUIMARÃES, Lucia M. P. e PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial...* Ob. cit. pg. 90.

<sup>194</sup> - ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Pg. 259

mecânicas tem seus preços elevados e tornam-se indústrias mais lucrativas, embora de menor utilidade.

Além disto, Rousseau condenava a escravidão, comparando-a um estado de natureza formado pela injustiça e corrupção:

“É este o último grau da desigualdade, o ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de que partimos; então, todos os particulares se tornam iguais, porque nada são, e os súditos, não tendo outra lei além da vontade do senhor, nem o senhor outra regra além de suas paixões, as noções do bem os princípios da justiça desfalecem novamente; então tudo se governa unicamente pela lei do mais forte e, conseqüentemente, segundo o novo estado de natureza, diverso daquele pelo qual começamos, por ser este um estado de natureza em sua pureza, e o outro, fruto de um excesso de corrupção.”<sup>195</sup>

Além das obras de Rousseau, os trabalhos de Voltaire, Mably, Condorcet, Condillac, abade Raynal e De Pradt, tiveram pareceres contrários à circulação de suas obras no Brasil, mas apesar das intervenções dos censores régios conseguiram se infiltrar nas bibliotecas dos letrados da colônia. Como demonstra Lucia Neves, os pareceres dos censores atentam para o perigo da circulação destas obras, já que traziam consigo idéias “extravagantes” de igualdade e liberdade, sendo perigosos incentivos à subversão do trono, do altar e dos bons costumes.

Assim, o liberalismo aqui no Brasil estaria mais identificado, em especial em se tratando das frações das classes dominantes do bloco no poder, com a clássica visão inglesa. Não obteve aqui um caráter revolucionário, como na França, foi sim adequado, repensado e utilizado na e para a manutenção da sociedade escravista agrário-exportadora, o que não retira a sua legitimidade.

“Assim, de um lado, encontravam-se homens ilustrados que estavam imbuídos do ideal reformador, mas que temiam o curso que adotara o processo político na França revolucionária. Considerados por alguns como conservadores, simpatizavam com o ideário de um liberalismo clássico, que conservava a figura do rei como representante da nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo.”<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> - *Ibidem*, pg. 280.

<sup>196</sup> - NEVES, Lúcia Maria B. P. Liberalismo político no Brasil... Ob. cit. pg. 81.

Retornando à visão da “vocação agrícola”, é importante ressaltar que esta concepção foi muito bem aproveitada pela Grã-Bretanha, que soube utilizar sua primazia industrial, restaurando o que hoje chamamos de “moeda colonial”<sup>197</sup>.

Desta maneira, acredito que compreender a subsunção formal ao capital na qual se encontrava o Brasil oitocentista em relação especialmente ao capital britânico ajuda-nos a entender a relação entre os dois países no período estudado.

Com relação aos transportes, segundo Graham, o que verdadeiramente impulsionou a construção de estradas de ferro no Brasil foi o aumento da produção de café para satisfazer a demanda mundial. Com a expansão do plantio em terras cada vez mais distantes da costa tornou-se ainda mais necessário o melhoramento dos meios de transportes.<sup>198</sup>

Ainda segundo o mesmo autor, “os brasileiros foram atacados cedo pela febre de assentar trilhos de aço através do país, e os portadores desta infecção foram os engenheiros e os empresários britânicos”. Assim, Graham faz um mapeamento das principais estradas de ferro construídas no Brasil e percebe a necessidade do capital inglês para tal empreendimento.

Para o mais importante projeto brasileiro – uma ferrovia que ligaria o Rio de Janeiro com o vale do Paraíba e outras regiões além da serra costeira – os ingleses contribuíram com um empréstimo de mais de 1,5 milhões de libras, com garantias dadas pelo governo brasileiro. Esta estrada denominou-se Estrada de Ferro Dom Pedro II (mais tarde ficou conhecida como Estrada de Ferro da Central do Brasil) contribuiu para prolongar a prosperidade da região reduzindo o custo do transporte, além de intensificar a produção cafeeira na parte superior do Vale do Paraíba, na Província de São Paulo.

Os ingleses também fizeram empréstimos às companhias particulares – Companhia Mogiana, Companhia Sorocabana, por exemplo. Quase todas as linhas que serviam à região de São Paulo eram consequência do mercado financeiro inglês. Através deste capital sugeriram, por exemplo, a Estrada de Ferro São Paulo e Rio e a Estrada de Ferro Sapucaí em Minas Gerais.

No entanto, ainda segundo Graham, foi no campo de investimentos diretos, mais do que no de empréstimos, que os ingleses exerceram sua grande influência no sistema de transportes do Brasil:

---

<sup>197</sup> - MATTOS, Ilmar. *O Tempo...* Ob. cit.

<sup>198</sup> - GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha...* Ob. cit.

“Em fins de 1880, havia no Brasil 11 companhias inglesas de estrada de ferro, tendo este número subido, dez anos depois, para 25. Ao lado das ações do governo, quase a metade dos investimentos ingleses no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial estava empregada nas companhias de estradas de ferro.”<sup>199</sup>

Destas ferrovias inglesas a de maior importância no Brasil foi a denominada São Paulo Railway Company Limited, ligava o porto de Santos a todos os distritos cafeeiros da Província de São Paulo. Esta linha foi considerada a mais rica e poderosa estrada de ferro do país, uma vez que reunia com o auxílio das linhas combinadas os produtos agrícolas de uma vasta região desembocando-as nos navios britânicos.

Sobre a atuação da Inglaterra no Brasil, assim analisa Manchester:

“Muitos milhares de quilômetros de estradas de ferro teriam que ser construídos, e um imenso suprimento de trilhos, material rodante e equipamentos teria que ser fornecido; novas terras seriam cultivadas, e os interesses agrícolas seriam promovidos; novas indústrias, requerendo as mais modernas máquinas, começaram a funcionar; e muitos milhares de libras esterlinas seriam necessários para incrementar os melhoramentos urbanos e o desenvolvimento rural. Esta atividade tinha sua base no ouro, no carvão e no ferro – dos quais a Grã-Bretanha possuía o monopólio virtual. Enquanto a Inglaterra controlasse esses três artigos, sua supremacia no Brasil não teria rival.”<sup>200</sup>

Com a rapidez e o crescimento do escoamento do café para e exportação foi necessária uma reformulação nos portos brasileiros, que não mais conseguiam atender às demandas de agenciamento dos navios. Foram palco de intensas discussões e reformas os portos do Rio de Janeiro e de Santos, amplamente analisados por Lamarão e Honorato, respectivamente.<sup>201</sup>

Discutindo a importância do complexo portuário, Honorato explica que esta consistia “a porta por onde a produção periférica fluía para o exterior, pela qual entravam mercadorias produzidas no capitalismo central”.<sup>202</sup> Ainda segundo este autor, o Brasil teve de promover uma reestruturação jurídica para atender às demandas internacionais, inserindo o Brasil na divisão internacional do trabalho. Este novo aparato jurídico deveria

---

<sup>199</sup> - *Ibidem*, pg. 64

<sup>200</sup> - MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Ob. cit. Pg. 278

<sup>201</sup> - LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991. HONORATO, Cezar. *O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo/Santos, HUCITEC/Pref. Mun. de Santos, 1996.

<sup>202</sup> - HONORATO, Cezar. *O Polvo....* Ob. cit. P. 17

dotar o país “de uma infra-estrutura portuária coerente com as necessidades de sua nova inserção na divisão internacional do trabalho, e rompendo com o modelo portuário vindo da Colônia”.<sup>203</sup>

A relação entre o Brasil e a Grã-Bretanha não se dava de forma diferenciada na questão dos combustíveis, afinal a Inglaterra possuía cerca de 2/3 do carvão mundial e constituía-se na principal fonte abastecedora para o Brasil:

*“Conhecedor das circunstâncias do país e da marcha que deve levar para seu desenvolvimento, reconhece muito bem V. Excia a grande importância e a influência que exercerão sobre o futuro do Brasil as suas minas de carvão. Quantia superior a dez mil contos de reis são remetidas anualmente do Brasil à Inglaterra para aquisição deste combustível. Com a exploração regular de nossas minas, poderia, não só ficar esta avultada quantia no país, como fornecer-se trabalho a mais de dois mil operários.”*<sup>204</sup>

Além do predomínio quantitativo que a Inglaterra gozava sobre o carvão brasileiro, também exercia forte influência na comercialização do combustível no interior do Brasil. Podemos perceber, através da sistematização da entrada de carvão no porto do Rio de Janeiro que a maior quantidade do mineral adquirida por particulares caía em mãos britânicas.

A Wilson Sons, foi grande exemplo da atuação britânica na comercialização de combustível no Brasil.<sup>205</sup>

Fundada em Salvador no ano de 1837 pelo escocês, nascido a 1803 em Portsoy, Edward Pellew Wilson – mais tarde conhecido como “O rei do carvão”, a Wilson Sons & Company era associada a Fleetwood, o irmão caçula que assumiu os negócios em Londres, onde mais tarde viria a ser o escritório central da empresa.

No início, a empresa se concentrou na importação de carvão e manufaturas e exportação para a Europa e Estados Unidos de sal, madeira, piaçava, dentre outros artigos. Mais tarde, já se encontrava envolvida em negócios mais ambiciosos como a construção da

---

<sup>203</sup> - Ibidem. P. 59

<sup>204</sup> - *Documentos relativos à organização de uma companhia para exploração das minas de carvão de pedra na província de Santa Catarina: ofício do governo comissionado o dr. Julio Parigot para, viajando para a Bélgica, aí escolher instrumentos e contratar operários; comentários aos artigos de um regulamento em elaboração e pareceres sobre a organização da mesma companhia e sobre a atuação do dito dr. Parigot.* Rio de Janeiro, agosto, 1842.

<sup>205</sup> - SABOIA, Patrícia. *The Wilson Sons Saga*. Rio de Janeiro: Editora Index – Basi, 1997.

ferrovia Great Western of Brazil, hoje Rede Ferroviária Federal, e a construção do primeiro dique seco do país, na Ilha do Mocanguê, na Baía de Guanabara.

A empresa se expandiu rapidamente, abrindo filiais em Recife (1850), Montevidéu, Estados Unidos, Canadá, Bélgica, França, Itália, Espanha, Senegal, Sierra Leone, Canárias e Ilha do Cabo Verde (todas na década de 1870). É também na década de 1870 que a empresa estreia no Rio de Janeiro, onde ainda hoje mantém sua sede.

Ainda nesta década, apesar rígido controle imposto pela assim conhecida “Lei dos entraves”, a Wilson Sons tornou-se uma sociedade por ações.

Durante a Guerra do Paraguai, a Wilson Sons abasteceu de carvão as forças brasileiras no Prata. E já em fins da década de 1880, a empresa expandiu para Santos, fornecendo carvão aos navios que lá aportavam.

Assim, se os negociantes nacionais brindaram o monopólio do comércio de cabotagem, sua realização através da navegação a vapor (mais rápida e eficiente) dependia dos comerciantes britânicos. Esta situação é agravada pelas dificuldades de exploração nacional já expostas acima e bem explicitadas nesta passagem:

*“Em nossa província encontra-se o carvão a flor da terra em diversos pontos, a existência dele ao sul em Candiota e ao norte nos municípios de S. Geronimo, (ilegível), e margens do Gravatahy está reconhecida, o que induz a crer que a província tem mais carvão que toda a Inglaterra.*

*Infelizmente até hoje não foi ainda sistematicamente explorada esta grande riqueza de nosso solo, sendo fácil explicar os motivos.*

*As despesas a fazer com sondagens até a profundidade necessária são grandes e para a aquisição das máquinas, materiais e construção de poços são necessários avultados capitais.*

*A extinta companhia inglesa, que trabalhou nesta província, empregou mil contos de réis e foi este capital ainda insuficiente para colherem-se bons resultados. Até a profundidade a que chegaram não encontraram carvão bastante antigo e conquanto muito tenhamos melhorado, nas novas galerias que abrimos, ainda não temos encontrado de superior qualidade.*

*Sendo grandes as despesas, em relação ao valor da mercadoria, só importamos da Inglaterra o carvão de melhor qualidade que aquele país exporta. Tem, portanto o nosso produto de concorrer com outro estrangeiro de superior qualidade e os nossos consumidores não querem*

*sujeitar-se ao aumento de trabalho que traz o uso do nosso, apesar de ser esse trabalho largamente compensado pela diferença de preço.”<sup>206</sup>*

No que tange à exploração em solo brasileiro, os ingleses procuraram entrar nas disputas das concessões onde muitas vezes saíram ganhando. Em outras situações, no entanto, tentaram boicotar a venda do carvão nacional, impondo a importação do combustível britânico.

Em correspondência enviada a Fernando Luiz Osório, João Breyer apresenta pareceres de maquinistas favoráveis ao carvão extraído na Província do Rio Grande do Sul. Segundo os testes feitos por diferentes embarcações, o combustível nacional continha as mesmas qualidades do inglês. Em uma viagem, por exemplo, realizada de Porto Alegre a Rio Grande pelo vapor Arraio de Pelotas, considerado o mais moderno à época, foi utilizado o carvão da região com grande sucesso, pois conseguiu completar o percurso no mesmo espaço de tempo e com mais economia do que com o combustível britânico.

Osório, assim assinala para as causas da baixa venda do carvão nacional:

*“Mas todas estas provas, todos os bons resultados obtidos caem diante da indiferença e mesmo da má vontade dos consumidores. A mór parte dos maquinistas nesta província são ingleses e como além da preferência que dão ao carvão de sua pátria e este ocasiona menos trabalho, repudiam o da província.*

*Ao passo que o Arraio de Pelotas consome do nosso carvão o maquinista do Guahyba, cujas máquinas são do mesmo sistema, declara que não o pode usar nem mesmo misturado com o inglês. A Gerencia dos trabalhos da Barra de Pelotas não usa carvão nacional para o serviço das Dragas na suposição que este não serve, entretanto o Sr. Bastao empresário da abertura do Sangradouro que trabalha com iguais dragas encomendanos um carregamento de carvão por ter sido muito satisfatórios os resultados que obteve das experiências que fez com o carvão da Província.*

*Há com certeza falta de boa vontade de ajudarem a nossa empresa e para combatê-la parece-nos muito acertada a opinião que V. Excia externou em nosso escritório da necessidade de decretar um direito de importação sobre o carvão estrangeiro. Um imposto de 7\$000 por tonelada aumentaria o preço do carvão estrangeiro e obrigaria os consumidores a preferirem o produto nacional sem de modo algum prejudicá-los visto que uma vez acostumados ao uso dele verificariam que não seria menos vantajoso que o inglês.”<sup>207</sup>*

---

<sup>206</sup> - Idem.

<sup>207</sup> - Idem



Osorio também nos esclarece que o próprio Governo não incentiva a extração do combustível na região, uma vez que compra o carvão importado da Inglaterra e não os das províncias do Sul, mesmo sendo este mais barato e de mesma qualidade:

*“A merecida influencia que exerce V. Exa junto ao Governo é tal que, sem dúvida, se quiser ver realizada essa sua idéia o conseguirá e prestará assim um grande serviço ao país. Muito nos ajudaria também o Governo se em lugar de comprar na corte para a capitania do Rio Grande, carvão inglês, que com o frete fica o preço de 30\$000 por tonelada, ordenasse que fosse preferido o nacional. Em tal caso poderíamos contratar o fornecimento mensal de 300 toneladas ou 500 se os transportes que tacam na Província também usassem dele e a preço de 20\$000 por tonelada posto no porto desta capital ou na cidade do Rio grande.*

*Com as importantes relações que tem nessa cidade muito poderia V. exa coadjuvar a resolver a Companhia da Barra de Pelotas a usar carvão nacional, cuja qualidade garantimos servir para as Dragas e vapores que transpõe a barra. Se a Companhia quisesse tomar um pequeno carregamento de 70 a 100 toneladas mandaria um empregado da empresa assistir as experiências que poderiam ser observadas por uma comissão e se delas não ficasse provado que o carvão serve, e que ano fica mais caro que o inglês, o carregamento ficaria por minha conta. Devo observar que foi por esta Companhia experimentado o carvão quando principiamos a exploração das minas e que a qualidade então era muito inferior a que hoje podemos fornecer.”<sup>208</sup>*

A falta de políticas públicas que incentivem a extração do carvão nacional, também é claramente encontrada nos relatórios ministeriais e provinciais.

A exploração de carvão em subsolo brasileiro ocorreu com maior êxito na Região Sul, em especial em Santa Catarina e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Se tem notícia de que os indígenas já utilizavam o combustível quando tropeiros que passavam pelo sul de Santa Catarina encontraram o carvão de pedra ainda no século XVIII. Conscientes do seu valor econômico estes tropeiros se apressaram em levar à cidade de Laguna a notícia do achado. No entanto, somente nos anos vinte do século posterior, a região carbonífera seria estudada. O estudioso seria Friedrich Sellow, naturalista alemão, membro da Academia Real de Ciências de Berlim, que chegava ao Brasil em 1814 com o escopo de pesquisar jazidas de ouro, prata e carvão mineral.<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> - Idem.

<sup>209</sup> - BELOLLI, Mário, GUIDI, Ayser e QUADROS, Joice. *História do Carvão de Santa Catarina*. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

Em relatório referente ao ano de 1833, Antonio Chinchorro da Gama, Ministro do Império noticia a descoberta de minas de carvão na Província de Santa Catarina. Após a análise das amostras coletadas foi comprovada a sua qualidade e o Presidente da Província determinou que se explorassem imediatamente as minas. No entanto, tal expedição não pode ser realizada, segundo Gama, por falta de trabalhadores especializados e capitais para o investimento, sendo necessário, portanto ajuda da Assembléia Geral. Para justificar este pedido, o relator ressalta a grande importância do combustível para o desenvolvimento dos transportes, o emprego de mão-de-obra e independência das exportações nesta mercadoria.

No relatório do ano seguinte, o então Ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza relata apenas a ida, por intermédio do Presidente da Província de Santa Catarina, de um inglês chamado Mr. Davidson para explorar as minas referidas, confirmando a qualidade do combustível, além da abundância da mina e sua fácil exploração. Ao final, o relator conclui crer que a Assembléia Legislativa Provincial ajudará o quanto puder na exploração das minas.

Podemos notar neste caso que, decorrido um ano após a descoberta das minas, nenhum incentivo, concessão ou ajuda foi emitido pelo poder central, mesmo confirmando-se a qualidade do combustível. Em 1837 – quatro anos após o primeiro relatório referido -, o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos ainda reclama a falta de pessoal capaz de explorar as minas catarinenses, ressaltando que estas tornam-se infrutíferas se não houver condições para explorá-las. Além disto, informa que já se encontra em poder do Corpo Legislativo uma representação da Assembléia de Santa Catarina reclamando a ida de Comissões que auxiliem as explorações e investigações de novas minas. O relator finaliza afirmando que

*“(...) a sua manifesta utilidade [exame das minas de carvão] me obriga a solicitar novamente os meios de realizá-lo. Todas as Nações ilustradas fazem não pequenos sacrifícios para conhecerem as riquezas tanto naturais, como da arte, que encerram os países estrangeiros; e nós mostraremos indiferença e desprezo por aquelas tão raras, tão magníficas, que encerram o nosso vasto, novo e fértil território? Não tememos a taxa de barbarismo, ou de ignorância? Por toda a parte se observa uma tendência fortemente pronunciada para os melhoramentos e descobertas, cumpre que o Brasil se impressione bem do caráter do século e que acompanhe no seu desenvolvimento.”<sup>210</sup>*

---

<sup>210</sup> - VASCONCELLOS, Bernardo Pereira. *Relatório do Ministério do Império*. Rio de Janeiro, 1837.

Somente no relatório do Ministro Francisco Ramiro d'Assis Coelho sobre o ano de 1839 tomamos conhecimento de uma Comissão enviada pelo governo para análise das minas até então encontradas em Províncias no Brasil, tais como Alagoas, Santa Catarina, Bahia, São Paulo e Minas Gerais.

A chefia de tal Comissão foi incumbida ao Dr. Julio Parigot, professor de geologia e mineralogia na Faculdade de Ciências da Universidade de Bruxelas, que em seu primeiro relato afirma que em nenhuma das localidades da Província de Alagoas que se supunha a existência do carvão de pedra apresenta as características determinantes dos terrenos carboníferos.

Em relatório referente ao ano de 1840, o Ministro Candido José da Araújo Vianna informa que as pesquisas do dr. Parigot na Província de Santa Catarina comprovaram a existência de uma rica fonte de combustível e de ferro. O Ministro assim manifesta a sua satisfação com o achado:

*“A presença do ferro nestes terrenos é de um valor extraordinário, porque ali se encontra o metal juntamente com o combustível que é necessário para a sua manipulação. A natureza ali nos apresenta uma fonte de riqueza e nos oferece ao mesmo tempo os meios de a podermos aproveitar, facilitando a construção de estradas de ferro para transporte tanto do combustível como deste mineral.”<sup>211</sup>*

O Ministro enviou a Assembléia Geral seu relatório informando as conclusões do Dr. Parigot, ao mesmo tempo em que sugeriu aos senadores e deputados que caberia ao Governo a exploração das minas, segundo o relator, por três razões: a primeira consistiria na imprudência de fazer concessões sem o conhecimento profundo do valor da coisa concedida; a segunda residiria no incentivo que seria dado aos particulares quando virem a certeza do lucro na exploração das minas, isto levaria a propostas mais vantajosas para o Governo lhes ceder concessões; a terceira explica-se pelo receio de desacreditarem as minas nacionais em detrimento das estrangeiras. Ainda segundo o Ministro, a Suécia, Hanovre, Saxônia, Áustria e a Bélgica seriam grandes exemplos de que o Estado pode explorar com êxito as suas minas.

Vianna conclui afirmando a necessidade da autorização da Assembléia Geral e do envio de recursos para iniciarem-se os trabalhos nas minas, bem como investimento nos meios de transporte para a facilidade e barateamento do produto.

---

<sup>211</sup> - VIANNA, Candido José de Araújo. *Relatório do Ministério do Império*. Rio de Janeiro, 1840.

O Governo monta então uma Comissão, também chefiada pelo Dr. Parigot para ir a Europa comprar máquinas e contratar trabalhadores especializados a fim de finalmente iniciar-se as buscas de combustível em Santa Catarina.

*“Sendo necessário progredir com atividade nas indagações relativas as minas de carvão de pedra na província de Santa Catarina, a fim de que se possam prestar a Assembléia Geral Legislativa na sua futura sessão, todos os esclarecimentos de que esta precisar para resolver sobre este importante objeto com pleno conhecimento: Sua Majestade o Imperador Há por bem Ordenar que V. M. parta quanto antes para a Bélgica, e ali faça escolha dos instrumentos indispensáveis para se proceder aos trabalhos de exploração das referidas minas, devendo esses instrumentos ser comprovados e pagos pelo Encarregado dos Negócios do Brasil em Bruxelas a vista das contas, que lhe forem apresentadas e depois de feitos os exames, que ele julgar convenientes; e contrate os mineiros práticos que também forem indispensáveis para a execução daqueles trabalhos, devendo os contratos, que assim se fizerem ser revestidos da aprovação do mesmo Encarregado dos Negócios para produzirem o devido efeito quanto as vantagens prometidas neles aos mencionados mineiros”<sup>212</sup>*

Ao mesmo tempo, a província iniciou a construção de um caminho para o transporte do combustível e das acomodações e ranchos para os trabalhadores que viriam da Europa. Estes deveriam prezar pela economia, pois o Governo esperava que as despesas não excederiam a quantia de 3:000\$000 réis.

O ofício determina, ainda, que a viagem da comissão não deveria “em nenhum caso” demorar mais que nove meses, contados da data da parte à volta para a Corte. Foram pagos ao dr. Parigot 625\$000 réis para os custos da viagem e mais 300\$000 réis mensais como gratificação, alertando que o total das despesas não poderia exceder 9:000\$000 réis.

No relatório referente ao ano de 1843 do Ministro do Império Jose Carlos Pereira de Almeida Torres foi anunciado o malogro da expedição do Dr. Parigot, sem maiores explicações, apenas afirmando que o Dr. Julio Parigot “*pouco diligente se mostrou no desenvolvimento da comissão*”. O Ministro afirma que em Outubro do ano referente ao relatório não havia notícias da conclusão dos trabalhos da comissão, o que foi seguido de ordens para que não se fizesse mais despesas com tal objeto.

---

<sup>212</sup> - Documentos relativos à organização de uma companhia para exploração das minas de carvão de pedra na província de santa Catarina: ofício do governo comissionado o dr. Julio Parigot para, viajando para a Bélgica, aí escolher instrumentos e contratar operários; comentários aos artigos de um regulamento em elaboração e pareceres sobre a organização da mesma companhia e sobre a atuação do dito dr. Parigot. Rio de Janeiro, agosto, 1842.

No relatório do ano seguinte, redigido pelo mesmo Ministro, afirma-se que não deve ser abandonada a exploração das minas catarinenses e pede à Assembléia os meios necessários para a continuidade dos trabalhos. Segundo Torres, as despesas ficariam em torno de 10:000\$000 para concluírem os exames, construção ou compra dos instrumentos necessários, além do pagamento da mão-de-obra.<sup>213</sup>

Mas, ao que indica o Relatório do Presidente da Província de abril de 1854, as explorações das minas em Santa Catarina não haviam avançado, desconhecendo-se ainda a quantidade, qualidade e riqueza do seu subsolo.<sup>214</sup> Somente no ano seguinte são noticiados exames na mina de carvão do Tubarão e remetidas amostras para o Rio de Janeiro.<sup>215</sup>

A pouca atenção dispensada às pesquisas que visavam conhecer melhor o subsolo nacional e assim as riquezas naturais do país causa estranheza quando se refere a um Estado que estava em construção e forjava uma imagem de força e opulência em muito baseada na potencialidade da sua natureza. Afinal, o conhecimento de um território é parte essencial para a afirmação do poder em determinado espaço.

A área da Geografia Política possui uma rica discussão acerca da relação entre território, espaço e poder. A seguir será mostrado um pouco deste debate para que se compreenda a importância do conhecimento e posse de um território para a construção do poder.

Iniciaremos com as propostas de Raffestin expostas em seu livro *Por uma geografia do poder*<sup>216</sup>. O autor começa contrariando uma grande confusão geralmente feita: igualar território e espaço. O espaço, segundo o autor, antecede o território, este seria o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa. Assim, o território seria um espaço onde se projetou um trabalho, que por sua vez, revelaria relações permeadas por poder.

Diante desta perspectiva, o território não pode se confundir com o espaço e é uma produção a partir dele, mas não se equivalem. Assim Raffestin aponta que: "Não se trata

---

<sup>213</sup> - TORRES, José Carlos de Almeida. *Relatório do Ministério do Império*. Rio de Janeiro, 1844.

<sup>214</sup> - COUTINHO, João José. *Relatório do Presidente da província de Santa Catarina em 19 de Abril de 1854*. N. P. Typ. Catarinense.

<sup>215</sup> - COUTINHO, João José. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina em 1º de Março de 1855*.

<sup>216</sup> - RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

pois do 'espaço', mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico."<sup>217</sup>

Uma produção territorial, portanto, vem revestida de uma prática espacial induzida por sistema de ações ou de comportamentos, onde se intervém tessituras, nós e redes hierarquicamente organizadas, permitindo assegurar o controle, a integração e coesão dos territórios. Raffestin lembra, também, que a produção do território pode vir dos mais diversos atores, desde o Estado até o indivíduo, organizações pequenas ou grandes, etc

Ao falarmos de território, nos remetemos à outra noção, a noção de limite que, mesmo que não seja traçado explicitamente, revela a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

Assim, para o autor, a territorialidade seria definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional: sociedade, espaço e tempo e que procuram atingir a maior autonomia possível. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, ela é consubstancial a todas as relações.

Para Souza, se o território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território. Além disto, para o autor, Raffestin reduz espaço ao espaço natural, tornando território quase sinônimo de espaço social, não rompendo com a identificação do território com o seu substrato material.

Para abordar a temática da territorialidade Souza flexibiliza a visão de território, e este se define como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que define um limite e, por consequência, estabelece uma diferença entre o "nós" e os "outros".

Segundo o autor, a territorialidade faz de "qualquer território um território", ou seja, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. Enfim, para Souza territorialidade é um certo tipo de interação entre seres humanos mediatizado pelo espaço. Assim, para Santos, o território deve ser compreendido através de uma noção dinâmica, isto é, o território usado.

Santos<sup>218</sup> define território como forma, objeto e ação, ou seja, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Este território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede.

---

<sup>217</sup> - idem, pg. 147.

<sup>218</sup> - SANTOS, M. Nação, Estado e Território. IN: MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (orgs.) *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.

Roberto Lobato Corrêa, é outro autor que trabalha tais conceitos. Seu texto *Territorialidade e corporação: um exemplo*,<sup>219</sup> o autor inicia afirmando que território e espaço não apresentam o mesmo significado. O conceito de território, na realidade, estaria subordinado ao de espaço. Aquele seria o espaço revestido de dimensão política a afetiva.

O autor utiliza da etimologia para conceituar, assim:

"Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica."<sup>220</sup>

Por último, abordaremos as contribuições de Robert Sack no que tange ao conceito de territorialidade apresentado no seu texto *Human territoriality*.<sup>221</sup> Segundo o autor, territorialidade é uma maneira de afetar, influenciar ou controlar ações, interações ou acessos (no sentido de contatos humanos) com o objetivo de estabelecer o controle sobre uma determinada área específica (o território). Estas tentativas podem ser feitas por indivíduos ou por grupos e se aplicam a toda e qualquer escala, desde um quarto à uma arena internacional.

A territorialidade não existe sem que haja relação entre X e Y, sendo: X representando uma pessoa, um grupo ou classe influenciando ou controlando, e Y representando uma pessoa, grupo ou classe ou recurso, sendo influenciado ou controlado.

Definiria-se, portanto, como a extensão das ações por contato, é uma estratégia para estabelecer acesso diferenciados à pessoas, coisas e relacionamentos. Uma área geográfica pode se referir tanto a uma área fixa quanto móvel, e X não precisa estar no território para estabelecer controle sobre Y. Assim, territorialidade não é um objeto, mas uma ação.

O que se sabe<sup>222</sup>, é que, sem esperar alguma autorização do governo brasileiro, o Dr. Parigot partiu para Paris, local onde, segundo o chefe da Comissão, poder-se-ia

---

<sup>219</sup> - CORRÊA, R. Territorialidade e corporação: um exemplo. IN: SANTOS, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

<sup>220</sup> - Idem, pg. 251

<sup>221</sup> - SACK, R. *Human territoriality*. S/l, s/d.

<sup>222</sup> - Junto com o ofício acima citado há uma documentação que comenta as notícias enviadas pelo chefe da Comissão, o dr. Parigot.

encontrar melhores instrumentos para a exploração das minas carboníferas e que o valor a ele determinado para as despesas deveria ser acrescido.

Sabe-se também que o Dr. Parigot deveria interceder pela construção de uma legislação onde seria formada uma Companhia belga-brasileira de exploração de carvão. A proposta enviada pelo Dr. constituía os seguintes pontos:

*“1- O governo do Brasil entrará com a propriedade e um terço do capital.*

*2 - A Companhia Belga entrará com a inteligência e o trabalho e se encarrega de realizar os restantes dois terços do capital logo que o emprego do terço tocante ao governo brasileiro tiver dado resultado satisfatório.”*

Sobre este ponto, o governo brasileiro responde que a Companhia belga ficaria bem segura, pois se a empresa der lucro ficará com o  $\frac{1}{4}$  do mesmo desde o começo, mas se não der, *“contribuiu com sua inteligência e fica bem paga pela administração dos interesses comuns artº 11”*.

*“3 - As ações vencerão o lucro anual de 5%.”*

O governo se pergunta a quem se obriga o pagamento destes juros e se, afinal, o acionista é sócio ou um mero prestador.

*“4 - Cada ação de direito ao portador escolher para sua propriedade particular 30 hectares de terras (ilegível)”*

Não fica esclarecido, segundo apontam os comentários da parte brasileira, o valor de cada ação, sem a qual não há possibilidade para avaliar a importância da concessão de terreno anexa a cada ação.

*“5 - O governo do Brasil suprirá com o gado necessário no começo da exploração.*

*6 - Os benefícios serão divididos pela maneira seguinte:*

*1º Terão-se os juros de 5% sobre os capital das ações.*

*2º Do restante dos benefícios se tirará 5% para fundo de reserva destinado as caixas de azilo, saúde, escolas.*

*3º Os 80 por cento que restam serão divididos*

*1/4 parte para a companhia imperial*

*1/4 parte para companhia Belga*



*1/4 parte para os trabalhadores*

*1/4 parte para os acionistas”*

Para o governo Imperial:

*“Há grande desigualdade nesta divisão, se os acionistas são sócios devem interessar na proporção de suas ações para com o fundo capital da empresa e não receberem só 1/4 parte dos lucros; se fazem corpo distinto da Companhia então não entendo com que direito participam dos lucros, além de receberem juro de 5% ao ano e concessão de terreno.”*

E continua a proposta belga:

*“7 - Os dois quartos pertencentes as Companhia Imperial e Belga serão representadas cada um por cem ações das quais 20 pertencerão aos fundadores da empresa e as 80 restantes as companhias como propriedade comum de cada uma delas e não serão transferíveis.*

*8 - As 20 ações dos fundadores não terão valor capital, mas representarão o valor que lhes der os benefícios obtidos pela companhia e darão direito a posse e escolha de 100 hectares de terras as melhores por cada ação da mesma forma que se acha estipulado em o artº 4.”*

O governo brasileiro se pergunta quem são os fundadores.

*“9 - Na época da liquidação as minas ficarão sendo da propriedade do governo do Brasil, os capitais serão embolsados e os estabelecimentos industriais e agrícolas serão divididos entre a Companhia Imperial, a Belga e os acionistas.*

*10 - A Companhia Imperial terá a direção de todos os interesses comuns no Brasil.”*

O governo brasileiro se pergunta qual o papel, afinal, tem os acionistas na administração.

*“11 - A Companhia belga terá a direção de todos os interesses comuns na Europa engajamentos de colonos, compras de máquinas.”*

A parte brasileira concede este artigo como extremamente benéfica ao lado belga, uma vez que garante seus interesses na Europa desde o começo da empresa ainda que não tenha *“contribuído um vintém para ela”*.

*12 - O capital será de 6 milhões de francos e poderá ser elevado ao dobro por decisão das assembléias gerais das duas companhias.”*

Este artigo não esclarece de que membros são compostas as referidas assembléias gerais.

*“13 - O terço do capital será posto conforme as condições de lei sobre as minas a disposição da companhia Imperial para começar as operações.*

*14 - Os dois terços do capital que devem ser fornecidos pela companhia belga não serão pagas enquanto as primeiras operações não tiverem dado um dividendo.”*

Insatisfeito, o governo brasileiro comenta os artigos da seguinte maneira:

*“Isto é, depois de vencidas todas as dificuldades (que só existem no princípio de tais empresas) e demonstrado praticamente que a empresa é lucrativa, então parece que o governo do Brasil poderá por si só e sem dificuldade continuar e desenvolver os trabalhos.”*

*“15 - As entradas do capital serão feitas pelo Brasil a par da necessidade que houver.”*

O governo brasileiro acredita que serão quase todas gastas pela Companhia Belga, conforme o artº 11.

E, por último:

*“14 - Serão adotadas em todas as explorações que se fizerem em comum os regulamentos constitutivos da Companhia Belga.”*

Desta forma, o parecer foi contrário à instalação da companhia e a Comissão chefiada pelo Dr. Parigot parece malograda em seus objetivos.

Apesar de tudo, o Governo aponta para a continuidade das pesquisas para que se tenha certeza da qualidade do mineral.

A província de Santa Catarina volta a ser noticiada de forma relevante nos relatórios ministeriais referentes às minas carboníferas, somente em 1858, quando o Ministro Sérgio Teixeira de Macedo noticia a extração de carvão de qualidade nas margens do rio Tubarão e que, por isso, o Governo colocou à disposição do Presidente da Província a quantia de 8:000\$000 para custear os trabalhos na referida região.

No relatório do Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello referente ao ano de 1860, sem maiores explicações, sabe-se que os trabalhos de exploração das minas da Província de Santa Catarina foram suspensas, ao que tudo indica, pelo fim do custeio governamental, mas que se havia concedido ao Visconde de Barbacena a permissão para explorar e lavrar as minas de carvão de pedra em Laguna, nas margens do rio Passa-Dois.

No entanto, no relatório de 1863, o Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde anuncia que a companhia para a exploração ainda não havia se organizado, mas que o Governo lhe concederia a prorrogação do prazo para a formação da dita companhia por mais dois anos.

Ao que tudo indica, o Governo central não atendeu ao pedido realizado no Relatório do Presidente da Província por Vicente Pires da Mota, que após relatar as pesquisas que demonstram a existência e qualidade do carvão catarinense, expressa seus anseios de ver desenvolver a indústria extrativa em sua região:

*“Não devemos pois trepidar um só momento diante da grandeza do objeto, receosos dos embaraços que se nos apresentam.*

*A extração do carvão de pedra do seio da terra em que nascemos é uma grande idéia política, econômica e comercial, que mudará a face do país em todos os detalhes de seu progresso e civilização.*

*Alguns passos senhores, já tenho dado perante o governo imperial no sentido de mandar continuar os trabalhos da extração do carvão daquelas minas conhecidas.”<sup>223</sup>*

À demora para a formação de companhias de exploração das minas carboníferas – que ver-se-á ocorrer também na Província de São Pedro – o Ministro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá atribui os seguintes fatores:

*“A indústria da mineração não tem tido até hoje aquele desenvolvimento que se devia esperar da abundância de minerais de diversas espécies que encerra o país, entre os quais avultam os metais preciosos que tanto excitam a cobiça humana e o carvão de pedra que tão grande papel representa nas descobertas e civilização do século dezenove.*

*À falta de meios de transporte e de recursos nos lugares onde se encontram as minas que possuímos; à ignorância dos processos modernos empregados na lavra e extração dos minerais mas principalmente ao arrefecimento do espírito de associação, atribuo o estado pouco satisfatório desta indústria que, à exceção da mineração do ouro que na província de Minas gerais tem ultimamente adquirido certa importância pelo estabelecimento de novas companhias inglesas, pode-se dizer que não existe.*

*Acrescia também a isto o pequeno prazo concedido para a mineração que não excitava o espírito de especulação, porquanto em lugares, os mais das vezes completamente desconhecidos, gasta-se grande parte de tempo em indagações e em trabalhos preparatórios antes que o serviço*

---

<sup>223</sup> - BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

*da lavra propriamente dito possa começar a dar frutos que se esperam; crescendo que por sua natureza tais empresas, exigindo a fixação de grandes capitais, não podem oferecer vantagens imediatas mas somente em um longo período de tempo”.*<sup>224</sup>

Com isto, o Ministro noticia que todas as minas até então conhecidas permanecem inativas à espera da organização de companhias que possam lavra-las. Ressalta ainda, que o Governo não poderia organizar tais companhias por falta de capitais.

No relatório de 1867, o Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas anuncia que o Visconde de Barbacena não conseguiu incorporar a companhia para a exploração das minas de carvão de pedra nas margens do rio Tubarão, sendo, portanto, novamente prorrogado o prazo.

Em 1874, o Presidente da Província de Santa Catarina relata as sucessivas prorrogações concedidas ao Visconde de Barbacena e anuncia que ainda nenhum trabalho na mina se iniciara. Como em relatórios anteriores, este também apresenta como principal causa para a demora do desenvolvimento da exploração do combustível a precariedade das vias de comunicação, que em muito aumentaria o preço do carvão nacional, inviabilizando a competição com o semelhante inglês.

Enfim, pela Lei Imperial 740, de 20 de maio de 1874 foi autorizada a construção de uma estrada de ferro para o melhor transporte do carvão. O investimento para tal construção veio da Inglaterra através da companhia constituída para esse fim “ The Dona Thereza Christina Railway Company Limited”.

Em Relatório de 1883, o Presidente da Província anunciou que as obras para o vale do Rio Tubarão ligando as minas carboníferas ao mar, foram iniciadas a 18 de Dezembro de 1880 e que deveriam ser concluídas até o fim do ano. Acreditando que “*ao carvão e ao ferro deve a Inglaterra o seu maior desenvolvimento*” e que a presença de minas carboníferas “*bastaria ela para constituir um poder econômico e financeiro de primeira ordem*”, Souto enuncia que ao procurar dados oficiais sobre as regiões carboníferas, nada foi encontrado. Ou seja, mesmo depois de décadas não havia uma sistematização da exploração das minas, desconhecendo-se, assim, as suas extensões, quais explorações já haviam sido feitas, qual a qualidade, quais concessões e privilégios estariam em voga.

---

<sup>224</sup> - OLIVEIRA E SÁ, Jesuíno Marcondes de. *Relatório do Ministério da Agricultura*. 1864

Dois anos depois do início da construção da ferrovia, o Visconde de Barbacena, depois de ter sua concessão prorrogada dez vezes, organizou uma companhia, também com a capital inglês, denominada “The Tubarão Brazilian Coal Mining”.

Finalmente, em ofício enviado ao Governo Imperial, o Presidente da Província Francisco José da Rocha, anunciou o primeiro carregamento de carvão. Tratava-se de 700 toneladas destinadas ao mercado de Buenos Aires. Mas, como afirmam Belolli, Quadros e Guidi, a festa durou pouco, uma vez que o custo da produção orçou em 25\$000 a tonelada e foi vendida apenas a 6\$000, causando enormes prejuízos à empresa.

A “The Tubarão Brazilian Coal Mining” travou uma batalha pela redução dos impostos cobrados na exportação do combustível.

Segundo a companhia, o imposto elevaria o preço do carvão, impossibilitando a conquista dos mercados frente à reconhecida qualidade do combustível estrangeiro. Assim, para “*não desanimar uma empresa tão esforçada, e a não privar a Província de tão importante elemento de prosperidade*”, o Presidente Francisco José da Rocha reduziu de 12\$000 rs para 10\$000 por tonelada o valor oficial do carvão.

A companhia, porém, não se deu por satisfeita e declarou:

*“ (...) que o expediente adotado podia ser suficiente para os carregamentos destinados aos portos estrangeiros, mas a colocaria sempre fora do concurso nos mercados nacionais, porque o imposto decretado sobre a exportação para portos nacionais é o dobro do que onera a exportação para o estrangeiro, declarou formalmente que com tais condições não poderia funcionar e prosseguir, e resolveu mandar retirar um vapor (Senator) que já se achava fundeado em nossas águas, destinado a receber carvão.”<sup>225</sup>*

A empresa alega que as taxas provinciais para gêneros exportados (10% para o interior e 5% para o exterior) aumenta excessivamente o preço do carvão que ainda não possui aceitação no mercado como o estrangeiro e pede, portanto, a redução destas tarifas.

Diante deste impasse, o presidente da Província de Santa Catarina afirma que há a necessidade de encontrar uma solução que, ao mesmo tempo em que não inviabilize os trabalhos da companhia, também não fira as leis provinciais ou onere a Província. No entanto, a legislação de Santa Catarina não possuía nenhuma especificação para o gênero carbonífero.

---

<sup>225</sup> - *Idem*

Francisco José da Rocha recorreu, então, à legislação da Província de Minas Gerais acerca do imposto sobre o ouro, uma vez que as leis de sua Província assimila o carvão de pedra aos metais preciosos, propondo que, como em Minas, o imposto seria cobrado deduzindo-se as despesas da extração.

Assim, baseando nesta lei mineira e no princípio de que “à *idéia do imposto devem se ligar sempre as da necessidade do objeto, do serviço que vai prestar, da vantagem social que resultará dele*”, Rocha reduziu para 5\$000 o preço da tonelada.

A companhia ficou satisfeita com a redução e imediatamente voltou aos seus trabalhos, carregando o vapor *Senator* com 638 toneladas do combustível, mas adiantando também suas perspectivas futuras:

*“Esperando, entretanto, que V. Ex, na próxima reunião da Assembléa Provincial, em seu relatório, e no verdadeiro interesse da província e proteção a esta nova indústria de tanto alcance, obtenha fixar um prazo regular para livre exportação do carvão das minas enquanto se torna conhecido nos mercados deste Império e do estrangeiro esse artigo, e mesmo assim ficar a Companhia estabelecida em firmes bases.”*

No entanto, relatando os seus trabalhos do ano de 1886, a Companhia alegou que os custos para a mineração de um carvão de qualidade inferior ao estrangeiro não estaria compensando as atividades da empresa, devendo-se portanto, encerrar os trabalhos. Desde então nenhum trabalho foi realizado nas minas de Tubarão até o fim do Império.

Ao ter conhecimento de tal Relatório, o Presidente da Província, Francisco José da Rocha, enviou à empresa ofício pedindo melhores esclarecimentos acerca dos entraves para o desenvolvimento da exploração carbonífera.

Em resposta, o representante interino da Companhia, C. Warren Robert, destaca as seguintes providências que deveriam ser tomadas: a aquisição de trabalhadores mais habilitados, redução dos fretes marítimos, construção de um porto onde navios grandes e pequenos possam receber a carga. Além destas considerações, Warren acrescenta que o alto preço dos salários dos operários, a grande quantidade de metais existentes no meio do carvão, exigindo maior trabalho, a qualidade do combustível que não suporta os fretes da estrada de ferro, a grande dificuldade que os navios encontram na ancoragem do porto de Imbituba, sendo necessário o emprego de chatas que aumentam as despesas e a falta de segurança do porto, que faz com que os navios exijam maiores fretes, seriam grandes obstáculos para a permanência dos trabalhos da empresa.

O Presidente relata que a qualidade dos trabalhadores, bem como seus salários são assuntos estritamente relacionados à economia da empresa. As soluções das críticas acerca do porto e dos fretes da companhia ferroviária nada dependeriam do Governo, tratando-se, apenas da necessidade da empresa negociar com os concessionários.

A discussão se prolongou quando o engenheiro Francisco Ferreira Pontes, chefe da Comissão de terras no Tubarão, declarou que o processo empregado até então pela empresa era manual, por meio de túneis e poços, o que encarecia a produção e não permitia a boa escolha do carvão. Em seguida, o engenheiro declarou que o capital anunciado pela empresa orçaria em 150.000 libras, mas que, segundo um balancete lido pelo mesmo, o capital empregado pela companhia não chegou a 300:000\$000. Além disto, a exploração das minas não se efetivaram em sua totalidade, uma vez em que foram declaradas a existência de nove jazidas e apenas duas constavam nos relatórios da empresa.

Deste modo, assim conclui o engenheiro:

*“Quanto a mim, tomando por base a informação do superintendente, a Companhia foi mal dirigida e mal servida. Nem proporcionou os elementos necessários para acelerar seus trabalhos, economizar suas forças, e beneficiar seu produto, nem lhe deram jamais conhecimento exato das condições das minas. Se a houvesse tido, ou não os teria empenhado seus capitais, ou não os teria comprometido expondo em mercado estrangeiro gênero quase invendável.”*

O presidente terminou o seu relatório, enfatizando a possibilidade das minas terem sido precariamente exploradas e aproveitadas, desperdiçando, com isto suas camadas carboníferas. E finalmente, explicita o seu desejo de ver uma companhia de mineração formada no país.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul também se apresentou promissora no que tange à existência de minas carboníferas em seu território. O relatório do Ministro José da Costa Carvalho referente ao ano de 1848 afirma que há muito tempo já se sabia da existência de jazigos do combustível, mas que nenhum estudo sobre sua qualidade, quantidade e localização havia sido realizado até o momento. No entanto, o combustível já vinha sendo utilizado em forjas de ferreiros, bem como nas fornalhas dos vapores.

Com isto, o Governo incumbiu o engenheiro de minas para fazer pesquisas no local, procurando atestar a qualidade, quantidade e profundidade do combustível que por ali viesse a existir.

O resultado de tal estudo não foi muito animador, segundo o engenheiro, o material encontrado não era de boa qualidade, não compensando com isto o estabelecimento de uma lavra no local. No entanto, o Ministro ressalta que os trabalhos de pesquisa foram realizados com uma sonda de baixo poder de perfuração, o que compromete a avaliação do território que, aparentemente, se mostrava promissor. Desta maneira, os trabalhos deveriam seguir adiante, não só no “Curral Alto”, como em outras áreas da Província.

Costa Carvalho anuncia a despesa de 25.000\$ despendida pelo Ministério para a compra de uma sonda que perfurasse até 300 metros de profundidade e demais instrumentos necessários à exploração, além de 8:000\$ para que o Presidente da Província custeasse as despesas que demandam tal trabalho.

Dois anos mais tarde, o Ministro noticia que as explorações e estudos na Província encontravam-se paralisados, pois os instrumentos e a sonda ainda não haviam chegado de Paris e no ano seguinte, sem maiores explicações avisa que as investigações não são muito animadoras.

O Ministro Luiz Pedreira de Coutto Ferraz em seu relatório sobre o ano de 1853 noticia a descoberta de combustíveis fósseis em São Pedro. O Presidente desta Província encarregou “*um mineiro inglês*” de fazer as explorações necessárias, encontrando ele, indícios como os dos terrenos ingleses, da existência do mineral, continuou o mineiro em suas pesquisas.

Encontrada uma camada do mineral, testes foram feitos para que comprovassem a sua qualidade. Quando empregado no vapor, no entanto, demorou mais tempo que o carvão importado para inflamar e produzir vapor, mas quando se misturou o combustível nacional com o inglês, desenvolveu o calor necessário “*para fazer marchar a barca a toda a força*”. Assim aponta o Ministro em seu relatório do ano seguinte:

*“Talvez que progredindo os trabalhos e descendo-se a menor profundidade, se encontra carvão de superior qualidade. Entretanto o tem sido abundantemente achado nas minas do Herval poderá ser, apesar dos seus defeitos, de muita utilidade, não só por prestar-se a diferentes usos da indústria, como porque, servindo para ser empregado nos barcos a vapor misturado com outro carvão mais inflamável, ou com lenha (o que tem sido experimentado) haverá economia em aplica-lo a este mister, visto como, calculadas as despesas de extração e transporte,*



*o seu preço na cidade de Porto Alegre deve ser de menos da metade do que no mercado obtém o carvão importado.”*<sup>226</sup>

No mesmo ano, declara o presidente da Província que a mina do Erval acabou por transformar-se em uma “*pequena colônia inglesa*”, pois seus operários e familiares são originários da ilha, o que demonstra a necessidade ainda de trazer técnicos estrangeiros para a exploração do subsolo brasileiro e um certo descaso no ensino da exploração carbonífera na formação dos engenheiros e técnicos brasileiros.

O Presidente também afirma que o custo despendido para o transporte do combustível encarece o produto, ameaçando o êxito de suas vendas frente à mercadoria estrangeira, qualitativamente superior.

Em 1855 o mesmo Ministro noticia a descoberta de combustível de melhor qualidade também na província de São Pedro, o que fez convergir, haja vista a escassez de mão-de-obra para tal atividade, os esforços para a nova região. Os testes realizados com o mineral extraído foram animadores, o que levou o Presidente da Província a ordenar que nos vapores de guerra se empregassem este carvão. A quantidade extraída da mina foi de 184 toneladas, utilizando sete mineiros. Diante dos resultados promissores, foram indicados os seguintes procedimentos:

*“Concluídas as diferentes galerias e obras que o Engenheiro projeta, a mina admitirá 70 mineiros, que poderão extrair 100 toneladas por dia e então se fará necessária uma máquina de vapor com a força de 10 cavalos para suspender o carvão que se quiser tirar.*

*O Governo autorizou, no corrente exercício, as despesas necessárias para estes trabalhos e não se poupará a esforços e sacrifícios afim de dar o maior impulso ao desenvolvimento desta indústria, que há de vir a ser uma fonte de abundante riqueza.*

*Talvez convenha promover-se a organização de uma companhia que tome a si este serviço, mediante certas cláusulas.”*<sup>227</sup>

Diante do otimismo do vice-presidente da Província que acreditava ser o carvão o futuro principal ramo da riqueza de São Pedro, servindo de alimento à navegação de vapor da América do Sul, a contadoria provincial despendeu mais 3:714\$420 réis para a exploração, esperando, com isto ver atendido, por parte do Governo Imperial, os créditos para indenizar os cofres provinciais.

---

<sup>226</sup> - FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório do Ministério do Império*. Rio de Janeiro, 1854.

<sup>227</sup> - Idem, 1855.

Já o Presidente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu acreditava na necessidade de uma maior investimento e celeridade nos trabalhos de exploração que já duravam dois anos. Aconselhava, portanto, ou a contratação de mais especialistas ou o aumento do prêmio oferecido ao mineiro Johnson.

No relatório de 1856, o Ministro reafirma a qualidade do combustível encontrado às margens do Arroio dos Ratos, em especial, para a navegação de cabotagem, nos vapores de guerra à serviço da Província e também em algumas embarcações particulares. Além disto, o carvão serviria para caldear e forjar o ferro, dentre outros usos industriais.

Enuncia ainda, que de Janeiro de 1855, quando se iniciaram as explorações até Novembro do mesmo ano, extraiu-se 614 toneladas. Em vista disso, o Ministro sugere a continuidade das investigações em áreas próximas, pois se tiverem êxito, as minas distariam apenas 2 ½ léguas do porto de embarque no Jacuhy, *“donde se viaja até Porto Alegre em vapores, gastando-se somente 4 a 5 horas, assegura incalculáveis vantagens aquela província e à todo império”*. Para ser aplicado aos trabalhos de pesquisa e exploração, o Governo Central enviou ao Presidente da província a quantia de 20:000\$000. Segundo o relatório de 1856 do Presidente da Província, Jeronymo Francisco Coelho, as despesas desta mineração, realizadas tanto através dos cofres gerais como os provinciais, já importariam no valor de 60 contos de réis.

O Presidente prossegue afirmando que o desenvolvimento das explorações e seu possível êxito trariam incalculáveis benefícios para a indústria e o comércio, mas que, todavia, a continuação dos trabalhos deveria ser entregue a uma companhia, *“pois as empresas administradas pelo governo, como é de regra, marcham sempre frouxas e pouco produtivas”*. Assim, segundo Coelho:

*“Até aqui tem o governo por sua conta feito a exploração e investigação preliminares para verificar a existência, quantidade e qualidade das minas.*

*Isto está feito e tem o governo cumprido a primeira parte de sua missão.*

*Resta-lhe cumprir a segunda parte, que é fazer tirar o maior proveito possível das ditas minas, o que somente o conseguirá animando e promovendo a organização de uma companhia que tome a si esta empresa.*

*Nesse sentido tem dado e continua a dar o governo os primeiros passos, e na verdade é tempo de tomar uma resolução definitiva sobre este importante e nascente ramo de indústria provincial.”*

No relatório referente ao ano 1857, o Ministro Pedro Araújo Lima anuncia que a exploração desta região passaria da tutela dos cofres públicos para uma companhia particular. Por decreto n. 1993 de 12 de Outubro de 1856, foi concedido ao Barão de Mauá e outros, o privilégio exclusivo de lavrar a mina por 30 anos. No entanto, a organização desta companhia ainda não havia sido efetivada, não deixando de ressaltar a carência de uma legislação específica para a mineração de carvão, não sendo conveniente aplicar a legislação geral que possuía o Império.

No relatório referente à 1858 afirma-se que a exploração da mina de carvão do Arroio dos Ratos permanecia sob a custódia dos cofres público, pois a companhia que possuía o privilégio ainda não havia sido organizada. Segundo o Ministro Sergio Teixeira de Macedo, no ano anterior, foi posta à disposição do Presidente da Província de São Pedro a quantia de 24:000\$000, sendo 20:000\$000 réis destinados às pesquisas e exploração e os outros 4:000\$000 restantes como prêmio ao engenheiro responsável. Anuncia ainda, que em 1857 foram extraídas da mina 774 ½ toneladas de carvão.

O Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão anuncia em seu Relatório referente ao ano de 1859, que as explorações permanecem por conta dos cofres público, em vista da não formação da companhia. Segundo declara, de Julho de 1858 a Junho de 1859 foram extraídas da mina 1.008 toneladas de carvão. Os gastos referentes a cada tonelada orçariam em 10\$000. O Conselheiro não nos informa por quanto este combustível estava sendo oferecido no mercado, o que nos ajudaria a compreender a lucratividade do empreendimento. O que se pode estimar é que seja ela bem reduzida, pois em relatório anterior avisa o vice-presidente da Província ter estipulado a quantia de 8\$000 réis para cada tonelada de carvão por ameaçarem não mais consumir o carvão nacional caso seu preço aumentasse.

O Ministro João Almeida Pereira Filho, em seu relatório referente ao ano de 1859 também informa que a companhia que obteve o privilégio para a exploração da mina de Arroio dos Ratos ainda não havia se organizado e, que em vista disso:

*“Não convindo que este estado se prolongue indefinidamente, trato de entender-me com os respectivos empresários a fim de fixar um prazo, dentro do qual se realize a organização dessa companhia.*

*No entretanto o governo suspendeu a despesa que se continuava a fazer para a exploração da mina, por se ter esgotado o crédito de 8:000\$000 concedido para este serviço.”<sup>228</sup>*

Assim, no relatório de 1860, sabe-se que os trabalhos de pesquisa e exploração nas minas de Arroio dos Ratos foram suspensas. Esta situação fica bem exposta nas palavras de Manoel Felizardo de Souza e Mello:

*“Sem embargo de possuímos muitas riquezas mineralógicas, a indústria extrativa, não compreendendo apenas a parte relativa à mineração do outro, tem tido pequeno desenvolvimento.*

*Causas diversas contribuem para este resultado e entre elas notarei a falta de uma lei que regule tão importante matéria e de meios de comunicação para o transporte dos respectivos produtos (...).*

*Entretanto cumpre continuar, por conta dos cofres públicos os trabalhos destes descobrimentos; não sendo razoável esperar-se tão cedo somente dos esforços particulares, a prosperidade desta indústria.*

*E de mais é justo que, em objetos desta ordem, o Estado carregue com ônus das primeiras tentativas e dos primeiros erros, que serão reparados logo que o interesse particular vier com os seus capitais fazer florescer esta indústria que, em outros países, contribui em tão grande escala para sua riqueza e sustenta milhares de indústrias.*

*Cumprido, contudo, não estender os sacrifícios do tesouro público além de certos limites e não entregar aos particulares, sem indenização, os trabalhos feitos à custa do Estado.”<sup>229</sup>*

O Ministro Alcântara Bellegarde também se demonstra preocupado com os rumos das políticas públicas de exploração de carvão:

*“Chamando a vossa atenção para este ponto, me permitireis que vos recorde que trata-se de um dos grandes elementos de prosperidade, riqueza e civilização das nações, e que é tempo de se cuidar seriamente desta ordem de interesses do país.*

*As minas de carvão de pedra do arroio dos Ratos da mesma província não tem sido trabalhadas nem pelo concessionários, nem pelo mineiro inglês James Johnson, que ali esteve ao serviço do governo imperial dirigindo as primeiras explorações e que havia solicitado este favor.”*

---

<sup>228</sup> - PREREIRA FILHO, João de Almeida. *Relatório do Ministério do Império*. Rio de Janeiro, 1859.

<sup>229</sup> - SOUZA E MELLO, Manoel Felizardo. *Relatório do Ministério da Agricultura*. 1861.

Em 1863, a companhia ainda não havia sido formada. Seus concessionários autorizaram o mineiro Johnson a extrair por conta própria o carvão das minas, iniciando-se, assim, os trabalhos preparatórios à realização da exploração.

O Presidente da Província de São Pedro, Espiridião Eloy de Barros Pimental afirma que a falta de uma legislação especial que regule a mineração e o sistema de concessões são alguns dos obstáculos do desenvolvimento da indústria mineradora, ao lado “*das causas da lentidão do nosso progresso em geral*”.

Somente em 1870, tem-se noticiada a formação, na Inglaterra, da companhia para explorar as minas do Arroio do Ratos, denominada “The Imperial Brazilian Collieries Limited”. A aprovação de seus estatutos e a autorização para a sua atuação no Brasil só se realizaram em Abril de 1872, oito anos após o decreto que concedeu à Mauá o direito de exploração das minas; e sua efetiva inauguração (aos dezenove dias do mês de Julho de 1873), nove anos após o referido decreto.

Até Dezembro de 1875 a companhia extraiu 3.386 toneladas de carvão, tendo vendida 2.790 e empregadas nos serviços da mina e dadas como amostras 596. Além disto, foi noticiado o melhoramento da qualidade do combustível extraído.

No entanto, em Relatório de 1878, toma-se conhecimento que a companhia havia interrompido a exploração das minas. Como esclarecimento, a empresa anuncia que caducara a concessão feita à Companhia e que a mesma não se achava mais em condições de prosseguir com os trabalhos nas minas catarinenses, em virtude “*da ruinosa administração*” do Brasil e de Londres. Portanto, a diretoria havia declarado a falência da Companhia que entrou em liquidação. O privilégio para a exploração das minas foi passada para as mãos de Holtzweissig & Cia, por 30 anos.

Somente em 1888 o Ministro da Agricultura enviou ao Presidente da Província um ofício onde estabelece regras mínimas para o desenvolvimento das concessões de minas. Segundo o mesmo Ministro, este documento seria consequência das inúmeras concessões feitas pelo governo que malograram em detrimento da falta dos meios para lavrá-las e da insuficiência das pesquisas, resultando no:

“(…) *abandono e decadência da indústria de mineração, porque o insucesso, ainda que devido a essas causas e não à falta de riquezas*

*subterrâneas, mata todos os incentivos, permanecendo essas riquezas sepultadas sem que o empreendedor ativo os aproveite eficazmente.”*<sup>230</sup>

Assim, no prazo de um ano o concessionário deveria apresentar à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um minucioso relatório constando cartas geológicas e topográficas do terreno explorado, declaração da riqueza da mina, sua extensão, direção, meios de comunicação e povoados existentes na proximidade, bem como amostras dos minerais encontrados.

O contrato também afirma que o concessionário deverá indenizar os danos e prejuízos causados aos proprietários adjacentes, mas não se refere às propriedades cuja a exploração deveria se dar em seu subsolo. Com isto, mesmo decorrido quase todo o Império discutindo a possibilidade de constrangimento do direito de propriedade mediante a “utilidade pública” de suas riquezas minerais, os governantes permanecem sem fornecer melhores esclarecimentos sobre a questão e muito menos priorizaram a criação de uma legislação que regulamentasse a questão.

Chama a atenção como os mesmos entraves para o melhor aproveitamento das minas carboníferas no Brasil reclamadas no início do século XIX, permanecem na segunda metade do mesmo período:

*“Para mim é múltipla a causa deste fato[falta de exploração das minas]: e penso não errar atribuindo-a aos grandes sacrifícios que exige à demora com que os capitais nela empregados obtêm renda compensatória, à deficiência de meios aperfeiçoados de transporte e à concorrência dos artigos similares importados do estrangeiro, os quais, em razão das favoráveis condições econômicas em que são produzidos podem ser vendidos por preços relativamente mais baixos.*

*Não menos influi para o desaproveitamento de algumas das nossas minas a falta de fábricas que, recebendo a matéria bruta, a transformem nos artefatos indispensáveis à vida dos povos civilizados, tornando-se assim mais facilmente transportáveis.*

*Contudo, à vista de tanta riqueza mineral não é lícito desconhecer os futuros destinos da mineração do país e no desprezo de seus verdadeiros e legítimos interesses, comprometer o futuro: antes urge preparar desde já o plano em que terá de se desenvolver este grande e importante ramo da indústria extrativa”.*<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> - Relatório 1888

<sup>231</sup> - DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório do Ministério da Agricultura*. 1867

O Ministro propõe algumas medidas básicas para o desenvolvimento das explorações mineralógicas. Tais são: a elaboração de uma legislação específica sobre o assunto; a organização de uma seção de minas formada por um corpo de engenheiros civis que serviria como um centro de conhecimentos e informações sobre as riquezas minerais do Brasil, incluindo a história das minas, produção, gênero, mão-de-obra utilizada, etc, além disto, seria incumbido da elaboração das cartas geográficas indicando a localização e qualidade das minas; a criação de escolas para pessoas que se destinassem a trabalhar na exploração das minas.

É emblemático que assunto de importância tão ressaltada pelos políticos da época seja tratado com tamanha lentidão. Haja vista que ainda em 1885 Francisco Ignácio Ferreira, autor do *Dicionário Geográfico das Minas do Brasil* reclamasse as mesmas políticas públicas do início do Império:

*“(...) tantas preciosidades que por aí se acham abandonadas o necessário aproveitamento, mediante as indispensáveis facilidades e animação bem de mister um tão importante ramo de riqueza nacional, tornando a indústria da mineração procurada, mediante uma lei que harmonize os direitos do Estado com os dos proprietários, bem assim criando novas escolas de minas em várias províncias, onde se habilitem engenheiros que desejam as empresas de mineração, e instruem os operários nos respectivos trabalhos, devendo lembrar-se-lhes que a Áustria engrandece-se diariamente com a mineração, a Inglaterra com as suas minas de ferro e carvão (...)”*

As disputas entre as classes dominantes na construção do Império brasileiro, bem como a afirmação da dominação dos proprietários de terra e escravos na segunda metade do século XIX, não poderiam deixar de interferir nas políticas públicas de extração de combustível, assunto de primeira ordem para a modernização da economia no período abordado. Nos dizeres do Ministro Antonio Francisco de Paula Souza:

*“Da mineração tem a indústria recebido os mais assinalados serviços e a ela são devidos em parte os rápidos progressos obtidos em todas as ciências e artes.*

*O ferro e o carvão de pedra,(...), representam por si sós uma civilização inteira. A do século XIX deve-lhes as mais estupendas conquistas do seu gênero.”<sup>232</sup>*

---

<sup>232</sup> - SOUZA, Antonio Francisco de Paula. *Relatório do Ministério da Agricultura*. 1865

O Ministro acrescenta ainda, que a precariedade das vias de comunicação não deve servir como pretexto para a baixa exploração dos minerais no Brasil, uma vez que em locais mais favoráveis também se encontram minas abandonadas. Lembra que as Províncias de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul possuíam abundantes minas de carvão de pedra, mas que à exceção da localizada no Arroio dos Ratos, que fora trabalhada pelo governo no início da exploração, todas as outras não têm recebido a devida atenção, embora todas estejam sobre a tutela de concessionários.

Souza ainda enfatiza que, se as minas fossem devidamente exploradas, elas poderiam satisfazer não só o mercado interno, como abastecer as repúblicas vizinhas, trazendo com isso, um ramo lucrativo no comércio, afinal o carvão nacional provavelmente teria um preço bem inferior ao que viesse da Europa.

Relatórios, correspondências e livros demonstram que a questão do combustível era secundário para as políticas públicas do Governo brasileiro, não se sobrepondo aos interesses agrários de propriedade e manutenção da mão-de-obra nas fazendas. Isto apresenta-se contraditório com o discurso modernizador defendido no Segundo Reinado.

No início da segunda metade do século XIX, as importações brasileiras de bens de capital versavam apenas em 14,23% do total dos produtos advindos da Inglaterra. Não obstante o seu aumento no final do período imperial, onde este valor passa para 28,36%, permanece ainda a ausência de grandes investimentos nos setores industriais, e incentivos governamentais para tais empreendimentos.

Um grande exemplo disto está na chamada “Lei dos entraves”<sup>233</sup> de 1860. Sancionada somente em 1882, esta legislação colocou as sociedades anônimas não só dependentes da autorização do governo para se constituírem, como também dependentes da prévia audiência do Conselho de Estado. Uma série de medidas, como a obrigatoriedade do envio de um resumo semanal, visava controlar as iniciativas privadas, inibindo o seu desenvolvimento:

“Quando se dizia que somente o governo poderia reunir as grandes somas necessárias como base para o desenvolvimento econômico, os inovadores daquela época retorquiam que as sociedades anônimas poderiam ser tão grandes quanto o necessário, e seriam a solução para os problemas do

---

<sup>233</sup> - Para uma consistente análise sobre a questão, ver: LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. Coleção Biblioteca Carioca.



desenvolvimento brasileiro. Como medida inicial, porém, o governo deveria deixar de exigir autorização antecipada para sua criação. Em defesa desta doutrina, os brasileiros voltavam-se à Inglaterra, para os exemplos de resultados satisfatórios e instruções específicas. Os britânicos eram conhecidos universalmente como partidários da economia individual, havendo já conseguido ver-se livres do controle governamental em suas atividades comerciais.”<sup>234</sup>

Este tipo de legislação, no entanto, ia de encontro aos interesses agroexportadores que defendiam a permanência de uma estrutura essencialmente agrícola.

Não defenderei aqui a inexistência de indústrias, manufaturas, fábricas e diversidade produtiva no Brasil oitocentista. Estudos como os de Geraldo Beauclair<sup>235</sup> demonstram a existência de diversas unidades produtivas, em especial no Rio de Janeiro, iniciadas nos setores de beneficiamento que viriam a estimular o crescimento e diversificação de ofícios como os de carpinteiro, ferreiros, marceneiros, etc.

Beauclair afirma que o desenvolvimento de fábricas no Brasil estaria muito mais voltado para a integração da produção e consumo internos, do que preocupado com a exportação dos mesmos no mercado internacional. Mesmo as pressões da SAIN para a expansão das fábricas no país, teriam como ênfase o seu caráter complementar à indústria agrícola.

Segundo afirma o autor, nem mesmo os bancos se dedicaram a fornecer créditos para o financiamento das indústrias. Seus recursos geralmente voltavam-se para o comércio e para a agricultura.

Assim, como afirma Geraldo Beauclair, a construção de fábricas não significa industrialização. Esta requer uma transformação global, a existência de acumulação capitalista, o que não ocorria no período ora estudado. Além disto, a expansão cafeeira após 1850 e as riquezas dela advindas, pareciam confirmar a crença na vocação agrícola do Brasil.

Desta maneira, estes avanços na industrialização brasileira não colocavam à perigo o projeto hegemônico da manutenção de um país “*essencialmente agrícola*”. As fontes aqui apresentadas refletem que, não obstante admitirem a importância de combustível para o

---

<sup>234</sup> - GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início...* Ob. cit., pg. 240.

<sup>235</sup> - OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *A Construção Inacabada: a economia brasileira, 1822-1860*> Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. Ver também, do mesmo autor: *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

“desenvolvimento e progresso” do país, estes governantes em nenhum momento sobrepuseram esta atividade acima dos interesses rurais, tanto no que consistia à demanda de mão-de-obra desviada das fazendas para a mineração, quanto nas atenções e capitais despendidos para o empreendimento.

## CONCLUSÃO

A falta de uma interferência mais eficaz na procura, estudo e extração de carvão, por parte do Estado, assim como a forma subordinada em que o Brasil apresentava-se em relação aos ingleses no que tange à comercialização de combustível, reflete uma concepção de país que se pretendia hegemônica: a da vocação agrícola do Brasil, defendida por frações das classes dominantes.

Ainda que admitissem a importância da obtenção de combustível, os proprietários submetiam-na aos seus interesses, evitando, com isto, a aprovação de uma política que interferisse nos seus direitos de propriedade e conseqüente ascensão dos negociantes sobre seus domínios via concessões.

Ainda que aberta a concessão com prioridade para o senhor, a indiscutível predominância do capital mercantil sobre aquele, faria-o, certamente, perder a concorrência para “os donos do dinheiro”.

A ausência de uma legislação que sistematizasse as concessões e indenizações refletem bem a recusa dos proprietários em admitir perder seu domínio, ainda que mediante indenização. Afinal, com sucessivas tentativas de exploração fracassadas, o recebimento de tais indenizações não se constituía exatamente como uma garantia.

Desta forma, muitas vezes as explorações ficaram por conta de ingleses que, ou via concessão, ou através de pedidos do Governo brasileiro, realizaram as pesquisas e extração do combustível em solo nacional. Assim, os ingleses tentaram concentrar o abastecimento de carvão no país. Já eram os principais detentores do combustível, já possuíam o domínio da importação do carvão, restava, apenas, garantir a exploração das minas brasileiras. E para este último, os britânicos levavam muitas vantagens. Possuíam técnicos especializados, maquinaria moderna e vultosas quantias de capitais para investir.

Os relatórios ministeriais e provinciais anunciam, ano após ano, as descobertas de novas reservas carboníferas. Em alguns casos caem em mãos de concessionários, onde, não raro, a extração é malograda por falta de incentivos governamentais, capitais, mão-de-obra especializada e tecnologia; em outros casos, caem no “esquecimento”.

A regulamentação destas concessões só viria a ser construída no final do Império, depois de várias explorações mal administradas. Ainda assim, deixa em aberto a discussão

entre o direito de propriedade e a expropriação mediante indenização por motivo de utilidade pública.

Não se quer defender aqui que as minas carboníferas existentes em subsolo brasileiro eram qualitativamente superior às estrangeiras e que, se maior investimento houvesse, o Brasil teria se tornado uma potência industrial, ou um símbolo de modernização, progresso e desenvolvimento. Nem mesmo que a ausência de combustível no país foi um entrave para a industrialização nacional será uma hipótese aqui corroborada.

Não defendo determinismos geográficos.

O que se pretendeu demonstrar é que, mesmo quando do início das explorações ou da descoberta de boas reservas de carvão, as políticas públicas do Império para a questão foram deficientes e concorreram para o atraso das pesquisas e extrações do combustível.

Isto demonstra uma profunda contradição entre os discursos apresentados, em especial no Segundo Reinado, de um país nos rumos do progresso e as práticas para a modernização do Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que defendia-se a necessidade de modernizar o país, estorvava-se o desenvolvimento das explorações de um dos principais elementos para tal questão, o carvão.

O que se verificou na construção do Estado Imperial brasileiro não foi simplesmente o domínio de uma classe sobre as demais, mas a vitória de um projeto de Nação, que tinha em sua base o ideal de vocação agrícola do Brasil.

A reprodução deste ideal e tudo o que ele significava representou a busca pela manutenção da ORDEM, qual seja, do latifúndio agroexportador.

Esta ORDEM não beneficiava apenas aos senhores proprietários de terra e escravos. Como já apontado, os negociantes souberam muito aproveitar seu poderio econômico submetendo a produção ao capital mercantil e reproduzindo o sistema.

Assim, sem negar os conflitos existentes entre e intra classes dominantes, acredito que havia um projeto de Estado que unia-os em torno de um objetivo comum: a reprodução de uma sociedade agroexportadora, com os meios de produção concentrados nas mãos de poucos, em forma de latifúndios.

A derrocada da escravidão e do sistema monárquico não teria eliminado tal projeto, mas abriu maiores oportunidades para o avanço de novas perspectivas, investimentos, projetos, demandas, categorias e classes sociais.

Desta forma, o Império e o poderio dos senhores não caíram em detrimento da modernização, como apontam Sérgio Buarque de Holanda e Ricardo Salles. Esta, ainda que crescente, não havia solapado a idéia de vocação agrícola, que produziu ecos pela Primeira República.

Acredito, portanto que as políticas de extração de minerais e de carvão em especial, ou a ausência destas, vem corroborar com a posição brasileira de subsunção formal ao capital, em especial inglês, e o papel subordinado no qual o Brasil se insere na economia mundial do período. Ao mesmo tempo, refletem e reforçam a dominação dos proprietários, ao reafirmar a concepção liberal das vantagens comparativas, onde caberia ao Brasil, o papel de um país agro-exportador.

## **FONTES**

CAIRU, José da Silva Lisboa, *Visconde de. Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

*Cartas de Antonio Rodrigues da Mota Cunha ao Marquês de Olinda: enviando seus trabalhos sobre a exploração de minas de carvão de pedra e esboço de lei sobre a propriedade da superfície e a do fundo do solo*. S/1, 12 de Junho de 1858.

*Constituição de 25 de Março de 1824*.

*Documentos relativos à organização de uma companhia para exploração das minas de carvão de pedra na província de Santa Catarina: officio do governo comissionado o dr. Julio Parigot para, viajando para a Bélgica, aí escolher instrumentos e contratar operários; comentários aos artigos de um regulamento em elaboração e pareceres sobre a organização da mesma companhia e sobre a atuação do dito dr. Parigot*. Rio de Janeiro, agosto, 1842.

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, diversos números

*Relatórios do Ministério do Império 1833-1859*.

*Relatórios do Ministério da Agricultura 1860-1889*.

*Relatórios dos Presidentes de Província de Santa Catarina 1835-1889*

*Relatórios do Presidentes de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835-1889*

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da Província de Minas Gerais. IN: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARRUDA, J. Jobson. História e Crítica de História Econômica Quantitativa. In: *Revista de História*, nº110. São Paulo, 1977.

BELLOLI, Mário; GUIDI, Ayser e QUADROS, Joice. *História do Carvão de Santa Catarina*. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Editora UFRJ, 1996.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CASTRO, Marcus Faro de. *De Westphalia a Seattle: a Teoria das Relações Internacionais em transição*. Brasília: Editora UnB. Cadernos do REL. N ° 20, 2 ° semestre de 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- CORRÊA, R. Territorialidade e corporação: um exemplo. IN: SANTOS, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.
- DIAS, Maria Odila L. Da Silva. A interiorização da metrópole. IN: MOTA, C. G. (org.) *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982
- 
- A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a Centralidade do Poder Monárquico. IN: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, ABPHE/HUCITEC, vl. 2, 2002.
- 
- O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de paquetes a vapor: 1850-1865. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, ABPHE/HUCITEC, vl. 2, 2003.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001. 3ª ed.
- FERREIRA, Muniz Gonçalves. *Mercados, diplomacia e conflitos: uma abordagem histórica das Relações Internacionais, a partir dos artigos publicados por Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862*. São Paulo, 1999. Tese de doutorado, mimeo.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- 
- . Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 29, 2002.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (org). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 27-43.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. IN: *Cadernos de debate*. São Paulo: Brasiliense, 1976, nº 1.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 2001. 6ª ed
- GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Vol. 3

- GUIMARÃES, Lucia M. P. e PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997
- HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26. ed
- HONORATO, Cezar. *O Polvo e o Porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo/Santos, HUCITEC/Pref. Mun. de Santos, 1996.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones península, 1973.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N. *Dos Trapiches ao Porto*. Rio de Janeiro, SMCTE-DGDI, 1991.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LE GOFF, Jacques. Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador. IN: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LENIN, V. O imperialismo, fase superior do capitalismo. IN: *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. Tomo 1.3.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas. Esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994. Coleção Biblioteca Carioca.
- LISBOA, José da Silva. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Os Pensadores.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do Capital comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, 1 Vol., Ed. IBMEC
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.



- MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.
- MARINHO, Pedro Eduardo M. M. *O Centauro Imperial. Os engenheiros e a organização da cultura no Império Brasileiro*. Publicado nos anais do XXIII Simpósio Nacional de História. História:Guerra e Paz. ANPUH, 2005.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991. 6<sup>a</sup> ed
- \_\_\_\_\_. *O Capital*, Vol. 1, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas). Vol. III Livro terceiro “O processo Global da Produção Capitalista”. Tomo 1
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978. Livro I, Capítulo VI (inédito). 1<sup>a</sup> ed.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- MILL, John Stuart. *A liberdade; Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Clássicos)
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura/APRJ, 1998.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *A construção Inacabada: a economia brasileira, 1822-1860*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.
- PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Os projetos liberais no Brasil Império (1822-1850)*. s/l,s/d. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Brasil Império*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF/PPGH, 2002. Ex. mim.;
- PRADO JR., Caio. “História Quantitativa e Método da Historiografia”. IN: *Debate & Crítica*. São Paulo: Editora HUCITEC, Julho de 1975.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993
- Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.10, 220p., maio-agosto 2003
- ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu* São Paulo: HUCITEC, 1996.
- ROMERO, Daniel. Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.
- SABOIA, Patrícia. *The Wilson Sons Saga*. Rio de Janeiro: Editora Index – Basi, 1997.
- SACK, R. *Human territoriality*. S/l , s/d

- SALLES, Ricardo. *A nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996;
- SANTOS, M. Nação, Estado e Território. IN: MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (orgs.) *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Livraria Duas Cidades.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo. IN: *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Lisboa, Ed. Presença, 1982.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- WELLER, Leonardo. *Aderência: Liberalismo econômico e política comercial britânica em 1820-1913*. Anais do II Encontro de Pós-graduandos da ABPHE. Niterói: ABPHE, 2004.
- WOOD, Ellen M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.